

JULIANO DE OLIVEIRA

**Força Aérea Brasileira – doutrina e estrutura
(da Geopolítica do Prata à Amazônia – 1964/2003)**

**FRANCA
2005**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE HISTÓRIA**

**Força Aérea Brasileira – doutrina e estrutura
(da Geopolítica do Prata à Amazônia – 1964/2003)**

Juliano de Oliveira

Dissertação apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista, Campus de Franca, para obtenção do título de Mestre em História (Área de Concentração: História Militar), sob orientação do Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre

Franca
2005

Agradecimentos

“Anima-te por teres de suportar as injustiças; a verdadeira desgraça consiste em cometê-las.”

Pitágoras

Ao meu filho Lucas, pela compreensão da minha ausência em alguns momentos e pelo carinho que sempre me dedicou nos momentos mais difíceis;

Ao meu orientador Professor Doutor Héctor Luis Saint-Pierre pela confiança em mim depositada e amizade, sendo diretamente responsável pela conclusão deste trabalho;

Aos meus pais pelo carinho e compreensão dada em toda a minha vida, pelos valores e exemplos que tive e pelo apoio nesta empreitada;

Aos meus irmãos, cunhadas e sobrinhos pelo apoio incondicional e palavras amigas que ajudaram a trilhar esta jornada;

À Professora Doutora Ida Lewkowicz por ter indicado o caminho e pela solidariedade e calor humano que sempre me dispensou;

Aos Professores Doutores Samuel Alves Soares e Suzeley Kalil Mathias pelas conversas e ensinamentos que tanto colaboraram para o resultado final desta dissertação;

Aos meus Professores do curso de mestrado pelas excelentes aulas que foram ministradas e todos os meus colegas de pós-graduação;

À Universidade da Força Aérea (UNIFA) pela possibilidade de livre acesso à biblioteca e disponibilização de documentos;

Aos médicos, Dr. Francisco Bonasser Filho e Dr^a Sueli M. P. Branchini Ribeiro da Silva, pelo profissionalismo e carinho que me dedicam;

À “tia” Neusa pelo apoio e palavras amigas que me ajudaram a seguir adiante;

À minha querida Patrícia por me dar paz de espírito e alimentar o meu ego no dia-a-dia.

.Resumo

Como parte da Estratégia Nacional e em conformidade com a Política Nacional que determina “o que fazer”, a Estratégia Militar molda-se conforme as aspirações e anseios da sociedade de uma nação. O mundo no pós - Segunda Guerra Mundial viveu dois momentos bem distintos com relação à preparação das Forças Armadas e do papel dos militares no contexto político mundial: o bipolarismo político entre EUA e URSS e a dissolução da União Soviética no final dos anos 80. No primeiro, as tensões entre as duas potências proporcionaram uma clara divisão entre o mundo ocidental e o bloco comunista, fazendo com que a corrida armamentista e as desconfianças mundiais refletissem no âmbito regional dos continentes. Com o término da Guerra Fria, a tendência de formação de blocos regionais, não só no campo econômico, mas também na política e segurança, proporcionou o início das conversações entre velhos rivais e o começo da aproximação entre antigos adversários. No cone sul das Américas formou-se o Mercosul, reunindo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, sendo firmados acordos que visavam a extinguir velhas desconfianças e demonstravam o desejo de concretização de tornar o Atlântico Sul uma região longe de conflitos armados e de construção de uma plena integração de todos os campos do Poder Nacional (político, econômico, psicossocial e militar). A finalidade desse trabalho é analisar a mudança de percepção de ameaça da Força Aérea Brasileira ocorrida em função das mudanças políticas ocorridas no mundo após o término da Guerra Fria, passando do cone sul para a região amazônica, procurando verificar os movimentos políticos realizados entre os governos brasileiro e argentino de modo que velhas desconfianças fossem eliminadas.

Abstract

Like a part of purpose of the National Strategy and in conformity with the National Politic that define “what to do”, the Military Strategy to mould alike the aspiration and ardent desire of the society of a nation. The world at post Second World War lived two moments so distinct in relation of prepare of the Armed Forces of the part role of the militaries in the world politic context: the politic bipolarity between EUA and URSS and the Soviet Union dissolute at 80’s final years. At the first, the tensions among the two strengths proportioned a clear division between the occidental world and communist bloc, doing the armament’s run and the world suspicious reflect at continents regional scope. With the Col War finish, the tendency to former of the local blocs, not only at the economic field, but too at politic and security, afforded the beginning of the conversations among rivals oldies and the start of a approach among ancient opponents. In the America’s Southern Cone formed the Mercosul, meeting Brazil, Argentina, Paraguay and Uruguay, to be make agreements that aimed to put out oldies suspicious and to prove the wish of realization to will be South Atlantic a region far a distance of armed conflicts and made of a full integration in all fields of the National Power (politic, economic, psychosocial and military). The finality of this scrip is to analyze the change of threat’s perception of the Brazilian Air Force that happened in function of the politics changes in the world after cold war end, that to take across of the southern cone to Amazon region, looking for to verify the politics movements to accomplished between brazilin and argentine’s government that manner oldies suspicious were eliminated.

Sumário

	Página
Introdução	8
Capítulo 1 A Disputa Regional	20
1.1. As Disputas Territoriais e a Herança Colonial.....	20
1.2. O Republicanismo Argentino e a Monarquia Brasileira.....	24
1.3. Disputa de Hegemonia ou de Parceria Preferencial Norte-Americana?.....	30
Capítulo 2 A Geopolítica e o Jogo de Poder	34
2.1. Geopolítica e Guerra – a estreita relação.....	34
2.2. A Geopolítica e sua Influência na Política Externa Brasileira.....	38
2.3. Defesa Interna – A Doutrina de Segurança Nacional.....	42
2.4. A Teoria do Cerco.....	47
Capítulo 3 As Forças Armadas Brasileiras – Influências Externas e Internas	52
3.1. A Força Aérea e a Política de Dissuasão.....	59
3.2. A Força Aérea Brasileira - Doutrina, Preparação e Estrutura.....	63
3.2.1. O Início – 2ª Guerra Mundial.....	66
3.2.2. A FAB no Pós-Guerra e a Política Rearmamentista.....	74
3.2.3. O Fim do Populismo Sul-Americano e as novas relações com os EUA.....	78
3.2.4. A Reestruturação da FAB no governo militar de 1964.....	80
3.2.5. A FAB e as Tensões Geopolíticas – Itaipu/Beagle.....	87
Capítulo 4 A Construção da Aproximação e as Mudanças de Percepção	95
4.1. Integração – um antigo sonho.....	95
4.2. O Início das Mudanças.....	98
4.3. O Acordo Nuclear.....	109
4.4. Segurança Cooperativa – uma nova visão.....	111
4.5. A Força Aérea Brasileira e o problema Amazônia.....	117
4.6. A Força Aérea Brasileira e a mudança da estrutura em função da nova percepção de ameaça.....	121
Capítulo 5 O Dilema - Integração e Interesses Nacionais	124
Considerações Finais	134
Bibliografia	137

Lista de Tabelas

	Página
Tabela 1 – Comparativo das Forças Aéreas Brasileira e Argentina no ano de 1974..	85
Tabela 2 - Comparativo das Forças Aéreas Brasileira e Argentina no ano de 1976...	87
Tabela 3 - Comparativo das Forças Aéreas Brasileira e Argentina no ano de 1984...	93
Tabela 4 – Inspeções realizadas pela ABACC entre os anos de 1992 e 2003.....	111

Lista de Figuras

	Página
Figura 1 – Mapa do Sul Americano contendo o Vice-reinado do Prata.....	22
Figura 2 – Mapa contendo o Heartland Sul Americano conforme descrição de Mário Travassos.....	41
Figura 3 - Esquema de planejamento estratégico para estruturação da Força Aérea Brasileira.....	65
Figura 4 - Mapa de Distribuição das Unidades da FAB no ano de 1944.....	71
Figura 5 - Mapa mostrando a cobertura radar do CINDACTA 1.....	84
Figura 6 - Mapa de Distribuição das Unidades da FAB no ano de 1982.....	91
Figura 7 - Mapa mostrando a cobertura radar do CINDACTA 2.....	92
Figura 8 - Mapa mostrando a cobertura radar do SIVAM no ano de 2002.....	121
Figura 9 - Mapa mostrando a cobertura radar do SIVAM no ano de 2005.....	122
Figura 10 - Mapa de Distribuição das Unidades da FAB no ano de 1997.....	131

Introdução

A invenção do avião ocorreu há aproximadamente cem anos e a sua utilização como arma e elemento da política (aqui colocado como fator importante de dissuasão estratégica) é de não mais que 80 anos, quando surgiram as primeiras instituições chamadas *Forças Aéreas*. Não obstante, para estudar as relações de duas instituições governamentais relacionadas com a aviação militar de dois países sul-americanos, como no caso de Brasil e Argentina, o recuo histórico é mais breve, ao surgirem as Força Aérea Brasileira (FAB) em 1941 e, quatro anos mais tarde, a Força Aérea Argentina (FAA).

As mudanças na estratégia e táticas de guerra sofridas com o término da Segunda Guerra Mundial, em consequência da importância do uso do avião como fator decisivo na edição final de um conflito, exigem focalizar a Força Aérea como instituição militar ímpar, dissociada das Forças Terrestres e Navais.

Partindo da teoria de Clausewitz que considera a guerra “a continuação da política por outros meios”¹, as Forças Armadas podem ser consideradas o braço armado da política e o emprego de armas como a última instância. Sendo assim, do ponto de vista doutrinário e estrutural das instituições militares, estas devem ser analisadas dentro dos interesses das relações internacionais, portanto, o estudo da percepção de ameaça de uma Força Aérea deve ter seu foco voltado para as relações políticas internacionais, sejam regionais ou mundiais; afinal, estas são moldadas e doutrinadas conforme suas hipóteses de guerra no período ou em uma projeção futura².

¹ CLAUSEWITZ, Carl V. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p.27.

² Sita-se aqui o futuro não como objeto de estudo ou algo que irá acontecer, o que seria uma heresia em um trabalho de história, mas uma forma de analisar o passado construído para entender o presente, baseado no movimento da história.

Apesar de a Força Aérea possuir tarefas específicas de apoio às Forças Terrestres e Navais³, o objetivo fim de uma Força Aérea é a busca do que Alexander Seversky chamou de superioridade aérea durante um conflito e como elemento dissuasório em tempos de paz.

Estas relações olham para o passado, tendo em vista que elas mostram como o jogo político do poder foi construído historicamente entre as duas nações e, a partir dessa análise, as Forças Armadas estruturam e doutrinam suas ações conforme suas hipóteses de conflitos.

Apesar da aviação já fazer parte das Forças Armadas do Brasil e da Argentina desde o segundo decênio do século XX, através das aviações do Exército e Marinha, as percepções de ameaça entre as duas Forças Aéreas devem ser melhor analisadas no momento de suas criações, divorciando-as das doutrinas das outras forças, tanto do ponto de vista tático e logístico quanto de doutrina aeroespacial.

A proximidade temporal destes estudos traz uma série de questionamentos a serem considerados. Com efeito, como diz Chauveau e Tétard, a chamada “história imediata, história próxima ou do tempo presente, colocam numerosos problemas epistemológicos e, em certos pontos, deontológicos e são lançados vários questionamentos sobre a problemática de tais estudos”⁴.

Assim, “qual é então a parcela de “verdade” não histórica? Qual pode ser a natureza da deformação da análise e que elementos concorrem para esta deformação? Quais são os jogos de influência entre os climas ideológicos e os contextos históricos? Qual é sua parte de responsabilidade na emergência e na afirmação dos movimentos históricos e historiográficos?”⁵

³ A Doutrina Básica da FAB desde sua concepção em 1958, previa missões de específicas de apoio às forças de superfície dentro da tarefa de interdição. Dentre elas as missões de ataque, reconhecimento armado, anti-submarino, patrulha marítima e cobertura.

⁴ CHAUVEAU, Agnes et TÉTARD, Philippe. *Questões para a história do tempo presente*. trad, Ilka Stern Cohen. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p.7.

⁵ *Ibidem*.

A investigação metodológica e epistemológica sobre a história do tempo presente é muito recente e tem seu início no final dos anos 70, tendo sido inicialmente feita por historiadores medievalistas e modernistas e seu avanço, no período, pouco representativo com a criação do *Institut d'Histoire du Temps Présent* (IHTP) e do *Institut d'Histoire Moderne et Contemporaine* (IHMC), herdeira dos *Annales* de Lucien Febvre e Marc Block.

Um problema metodológico, é o questionamento sobre como dividir o trabalho historiográfico e o jornalístico, o que provoca um desequilíbrio entre o estudo dos tempos históricos em geral e o do nosso tempo, fazendo com que Jacques Le Goff afirme que a história do presente é melhor contada por sociólogos, cientistas políticos e alguns jornalistas do que por historiadores e considera a história do presente como “outra e difícil”⁶.

Porém, com o estudo da história política, ainda na década de 50, já se começava a enterrar a antinomia da História com o imediato, História e presente, adquirindo um papel aglutinador e dinâmico nos estudos do presente⁷.

Contudo, deve-se tomar cuidado em não restringir o estudo do presente única e exclusivamente no âmbito do político, afinal a história é mutável, o político não responde a todas as questões e, em numerosas abordagens de historiadores, o político leva ao cultural, à opinião e, inversamente, o econômico e o social podem determinar um desvio para o político que aglutina o presente. Porém, se “ele é determinante, a transcendência é tal entre os campos social, econômico, intelectual, cultural, que não nos poderíamos prender às referências epistemológicas e metodológicas propostas por um só entre eles”⁸.

Como trabalhar em um assunto onde as fontes ainda não se encontram totalmente disponíveis e como acalmar o calor dos acontecimentos, no caso do historiador ter vivido e presenciado tais fatos e acontecimentos, ou mesmo fazer parte de uma instituição a ser

⁶ LE GOFF, Jacques. *A Visão dos Outros – Um Medievalista Diante do Presente*. in CHAUVEAU et TÉTARD, 1999, p 99.

⁷ CHAUVEAU et TÉTARD, 1999, p.14.

⁸ Ibidem.

estudada? Vários autores passaram a escrever a história vivida por eles mesmos, principalmente durante guerras (II Guerra Mundial, Marrocos, Argélia, Vietnam, Coréia, etc), fazendo com que Jean Pierre Rioux considerasse a história do presente como um “fenômeno de geração”⁹, em virtude da própria necessidade de informação de acontecimentos atuais, solicitada pela demanda da sociedade e suprida inicialmente por jornalistas.

Marc Block já dizia que “A incompreensão do passado nasce afinal da ignorância do presente”, seguido por Lucien Lebre ao afirmar que “a análise do presente pode dar a régua do passado”¹⁰. Inversamente o entendimento do presente só pode ser visto através dos olhos do passado, que Eduardo Machicote utiliza para entender as relações externas brasileiras com seus vizinhos sul-americanos no período pós 1964: “devemos voltar os olhos ao passado. Não é em vão que a história é a grande mestra da vida”¹¹.

O estudo histórico do tempo presente tem sua importância ao tentar explicar o acontecimento atual como fruto de um processo histórico, não como algo estagnado e fruto do acontecimento isolado, conforme Sirinelli ao afirmar que o historiador do imediato deve “pôr-se à escuta do presente para iluminar uma volta do passado, mas evitar os efeitos não dominados do eco entre esses dois níveis”, pois, considera que “quando tais efeitos vêm interferir sem controle entre o passado e o presente, as obras muito impregnadas de presente mal passam a rampa da posteridade”¹².

Ainda com relação aos problemas a serem enfrentados, Le Goff cita três dos quais o historiador deve ter em mente¹³:

⁹ RIOUX, Jean P. in CHAUVEAU et TÉTARD, 1999, p.15.

¹⁰ Op.cit, p.10.

¹¹ Tradução nossa. MACHICOTE, Eduardo. *La Expansión brasilera* – notas para um estudio geohistórico. Buenos Aires/Argentina: Editorial Ciência Nueva SRL, 1973, p. 7.

¹² SIRINELLI, Jean-J. *Ideologia, Tempo e História* in CHAUVEAU et TÉTARD, 1999, p.91.

¹³ LE GOFF, 1999, p. 99-100.

1) As fontes e documentos.

As fontes são superabundantes, sendo difíceis de serem totalmente dominadas. Além de que muitas destas fontes não estarem acessíveis à publicação ostensiva, sendo seu acesso difícil e, no caso de instituição militar, especialmente complicado.

2) A implicação pessoal do historiador.

A experiência do autor apresenta a vantagem de ter vivenciado uma relação pessoal com os fatos e de poder questionar documentos e obras produzidas sobre o assunto; contudo, cabe ao historiador manter o distanciamento necessário dos valores introjetados, evitando paixões, a fim de produzir um trabalho com o mínimo de subjetividade e o máximo de rigor acadêmico na procura da objetividade.

3) A ignorância do futuro.

Os historiadores do passado mais distante têm a vantagem de dispor da sabedoria do alvorecer dos acontecimentos, já os do presente têm a indefinição dos resultados, correndo maiores riscos que os historiadores tradicionais e tendo o próprio público como exigente espectador de um esboço do futuro.

Partindo do exposto por Le Goff, a dificuldade documental para se constatar a mudança de percepção é grande em função dos fatores já colocados, da dificuldade na disponibilidade de documentos internos das Forças Aéreas, em função da proximidade temporal do estudo e porque muitos destes documentos possuem caráter reservado, confidencial e secreto. Outro aspecto, é que discursos e acordos políticos entre países podem apresentar uma máscara para evitar, propositalmente, que não sejam visualizados a curto prazo, existindo um enorme grau de intencionalidade nos mesmos que potencializa a subjetividade da interpretação.

Uma forma de tentar eliminar essa subjetividade é apresentar o que o autor coloca entre o documento e o monumento¹⁴. Segundo Le Goff, a documentação produzida referente a determinado assunto foi escrita por pessoas que, intencionalmente ou não, estavam envolvidas no ambiente acalorado, seja por interesses diretos ou mesmo pela emoção do fato produzido no momento de sua confecção. Portanto, o critério do historiador deverá ser muito bem apurado para tentar perceber o nível de envolvimento emotivo ou de interesses do produtor de tal documento e tentar cruzá-lo com os fatos ocorridos posteriores de tal assunto.

Então como eliminar a subjetividade existente nos documentos (e na falta destes) à luz do presente e da não definição dos fatos?

Assim, Le Goff cita quatro pontos a serem perseguidos pelo historiador para a execução de um bom trabalho¹⁵:

- 1) Analisar o presente com uma profundidade histórica suficiente;
- 2) Ler com espírito críticos as fontes coletadas;
- 3) Não apenas descrever os fatos, mas esforçar-se para explicar o acontecimento;
- 4) Hierarquizar os fatos, distinguindo o fato significativo e importante do incidente.

Deste modo, na história das Forças Armadas, a disponibilidade de recursos, o material militar adquirido, a forma de emprego, a disposição no território e o desenvolvimento de projetos militares, podem dizer mais do que acordos e discursos proferidos. Deste modo, o trabalho em cima da Doutrina Básica, no caso, da FAB, e de material doutrinário apresentado nas Escolas de Alto Comando, podem nos mostrar o fundamento do pensamento dos militares da FAB em determinado período.

¹⁴ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*: tradução. Bernardo Leitão (et al). 2ª edição. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1992, p. 535-553.

¹⁵ LE GOFF, 1999, p. 101-102.

Os documentos são escritos por pessoas que, voluntariamente ou não, encontram-se envolvidas naquele momento pela situação constituída e, como diz Le Goff, “o documento não é inócuo. É, antes de mais nada, resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram”¹⁶; contudo, caso haja consonância entre os documentos existentes e as atitudes tomadas e fatos ocorridos no mesmo período, a veracidade dos fatos pode ser melhor verificada.

O presente trabalho concentrar-se-á na análise da mudança de percepção de ameaça ocorrida na FAB ao longo dos anos, concentrando o estudo nas décadas de 1960 e 1970, tendo sua principal percepção de conflito a região sul do Brasil, passando pela modificação de tal percepção na década seguinte quando, no governo João Batista Figueiredo, foi iniciada a aproximação política regional, atingindo o momento de aproximação das Forças Aéreas de Brasil e Argentina no fim dos anos 1990. Tais modificações de percepção de ameaça propiciaram à FAB o deslocamento de esforços para a região amazônica; região que desde a década de 1930 já despertava a atenção dos militares e estudiosos de geopolítica em relação à Segurança Nacional.

A problemática referente ao estudo da história do tempo presente é que os fatos ocorridos ainda não estão consolidados, portanto a documentação analisada pode conter vícios e interesses de seus produtores; então como fazer para chegar à alguma conclusão? Acordos políticos? Discursos? Cartas de Intenções? Sim, são importantes para apresentar as intenções, pelo menos explícitas dos governos e, creio que a Doutrina Básica da FAB, bem como o material didático utilizado na Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica (ECEMAR), podem nos mostrar como os militares em cargos de comando e planejamento pensam sobre a concepção de uma força aérea em função da política adotada pelo governo central, conforme a teoria de Clausewitz escrita no século XIX.

¹⁶ Op. cit., p. 547.

O recorte temporal estabelecido neste trabalho pode parecer um tanto extenso quando tratado do ponto de vista da história tradicional, contudo, tratando-se de um estudo na área da história política, justifico o retorno temporal utilizado, recorrendo a René Rémond ao afirmar que “a história do político pode também incluir o estudo das estruturas, isso apenas pelo viés das instituições. Ela pode ser uma história de longa duração [...] por causa do peso do passado na memória consciente ou inconsciente: os fenômenos de cultura política só podem ser compreendidos numa perspectiva de duração muito longa”¹⁷. Posição também defendida por Eliezer Rizzo ao inserir em *Democracia e Defesa Nacional* o pensamento do Almirante Mário César Flores na qual coloca que as instituições tendem a resistir às mudanças e as instituições militares não fogem à regra, devido a dois fatores básicos: “o enraizamento doutrinário e a dimensão temporal de suas deliberações”¹⁸.

Para isto, o trabalho será subdividido em cinco capítulos. Optamos por trabalhar com capítulos temáticos, não obedecendo obrigatoriamente uma relação temporal entre eles. A seqüência temporal somente é realizada dentro dos próprios capítulos para dar melhor noção da ocorrência dos fatos, contudo, dentro da mesma temática. Esta escolha se deu pelo fato de acharmos que seria melhor tratar de conceitos específicos dentro de capítulos separadamente, não os diluindo ao longo do trabalho.

Portanto, no primeiro capítulo, a intenção é mostrar que as tensões entre os dois países surgiram de longa data, anterior ao período de independência dos mesmos. Tais tensões eram movidas pelas disputas entre portugueses e espanhóis por territórios de fronteira da região sul do Brasil visando o controle da foz do rio da Prata e, conseqüentemente, do escoamento da produção proveniente do interior da América Latina que se destinava à Europa. Outro período destas disputas é o posterior às independências de Brasil e Argentina, motivada, dessa vez, pela disputa entre norte-americanos e ingleses pelo mercado econômico regional, tendo as

¹⁷ RÉMOND, René. *O Retorno do Político* in CHAUVEAU et TÉTARD, 1999, p.54.

¹⁸ OLIVEIRA, Eliezer R. *Democracia e Defesa Nacional – A criação do Ministério da Defesa na presidência de FHC*. Barueri, SP: Manole, 2005, p. 94-95.

diferenças do republicanismo argentino e da monarquia brasileira, contribuindo para o alinhamento desses dois com os EUA ou com a Inglaterra. Contudo, mostraremos que os interesses eram na verdade puramente econômicos por parte dessas potências. A Doutrina Monroe é mostrada como ferramenta servindo fundamentalmente aos interesses comerciais dos EUA sobre a América Latina.

No período da República no Brasil, apesar dos regimes de Brasil e Argentina serem semelhantes, as disputas eram motivadas por uma tentativa de obtenção de hegemonia sub-regional e de uma parceria preferencial norte-americana visando à obtenção dessa hegemonia e projeção política. Portanto, o capítulo é subdividido em três períodos distintos: das disputas entre portugueses e espanhóis, das diferenças entre a monarquia brasileira e do republicanismo argentino e das disputas por uma parceria preferencial com os EUA. Trata-se de um capítulo muito panorâmico, tendo em vista a complexidade e da grande extensão temporal do mesmo e não ser o foco deste estudo.

No segundo capítulo, será mostrado como a entrada das idéias geopolíticas surgidas na Europa começou a influenciar as relações entre os Estados e como essas idéias levavam para, em último caso, o conflito entre as nações para a consecução de seus objetivos.

Chegados ao Brasil, os estudos da geopolítica começaram a reger o pensamento de alguns militares, políticos e acadêmicos brasileiros que, de certo modo, conseguiram implementar suas idéias dentro do governo central, principalmente após a instauração do regime militar em 1964. A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) regeu praticamente toda a política de segurança a partir de 1964, deste modo, será realizada uma análise de como tais idéias definiam a participação dos militares na política e de como a segurança era considerada diretamente ligada à condução política dos países vizinhos.

Diante da DSN, mostram-se como as relações entre os países sul-americanos, em especial entre Brasil e Argentina, permaneceram de forma a manterem em suas doutrinas a

possibilidade de intervenções políticas e militares com o intuito de manter a política dos EUA de conter o comunismo na América Latina, a chamada Teoria do Cerco. Alguns episódios relacionados a tais intervenções são citados neste capítulo. O capítulo é subdividido em quatro subitens: Geopolítica e Guerra – a estreita relação, A Geopolítica e sua influência na Política Externa Brasileira, Segurança Interna – A Doutrina de Segurança Nacional e A Teoria do Cerco.

No terceiro capítulo é analisado o papel assumido pelas Forças Armadas dentro da sociedade brasileira. Verifica-se como, em diferentes etapas do processo político, a postura dos militares se deu de maneira diferente até chegar à derrubada do governo de João Goulart. Dessa forma, é visto como a Força Aérea era utilizada como elemento da política adotada pelo governo central em relação a seus vizinhos e como se estruturou e doutrinou-se em face das percepções de ameaça.

Para tanto, o capítulo divide-se em dois subitens. O primeiro trata da Força Aérea como elemento de dissuasão estratégica, onde é explicitado como a arma aérea, após a Segunda Guerra Mundial, ganhou importância como elemento dissuasório da projeção das políticas dos países. No segundo, discute-se como a FAB estruturou-se e doutrinou-se em face da tentativa dessa projeção política no âmbito sul-americano, visando um possível confronto com o seu principal adversário, a Argentina, pela obtenção de uma hegemonia sub-regional. Neste subitem é visto a trajetória da construção da estrutura da Força Aérea Brasileira desde a sua criação, passando por fatos importantes na vida política sul americana e de como a FAB portou-se diante de tais fatos.

No quarto capítulo, é mostrado como as relações entre Brasil e Argentina foram se modificando em função da nova visão adotada pelos governos centrais de ambos os países, trocando a confrontação pela cooperação e diálogo. Neste capítulo, é exposto como as tentativas de aproximação e integração na região, foram prejudicadas e adiadas por décadas

devido à instabilidade política, queda de governo e a interferência norte-americana apoiada por grupos internos de Brasil e Argentina. Defende-se que, com o acordo de Itaipu/Corpus e as negociações relacionadas ao controle de armas nucleares, passando pelo apoio brasileiro à Argentina na Guerra das Malvinas, as relações entre os dois países tenderam a se estreitar. Seguem ainda no capítulo, os processos democráticos e as conversações em torno do Mercosul e de como as preocupações militares de ambos foram sendo modificadas, fazendo com que a FAB concentrasse a maior parte de suas atenções na região amazônica. Mostraremos que, associada a esta mudança de percepção de ameaça, teve início a integração de ambas as Forças Aéreas, através de exercícios e manobras conjuntas realizadas na região sul do Brasil. Para tal, o capítulo é dividido em seis tópicos. No primeiro, são verificadas as tentativas de integração ocorridas durante décadas entre Brasil e Argentina. O segundo concentra-se nas mudanças ocorridas no governo Figueiredo em relação à visão de parceria com a Argentina. No terceiro subitem, verificamos como o acordo nuclear, realizado na década de 1980 entre os dois países, proporcionou o início da eliminação das desconfianças na área militar, passando pela Guerra das Malvinas e o apoio brasileiro aos vizinhos do sul durante o conflito. No quarto tópico é visto como a retomada dos regimes democráticos em ambos os países propiciou o surgimento da integração econômica e na área de segurança e defesa citando as manobras e exercícios conjuntos entre as Forças Aéreas de Brasil e Argentina. Já no quinto subitem é mostrado o porquê da preocupação sobre a região setentrional brasileira e como a FAB portou-se diante desta nova ameaça ocorrida, estrutura esta explicitada no subitem seis deste capítulo.

No último capítulo, são feitos uma série de questionamentos ao analisarmos a estrutura da FAB mantida no sul do Brasil após a decisão política de aproximação com os vizinhos do sul. Tentamos justificar e dar as respostas pertinentes ao ser colocado em dúvida se realmente a percepção de ameaça da Força Aérea Brasileira foi modificada ao longo dos anos.

Os fatos descritos, citados e analisados remontam de um período muito próximo ao período atual. O desenrolar dos fatos para um futuro não cabe ao historiador procurar decifrá-los, o que tornaria esta dissertação um trabalho de ciência política. Aqui mostraremos como a Força Aérea Brasileira se portou diante dos acontecimentos políticos regionais e mundiais, estabelecendo uma nova estrutura e percepção de ameaça, afinal, segundo Werneck Sodré, “a história é uma ciência social, seu objetivo é o conhecimento do processo de transformação da sociedade ao longo do tempo”¹⁹.

¹⁹ WERNECK SODRÉ, Nelson. *Formação Histórica do Brasil*. 14ª edição. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

Capítulo 1 - A Disputa Regional

Como herdeiros de suas metrópoles, a transferência das disputas protagonizadas por portugueses e espanhóis repercutiu intensamente nas relações entre Brasil e Argentina. Tais disputas ocorreram tanto em seus períodos como colônias, portanto, reprodução fiel de suas antigas coroas, como, também, após suas independências como nações, porém, herdando as diferenças, políticas, sociais e econômicas deixadas por suas metrópoles.

A contenda por territórios no início da era moderna, era fator de sobrevivência para os Estados Nacionais europeus que viam suas colônias como elemento de manutenção do reinado. Para portugueses e espanhóis, a descoberta do novo mundo abriu novas fronteiras em suas relações comerciais, tornando-os muito dependentes das riquezas do novo continente²⁰.

1.1. As Disputas Territoriais e a Herança Colonial

As relações entre os vizinhos da região do Rio da Prata, em especial entre brasileiros e argentinos, sempre foram muito tensas. Durante três séculos os exércitos do cone sul, inicialmente entre portugueses e espanhóis e, posteriormente no século XIX entre brasileiros e argentinos, preocuparam-se fundamentalmente com seus vizinhos tendo, mais recentemente, nos Estados Maiores das Forças Armadas de Brasil e Argentina, desenhadas suas hipóteses de guerra vislumbrando uma invasão dos exércitos regulares de outros países pelos mais variados motivos.

²⁰ Essa expansão territorial se tornaria necessária para os portugueses que, após a bancarrota do comércio açucareiro, viram-se obrigados a abandonar sua estagnação litorânea e explorar o interior do novo continente em busca de novas riquezas. Os espanhóis já haviam sido contemplados com terras ricas em metais preciosos e sentiam-se protegidos pelo Tratado de Tordesilhas que limitava as terras portuguesas ao avanço interior.

As desconfianças entre Brasil e Argentina eram fruto, nesse período, das constantes guerras que objetivavam a conquista e expansão dos negócios na região do Prata, além do controle da desembocadura do rio que concentrava todo o escoamento dos metais oriundos da região central do continente e colocava em perigo, na visão dos espanhóis, a capacidade de envio dos metais provenientes da região do Alto-Peru à metrópole na Europa, devido à perigosa expansão Bandeirante além do Tratado de Tordesilhas.

Tal disputa foi bem colocada pelo historiador paulista Caio Prado Jr. ao escrever que:

As linhas demarcatórias brasileiras na Bacia do Prata, não eram um mero exercício de bizantismo histórico, mas uma questão extremamente relevante no estudo das relações internacionais entre as nações da Bacia do Prata ²¹.

A fundação da Colônia de Sacramento na margem esquerda à jusante do Rio da Prata, bem de frente a Buenos Aires, conforme Leonel Itaussu:

[...] serviu como posto militar avançado das dominações meridionais portuguesas, além de tentar manter o sob vigilância a desembocadura do Prata e o controle do comércio da região platina ²²,

Também, Hélio Jaguaribe expõe que diante de seus condicionantes geográficos e históricos, as fronteiras do sul do Brasil, são consideradas, “a zona de encontro e de tensão entre os sistemas português e espanhol”²³, e palco dos maiores e mais sangrentos conflitos bélicos travados entre os Estados do continente (Cisplatina, Paraguai e Chaco).

Com o intuito de evitar uma possível intervenção e expansionismo luso-brasileiro na parte sul do continente, os espanhóis criaram o Vice-reinado do Prata, que na época

²¹ PRADO Jr., Caio. *A Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. 4ª Edição. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1933, p.138.

²² MELLO, Leonel. I. A. *Brasil, Argentina e a Balança de Poder Regional: Equilíbrio, Preponderância ou Hegemonia?*, 1991. 298 f. Tese (Doutorado em Ciência Política. Departamento de Ciência Política da FFLCH/USP). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991, p. 4.

²³ JAGUARIBE, Hélio. *Novo Cenário Internacional*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986, p.165.

englobava a Argentina, a Banda Oriental, o Paraguai e o Alto Peru (Figura 1), “formando um escudo de contenção às pretensões dos portugueses no Rio da Prata”²⁴.



Figura 1 - Mapa da América do Sul contendo suas subdivisões durante as colonizações portuguesa e espanhola (MELLO, 1991, p. 7.)

A 13 de janeiro de 1750, os Reis Fernando VI, de Espanha, e Dom João V, de Portugal, assinaram o *Tratado de Madri*, com a intenção de acabar com as disputas vigentes, bem como tentar evitar futuros conflitos na região. O Tratado assinado, transferia a Portugal o direito de posse de vasto território a oeste da linha imaginária de Tordesilhas, passando os

²⁴ De BELLIS, Bernardo Q. *Uruguai en el Cono Sur: destino geopolítico*. Buenos Aires: Tierra Nova SRL, 1976, p.105.

portugueses a controlar a Bacia Amazônica em troca do controle da Bacia do Prata por parte dos espanhóis. Essa situação foi bem expressa por Francisco de Auzmendi, que relacionava a importância da região para a Coroa Espanhola : “nós cedemos a Portugal o que não nos serve e para eles será de grande utilidade; e Portugal nos cede a Colônia e o Rio da Prata que não os beneficia e nos destrói”²⁵ .

Com os conflitos europeus ocorridos no final do século XVIII e início do século XIX, as relações entre colônias e metrópoles começam a tomar outros rumos. O diferente envolvimento das coroas portuguesas e espanholas com as disputas entre França e Inglaterra, no velho continente, fez com que os processos de independência de suas respectivas colônias divergissem na formação dos Estados independentes. A fidelidade de Portugal aos ingleses custou a ameaça de invasão de seu território por parte das tropas de Napoleão Bonaparte e a conseqüente fuga de sua Corte para o Brasil, entretanto os espanhóis aliaram-se à França, custando-lhe o isolamento marítimo de suas colônias em virtude da incontestável hegemonia britânica nos mares.

Em face dos problemas apresentados nas metrópoles do continente europeu, as portas para os movimentos emancipatórios de ambos os países se abriram e as independências dos países ocorreram em períodos muito próximos, embora de maneira diferentes.

Contudo, as disputas ocorridas no passado entre as duas metrópoles não acabaram com a criação dos Estados independentes do Brasil e da Argentina sendo, os contenciosos e as disputas, assimiladas por ambos e, desta vez, as influências foram patrocinadas e alimentadas por outras nações que despontavam como as maiores potências mundiais da época.

²⁵ AUZMENDI, Francisco de. *apud* SOARES, Teixeira. *História da Formação das Fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1972, p.33.

1.2. O Republicanismo Argentino e a Monarquia Brasileira

Nas relações ocorridas na América Latina, a partir dos processos de independência do século XIX, as disputas das metrópoles passaram a ser uma pesada herança para suas colônias de difícil quebra de inércia em suas histórias. Tais contendidas propiciaram a influência das duas potências econômicas mundiais no âmbito internacional durante esse período, os ingleses e os recém-independentes Estados Unidos.

Para entender as linhas de influência vigentes na região é interessante revisar os diferentes processos de independência ocorridos na região do Prata, além da forte influência determinada pelos norte-americanos após a elaboração da *Doutrina Monroe* e a política do *Big Stick*, que influenciaram por muitos anos as relações entre Brasil e Argentina.

Os processos de independência ocorridos na América Latina se deram por vias diferentes entre a colônia portuguesa e as espanholas. Trataremos mais especificamente dos casos de Brasil e Argentina.

No Brasil, para muitos historiadores, o processo de independência foi iniciado em 1808, com a fuga da Família Real, prevendo a temida invasão Napoleônica a Portugal. A chegada da Corte portuguesa em solo brasileiro, a fim de estabelecer o governo no novo continente, possibilitou a abertura dos portos ao mercado mundial e a quebra do velho pacto colonial, fazendo com que o intermédio no comércio da metrópole terminasse permitindo os negócios diretos entre o Brasil e o estrangeiro. Deste modo, a influência inglesa para que o Brasil se tornasse uma nação independente tomou vulto. Procurava-se desse modo, incrementar as relações comerciais, possibilitando a expansão da influência do império inglês sobre o país que surgia, com a intenção de escoar os produtos excedentes resultantes do *boom* da revolução industrial britânica.

A independência política do Brasil, em 1822, se deu, conforme Caio Prado Jr., através de um acordo político de bastidores entre a aristocracia rural e os revolucionários, pacificamente, mantendo dessa forma a estrutura colonial e permitindo a manutenção da unidade política e territorial do Brasil através da figura unificadora do Imperador²⁶.

Com a saída de D.Pedro I, o Brasil viveu um período de revoltas e fortes repressões por parte do governo regente, fazendo com que fosse tomada a iniciativa da antecipação da maioria do filho de D.Pedro I, retornando, deste modo, a figura do imperador. Estava mantido o regime monárquico no Brasil.

Nas colônias espanholas a situação de independências se deu de forma bem diferente da lusitana. Com o isolamento das colônias espanholas pelas guerras européias, devido à incapacidade da metrópole manter linhas de comunicação com as colônias e à derrota franco-espanhola para os ingleses na batalha de Trafalgar em 1805, iniciou-se o movimento emancipador das colônias espanholas.

A repercussão do quadro europeu nas Américas foi inevitável e, em 1806, os ingleses atacaram Buenos Aires, fazendo com que o Vice-Rei do Prata, Marquês de Sobremonte, fugisse. Sob o comando do oficial francês Liniers os ingleses foram expulsos, sendo o mesmo, eleito Vice-Rei da província. Imediatamente foi declarado o livre comércio com o exterior. A ruptura definitiva veio com a revolução de 25 de maio de 1810 e a independência formal em 9 de julho de 1816.

Contudo, o processo de consolidação da unidade argentina só acabou quando os portenhos que representavam os comerciantes e imigrantes venceram os fazendeiros e trabalhadores rurais (gaúchos), estabelecendo o unitarismo centrado em Buenos Aires em 1853²⁷.

²⁶ PRADO Jr., 1933, p. 52.

²⁷ Logicamente, os processos de independência do Brasil e da Argentina estão colocados aqui de forma bem simplificada. Existem várias obras explicando detalhadamente cada processo.

Com a criação de novas nações, os Estados Unidos e a Inglaterra focavam seus interesses através dos regimes políticos diferenciados do Brasil monárquico e a Argentina republicana. Para os norte-americanos, a manutenção da monarquia no Brasil figurava “como o baluarte dos interesses da Grã-Bretanha na América”²⁸, portanto não era de se estranhar que as simpatias dos Estados Unidos se voltassem para a Argentina.

Durante este período de disputas entre os EUA e a Inglaterra, se desencadearam diversos episódios de tensão militar na região envolvendo o Brasil e a Argentina, episódios estes, relacionados com a tentativa de expansão do comércio dos norte-americanos com seus vizinhos sul-americanos, conjugada com a recém formulada *Doutrina Monroe* que visava eliminar, ou pelo menos diminuir significativamente, a presença européia no novo continente.

Essas disputas entre os Estados Unidos e os países europeus, em especial a Inglaterra, criaram uma dicotomia de influências na América do Sul. Desde sua independência, os Estados Unidos pautou-se pelo neutralismo e a equidistância em relação à política internacional, porém, com a derrota de Napoleão, os EUA passaram a defender a independência de toda América, teoria apresentada pelo Presidente dos EUA James Monroe ao Congresso dos Estados Unidos em 1823:

[...] Julgamos propícia esta ocasião para afirmar como um princípio que afeta os direitos e interesses dos Estados Unidos, que os continentes americanos, em virtude da condição livre e independente que adquiriram e conservam, não podem mais ser considerados, no futuro, como suscetíveis de colonização por nenhuma potência européia. [...] ²⁹.

Segundo Koshiba e Pereira, antes de um ato de justiça e reconhecimento da soberania dos países recém-independentes no continente americano, os EUA estavam fortemente interessados no novo mercado econômico que surgia no cenário mundial e a eliminação, ou mesmo a diminuição dos concorrentes europeus, abriria as portas para suas indústrias em forte

²⁸ BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois Séculos de História)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973, p.63.

²⁹ Doutrina Monroe, 1823. (Consulta da Internet em 10 out. 2004 <http://www.direitoshumanos.usp.br>).

expansão³⁰. Posição reforçada por Oliveira Lima, ao afirmar que “é força ter presente que a Doutrina Monroe só veda conquistas na América aos europeus, não aos americanos do norte”³¹.

Desde sua independência, o Brasil temia uma possível tentativa de retomada da antiga colônia por parte dos portugueses. Visando à preservação do *status* de país independente, foi iniciada uma negociação de acordo militar com os americanos para a proteção de seu território em caso de tentativa de reconquista da antiga colônia por parte dos portugueses. Porém, tal aliança foi negada pelos norte-americanos, devido ao fato do governo brasileiro não propiciar nenhuma compensação às pretensões econômicas daqueles. Postura um tanto contraditória com a doutrina recém colocada por seu Presidente:

[...] É impossível que as potências aliadas estendam seu sistema político a qualquer parte dos continentes americanos, sem pôr em perigo a nossa paz e segurança, nem se pode supor que nossos irmãos do Sul o adotassem de livre vontade, caso os abandonássemos a sua própria sorte. Ser-nos-ia, igualmente, impossível permanecer espectadores indiferentes dessa intervenção, sob qualquer forma que tivesse [...] ³².

Um fato que merece atenção foi a Guerra da Cisplatina, luta entre o Brasil e a Argentina pela posse da Banda Oriental, atual Uruguai, que se estendeu de 1825 a 1828, devido à anexação deste território, pelo Brasil, em 1821, com o nome de Província Cisplatina. Tais ações armadas concentraram suas ações na entrada do estuário do Prata, zona considerada de grande importância estratégica para brasileiros e argentinos em relação ao controle da navegação e do comércio de toda a bacia platina.

O Brasil tentava mantê-la como província do Império e a Argentina pretendia retomá-la ou, pelo menos, recuperar o controle político sobre ela. No confronto com o Brasil, a Argentina aliou-se aos patriotas uruguaios liderados por Juan Antonio Lavalleja e Fructuoso Rivera e, com o apoio do governo de Buenos Aires, eles conseguiram desembarcar tropas em

³⁰ KOSHIBA, Luiz et PEREIRA, Denise M.F. *História da América Latina*. 3ª edição. São Paulo: Editora Atual, 1981.

³¹ OLIVEIRA LIMA, Manuel. *Pan-americanismo*. Brasília: Senado Federal; [Rio de Janeiro]: Fundação Casa Rui Barbosa, 1980, p.99.

³² Doutrina Monroe, 1823. (Consulta da Internet em 10 out. 2004 <http://www.direitoshumanos.usp.br>).

território da Cisplatina e marchar para Montevidéu, cercaram a capital e proclamaram a independência uruguaia em 1825.

A reação brasileira foi imediata, fazendo com que, por ordem do Imperador Dom Pedro I uma esquadra bloqueasse a entrada do estuário do Rio da Prata impossibilitando o escoamento da produção dos países banhados pelo Prata e a entrada das importações. A Argentina respondeu atacando o litoral sul do Brasil. O imperador brasileiro enviou tropas, que incluíam mercenários contratados na Europa com o intuito de sitiarem Montevidéu. Em fevereiro de 1827, elas foram derrotadas na Batalha do Passo do Rosário.

Com o bloqueio proporcionado pela marinha brasileira não foram prejudicados apenas os países da região, mas também os Estados Unidos amargaram prejuízos por aquela atitude. Durante o bloqueio, cogitou-se uma intervenção norte-americana na região em apoio à Argentina devido aos prejuízos causados ao tráfego marítimo e ao escoamento das exportações para a região. Entre 1827 e 1828, enquanto cresceram as dificuldades brasileiras, aumentava a intervenção diplomática inglesa.

Os britânicos viram a oportunidade de manter sua presença na região e influenciaram diretamente na questão e, em 27 de agosto de 1828, sua posição de não deixar o estuário do Prata dividido entre brasileiros e argentinos foi aceita, sendo reconhecida a independência do novo país, considerado um “Estado-tampão destinado a amortizar a rivalidade entre a monarquia brasileira e a república argentina”³³.

Ficava evidente que o interesse das potências mundiais estava focado na busca e controle do mercado econômico da região. No ano de 1828, foi assinado um tratado de amizade entre brasileiros e americanos dando fim às divergências entre os dois países com o conseqüente apaziguamento da área do Prata. Na verdade, a posição norte-americana se deu pelo fato de que, após uma análise criteriosa, chegou-se à conclusão que uma guerra contra o

³³ MELLO, 1991, p. 13.

Brasil traria maiores prejuízos econômicos aos americanos do que o bloqueio naval efetuado pela Marinha do Brasil, tendo em vista o maior intercâmbio econômico vigente entre Brasil e EUA do que este mantinha com a Argentina naquele momento. O comércio do início do século XIX, na América do Sul, era plenamente dominado pela Grã-Bretanha³⁴. A percepção dos norte-americanos sobre as vantagens, ao longo prazo, que poderia ter seu país com uma aproximação econômica e política com o Brasil foi tal que a situação do comércio entre os dois foi evoluindo de modo que, em 1929, os investimentos dos dois países na região se equiparam. Em 1933, as exportações norte-americanas ultrapassavam as britânicas em 23,8% e as importações em 16%, fruto da política do Barão do Rio Branco que, paulatinamente, deslocou a esfera de influência no Brasil da Inglaterra para os Estados Unidos.³⁵

Para Hélio Jaguaribe, a nova aliança surgida entre brasileiros e norte-americanos se deu, pelo lado brasileiro, pelo receio de uma coalizão dos países hispânicos sob liderança da Argentina e, do ponto de vista norte-americano, pela necessidade de contrabalançar a excessiva presença britânica na América do Sul³⁶.

Mas não se pode dizer que neste século só ocorreram desavenças entre as duas nações. Em 1860 as forças brasileiras e argentinas juntaram-se para combater o Paraguai na maior guerra já vista no continente sul-americano³⁷, porém, esta união não se deu em função de grandes afinidades entre os dois, mais sim pelo fato de ambos verem seus interesses na região expostos a uma mesma ameaça: os paraguaios de Solano Lopez que iniciavam um grande expansionismo econômico, industrial e militar visando atender ao velho objetivo paraguaio de encontrar uma saída oceânica, livrando-se da velha dependência do rio da Prata.

³⁴ A relação do comércio entre a Inglaterra e todas as recentes repúblicas hispânicas na América do Sul era na proporção de 60 contra 24 milhões de dólares dos Estados Unidos. Já no caso brasileiro a proporção era de 20 milhões para os ingleses contra 4,2 milhões dos americanos (MELLO, 1991, p.14).

³⁵ *Ibidem*.

³⁶ JAGUARIBE, 1986, p.169.

³⁷ Para maiores detalhes sobre o conflito ler DORATIOTO, Francisco F.O. *Maldita Guerra*. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; CHIAVENATO, Júlio J. *A Guerra Contra o Paraguai*. 1ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1990; VERSEN, Max V. *História da Guerra do Paraguai*. 1ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

As rivalidades existentes entre Brasil e Argentina tiveram dois períodos distintos. O primeiro, motivadas de busca de hegemonia regional e alimentadas pelo diferencial político do Brasil monárquico e da Argentina republicana e que, estas se confundiram, também, pelas disputas proporcionadas por norte-americanos e britânicos em busca de influência e conseqüente ampliação de seus mercados econômicos na região. O segundo, era gerado pela disputa hegemônica sub-regional, procurando a parceria preferencial dos EUA para a consecução de seus objetivos, tema a ser visto no capítulo que se segue..

1.3. Disputa de Hegemonia ou de Parceria Preferencial Norte-Americana?

Finda a Guerra do Paraguai, foi declarada a República no Brasil “nascida sob os aplausos de todas as nações sul-americanas”³⁸. A política externa do governo do Rio de Janeiro, em conformidade com a nova relação de poder mundial, procurou estreitar suas relações com os Estados Unidos e modificar o modo de relacionamento com os países do cone sul, até então conduzido pela Monarquia³⁹.

Da parceria com a Inglaterra, em função até da afinidade dos regimes políticos vigentes, a República tornava o americanismo ponto identificador das novas relações externas do Brasil.

Através do entusiasmo nascido do republicanismo americano chegou-se até mesmo se cogitar sobre a pertinência da integração do continente através da confederação sul americana, proposta por Aristide Maia. Porém, o idealismo e o otimismo reinante teriam pouca duração. Depois de superada a Questão das Missões, o rearmamento naval argentino em virtude das disputas territoriais com o Chile (Atacama e Puna de Atacama), causou certa preocupação por

³⁸ BUENO, Clodoaldo. *Raízes Históricas do Mercosul: da Rivalidade à Integração*: in História (Universidade Estadual Paulista), V.16, 1997, p. 14.

³⁹ Ibidem.

parte do governo brasileiro. A política de aproximação dos argentinos com países de menor expressão da Bacia do Prata, vista como uma ação de busca hegemônica sub-regional, fez o Brasil adotar uma política de cordialidade com os chilenos, único país com capacidade militar de enfrentar a Argentina tornando, desse modo, esta parceria uma aliança estratégica para o Brasil⁴⁰.

Com o governo Campos Salles, assumiu o Ministério das Relações Exteriores Olyntho Máximo de Magalhães que, preocupado com a política armamentista de argentinos e chilenos e a quebra da balança de poder regional, reconheceu a necessidade de iniciar o rearmamento do Brasil. Em face de tal decisão, o Brasil não participou a convite do Czar Nicolau II, da conferência sobre desarmamento, realizada em Haia em 1899⁴¹.

Na entrada do século XX, a preocupação com o rearmamento tomou proporções perigosas na América do Sul, semelhante à corrida armamentista e da paz armada ocorrida na Europa, tendo, segundo o ministro da Justiça Antonio Gonçalves Pereira, na Argentina, generalizada a idéia de que a corrida às armas teria evitado a guerra contra os chilenos e surgiu um sentimento de segurança através do equilíbrio de forças e da dissuasão⁴².

Apesar das questões territoriais entre brasileiros e argentinos terem sido resolvidas, restavam questões comerciais e de influência sub-regional em franca disputa por ambos os países. O rearmamento argentino era percebido pelos brasileiros como algo inevitável, tendo em vista as disputas territoriais com os chilenos, contudo, a quebra do equilíbrio era preocupante, devido, segundo Clodoaldo Bueno, a paz no cone sul, no início do século XX,

⁴⁰ Ibidem.

⁴¹ Op. cit p.15.

⁴² Sobre dissuasão ler RAYMON, Aron. *Paz e Guerra entre Nações*. tradução Sérgio Bath. 1ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; [São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo], 2002, p. 509-550; _____ *Pensar a Guerra - Clausewitz*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

“repousava no padrão de relações Brasil-Argentina e na noção de equilíbrio entre as suas três maiores nações”⁴³.

As desavenças produzidas não foram capazes de deteriorar as relações entre brasileiros e argentinos e, em 1899, o Presidente argentino, General Júlio Roca, visitou o Brasil, sendo esta cortesia retribuída pelo Presidente Campos Salles.

A troca de visitas produziu boatos internacionais oriundos do Chile, nas quais circularam hipóteses de que Brasil e Argentina procuravam aliar-se visando opor-se à influência norte americana na região, através de acordos comerciais. Tal aliança criava um clima de extrema tensão junto aos chilenos que viam a aproximação Brasil-Argentina como a explícita quebra da balança de poder regional. Não é por casualidade que os boatos da aliança partiram de Santiago para o mundo, chegando aos ouvidos do governo de Washington sobre os objetivos dos sócios do sul. O ministro Olyntho de Magalhães tentou, prontamente, neutralizar os ecos negativos produzidos com o parceiro no hemisfério norte, instruindo aos representantes brasileiros em Whashington, acerca da inveracidade dos relatos disseminados⁴⁴.

Não obstante a cordialidade envolvendo os governos de Buenos Aires e do Rio de Janeiro, fosse através de visitas presidenciais ou através de acordos econômicos, a diplomacia brasileira ainda via com preocupação o rearmamento argentino como fator desestabilizador na balança regional e deixava os diplomatas brasileiros atentos às atitudes envolventes portenhas relacionadas aos países da região do Prata⁴⁵. Para o Palácio do Catete, estas ações eram vistas como a tentativa de aumento da presença e influência argentina na região e, por consequência, o deslocamento do Brasil a um segundo plano no cenário político-estratégico sul americano.

Deste modo, as Forças Armadas de ambos os países permaneceram, durante todo o período do final do século XIX e início do século XX, voltadas para uma possível

⁴³ BUENO, 1997, p.14

⁴⁴ Op. cit., p. 17.

⁴⁵ Op. cit., p.16.

confrontação entre seus exércitos, em virtude da defesa de seus interesses econômicos e políticos, alimentados pelas disputas entre americanos e ingleses, que defendiam a manutenção de seus interesses na região.

Nesse novo jogo no cenário mundial, onde não se disputavam mais única e exclusivamente territórios, mas também influência e poder, as chamadas fronteiras vivas, surgiram nas academias européias, novos conceitos de relacionamentos entre os Estados, a chamada Geopolítica.

Capítulo 2 - A Geopolítica e o Jogo de Poder

2.1 Geopolítica e Guerra – a estreita relação

Com os primeiros trabalhos geopolíticos surgidos na Europa no final do século XIX, a visão de territórios e sua influência sobre a formação dos Estados Nacionais começaram a ganhar uma forma diferente de análise. Como ciência, a geopolítica é de aceitação um tanto polêmica. Os pioneiros estudos relacionados com o assunto abordavam-no obedecendo à semântica da palavra: geo (terra) e política (arte de governar), caracterizando a Antropogeografia, ou seja, limitava-se a estudar as relações dos países no campo geográfico, ignorando os aspectos sociais e políticos que influenciavam as relações entre os povos. A palavra geopolítica surgiu na escola alemã do final do século XIX com o professor sueco Rodolfo Kjéllen que, além dos meios físicos e naturais, considerava também, as relações entre os territórios e os habitantes no âmbito dos Estados, adquirindo “um sentido dinâmico das ciências políticas, indicadora de soluções governamentais inspiradas na geografia”⁴⁶.

Apesar de surgida no século XIX, a geopolítica começou a ganhar verdadeira importância somente na década de 1920 e atingiu seu apogeu em meados de 1930 com a Escola de Munique de Karl Haushoffer (1869/1946), influenciada pelas idéias de Mackinder, Ratzel e Kjellén e que conduziu a política externa nazi-germânica no período antecedente à Segunda Guerra Mundial.

Segundo as linhas de estudos da geopolítica, para serem melhor entendidas, estas podem seguir por duas vertentes. A primeira procura o caminho determinista da escola alemã, defendendo a idéia do Estado de características dinâmicas, sempre em evolução, não estático

⁴⁶ MATTOS, Carlos de M. *Brasil - Geopolítica e Destino*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979, p.3.

e que a geografia determina o destino dos povos, sendo movidos pelas necessidades momentâneas e variáveis de acordo com os acontecimentos de sua história. A outra escola segue a linha dos organicistas, do francês Vidal de La Blache, sendo o Estado comparado a um ser vivo dotado de características evolutivas (nascimento, crescimento, desenvolvimento e senilidade) sendo este, sujeito também, às reações instintivas, cujo desejo de Poder o impulsionador dessas atitudes instintivas orgânicas, sem racionalidade.

No conceito de Max Weber, Poder é “toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade”⁴⁷, que complementa o pensamento de Raymond Aron ao afirmar ser o Poder a pedra fundamental das relações entre os Estados, determinando sua capacidade de influência na comunidade internacional⁴⁸.

Deste modo, as relações entre os Estados seriam impulsionadas pelos interesses dos países em determinado momento, através das leis do crescimento espacial do Estado⁴⁹ ou movidos pelos instintos de crescimento⁵⁰, ou seja, os Estados procurariam as formas de relacionamento entre eles conforme suas necessidades naquele momento da história, visando o seu crescimento e, se necessário, à subjugação de seus adversários, através da imposição do Poder sobre o outro.

A importância da geografia em conflitos mundiais serve de alimento para os defensores da geopolítica como instrumento fundamental para o planejamento das nações em âmbito externo, sendo os exemplos de Napoleão Bonaparte e da Alemanha Nazista contra os russos, constantemente mencionados pelos ferrenhos defensores da geopolítica como ciência.

⁴⁷ WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora UNB, 1991, p. 33.

⁴⁸ ARON, Raymon, 2002, p. 127-134.

⁴⁹ Conforme os sete princípios da Teoria do Espaço Vital (Lebensraum) de Ratzel, onde a raça superior tinha o direito a conquistar o seu "espaço vital", dominando os países, vizinhos ou não, habitados por seres inferiores e de que nos trópicos não havia condições para a formação e para o surgimento de civilizações, justificando o imperialismo e o colonialismo (RATZEL, Federico et al. *Antologia Geopolítica*. Buenos Aires: Editorial Pleamar, 1975).

⁵⁰ Para Rudolf Kjellén, enquanto a lei proporciona a moral, elemento racional do Estado, o Poder lhe proporciona o impulso orgânico, irracional (MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e Poder no Brasil*. Campinas: Papirus, 1995).

Raymond Aron escreveu que a política externa dos Estados é influenciada diretamente pela posição geográfica, servindo de meio para seu planejamento junto às relações entre os países⁵¹.

A verdade é que as fronteiras dos países nunca foram o que são e seus limites foram se modificando ao longo do tempo, sendo produto da história humana. O seu significado atual é resultado da projeção e conseqüente influência dos Estados Nacionais europeus sobre as colônias nos últimos séculos, sendo a determinação de seus limites, não apenas físico (rios, florestas, montanhas, etc.), mas também conseqüência direta de fatores políticos.

Tratar as fronteiras dos países como sendo algo que sempre existiu da maneira como são hoje e limitar os estudos aos aspectos naturais de sua formação é uma forma ingênua e simplista de análise, “tratando-as como uma entidade um dia descoberta e ocupada, esquecendo-se dos aspectos inseridos dentro dos determinantes sociais e políticas”⁵².

As diferenças de interesses são inerentes à atividade do Estado e a própria história mostrou-nos que as relações dos países sempre foram minadas por conflitos de interesses. Tais interesses sempre voltados para a expansão territorial, ou não, mas sempre baseados em interesses políticos, econômicos, étnicos e, até mesmo, religiosos; chegando à criação de novos Estados, a fusão de alguns e a divisão de outros, devido a um desses interesses ou à associação de vários.

Sendo assim, as Forças Armadas dos países configuraram-se ao longo da história diante da imposição de um Estado sobre o outro, ou seja, a projeção e imposição do Poder.

Dentro do conceito de Poder do Estado, os geopolíticos subdividem-no em quatro elementos. O Poder Político, o Psicossocial, o Econômico e o Militar. Sendo o objeto deste trabalho a Força Aérea, será estudado somente o Poder Militar, tendo em vista a complexidade que envolveria inserir os outros três, não ignorando suas importâncias.

⁵¹ ARON, 2002. p.105

⁵² MAGNOLLI, Demétrio. *O que é Geopolítica*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 8.

Sendo assim, o Poder Militar pode ser dividido em três partes: o terrestre, o marítimo e o aéreo, e dentro desta separação, as Forças Armadas dos Estados planejaram suas ações, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, de acordo com suas configurações geográficas, conforme análise feita por Meira Mattos.

Desta subdivisão surgiram autores que, dentro de suas análises diferenciadas, privilegiam um mais do que outro, focando seus estudos dentro de um destes poderes. Os primeiros pensadores acerca de Poder Militar, seguiram o foco no Poder Terrestre com os estudos de Frederico Ratzel (1844-1904), Rudolf Kjellén (1864-1922) e Halford Mackinder (1861-1947). Seguiram-se os estudos do poder marítimo, com destaque do oficial da marinha norte-americana Alfred Thayer Mahan (1840-1914) e do britânico Julian Stafford Cobert e, posteriormente, com o advento do avião, o Poder Aéreo, com Willian Mitchell (1879/1936), Alexander Seversky (1894/1974) e o precursor e talvez inspirador dos dois anteriores, o General italiano Julio Douhet (1869/1930), assunto tratado detidamente e mais especificamente em capítulo posterior.

Talvez o mais notório pensador sobre a guerra seja o General prussiano Carl Von Clausewitz, não por suas colocações sobre táticas da guerra⁵³ que se tornaram obsoletas com o surgimento de novas armas no século XX, mas devido ao tratamento dado por este autor de considerar a guerra como elemento da política dos Estados. Suas colocações são amplamente utilizadas pelas forças políticas e Forças Armadas de vários países, inclusive o Brasil.

Em 1890, Clausewitz, dizia que,

A guerra não é meramente um ato político, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas, uma realização destas por outros meios. [...], pois que a intenção política é o fim, enquanto a guerra é o meio, e não se pode conceber o meio independentemente do fim⁵⁴.

⁵³ Clausewitz citava constantemente a Guerra Franco-Prussiana do século XIX. Deste modo o mesmo não chegou a conhecer as novas armas que surgiram na 1ª Guerra Mundial e que modificaram totalmente os conceitos táticos e de movimento das tropas no campo de batalha. Contudo, do ponto de vista estratégico, seus conceitos ainda estão presentes na atualidade.

⁵⁴ CLAUSEWITZ, 1996, p.27.

Diante desta afirmação, podemos dizer que a geopolítica é voltada para, em última instância, o interesse do Estado e a imposição da Política de um Estado sobre outros Estados e, o conflito armado (a guerra), caso seja necessário, uma última instância da política, afinal, a guerra é “um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade”⁵⁵.

2.2 A Geopolítica e sua Influência na Política Externa Brasileira

Em função dos fatores extra-físicos relacionados anteriormente, no Brasil, começaram a surgir no início do século XX, os primeiros estudos voltados para a área da geopolítica, apesar de já existirem atitudes governamentais que indicaram uma visão geopolítica por meio do Visconde do Rio Branco e do Barão do Rio Branco que buscaram estabelecer políticas envolventes relacionados aos países sul americanos.

O precursor dos estudos de geopolítica como ciência no Brasil, é considerado Everardo Backheuser que, na década de 20, sistematizou informações e deu corpo para que a disciplina se desenvolvesse em território nacional.

Apesar dos estudos de Mackinder terem tomado corpo e sua difusão ao redor do mundo ter sido bem assimilada, ainda assim, os estudos no Brasil eram tímidos e restritos a poucas traduções. Somente mais recentemente foram obtidas referências em português dos autores estrangeiros mais significativos. Diante deste quadro, poucos estudiosos no assunto surgiram em âmbito nacional, podendo citar Elyseo de Carvalho, Everardo Backheuser, Carlos Delgado, Mário Travassos e Francisco de Paula Cidade.

⁵⁵ Ibidem.

Com a entrada de novos pensadores no assunto, a disciplina começou a ganhar adeptos de seus estudos, podendo citar o historiador paulista Caio Prado Jr., que apesar de não seguir sua trajetória intelectual nessa linha, abordou, em 1933, a importância da nova ciência que surgia ,

Assunto que põe em grande relevo a ação conjugada de fatores geográficos e históricos, prestando-se admiravelmente, dessa forma, para considerações de uma disciplina sociológica que só muito recentemente começa a se formar: a Geopolítica⁵⁶.

Porém, os estudos relacionados à área eram muito superficiais, devido ao pouco tempo de introdução da matéria nos meios intelectuais do país, tomando proporções significativas somente na década de 40, no pós II Guerra Mundial, quando surgiu um grande número de estudos teóricos além de "propostas concretas sobre os problemas nacionais formados à luz das teorias geopolíticas"⁵⁷.

Com a criação da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1948, os estudos geopolíticos brasileiros tomaram uma nova direção. Nesta escola, acrescentaram-se outros elementos determinantes na política nacional como Segurança Nacional, Poder Nacional, Objetivos Nacionais, Estratégia Nacional, Política Nacional e Desenvolvimento Nacional aos moldes do *Nation War College* dos Estados Unidos, influência direta da forte parceria estabelecida por brasileiros e norte americanos durante a Segunda Guerra Mundial.

Durante o governo militar brasileiro instaurado em 1964, e a difusão do binômio *segurança e desenvolvimento* desenvolvida pela ESG, com ênfase no primeiro elemento, a vida política dos países limítrofes do Brasil era tratada com grande preocupação, e “deixava o governo brasileiro em alerta quanto a movimentos de esquerda e formação de grupos guerrilheiros de ideologia marxista nesses países”⁵⁸.

⁵⁶ PRADO Jr., 1933, p. 139.

⁵⁷ MIYAMOTO, 1995, p. 65.

⁵⁸ GRAEL, Dickison M. *Aventura, Corrupção, Terrorismo - À Sombra da Impunidade*. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 12.

Os interesses norte-americanos, no pós Segunda Guerra, fizeram com que o anticomunismo ganhasse ênfase significativa na doutrina de segurança dos países latinos, temendo o expansionismo comunista iniciado por Stálin na década de 1930. Deste modo, o Brasil que gozava de grande prestígio dos EUA, após a guerra, devido ao apoio dado ao esforço aliado contra as forças do eixo, contrariando uma tendência quase que geral dos países latinos de simpatias e apoio aos regimes totalitários de Berlim e Roma, foi considerado um parceiro essencial na manutenção da presença dos EUA no continente.

Esta situação de “representante dos interesses imperialistas norte-americanos na América do Sul”⁵⁹ gerava, nos argentinos, grandes desconfianças com relação à posição estabelecida pelo governo do Brasil, tendo em vista a já percepção negativa assimilada pelos portenhos com relação à postura tomada dos geopolíticos brasileiros. Tal visão, estava ligada à uma nova visão de expansão de influência continental brasileira e eliminação da dependência dos países considerados satélites na região ao porto de Buenos Aires e das idéias difundidas do Brasil grande e de projeção continental⁶⁰.

Esta percepção argentina foi grandemente influenciada pela obra do Capitão do Exército Brasileiro Mário Travassos, *Projeção Continental do Brasil*⁶¹, publicada em 1930. Neste estudo Travassos inseria os conceitos de Mackinder sobre *Heartland*, ou coração do mundo, apontando a região formada pelo triângulo Santa Cruz de La Sierra, Sucre e Cochabamba como o coração da América do Sul. Segundo Travassos, esta região concentrava a influência da Bacia do Prata interagindo com a Bacia Amazônica, além de servir de porta de comunicação do interior do continente com o Atlântico e o Pacífico, e por considerar esta

⁵⁹ MACHICOTE, 1973, p. 7.

⁶⁰ Além das atitudes tomadas pelo Barão do Rio Branco no século XIX, a obra *Projeção Continental do Brasil* do então Capitão do Exército Brasileiro, Mário Travassos, na década de 1930, deixou a situação política entre brasileiros e argentinos, extremamente tensa. Tal obra não teria tanta importância se acabasse diluída no tempo; porém, esta serviu como inspiração para outros geopolíticos brasileiros, culminando com a adoção pelos estudiosos que seguiram o doutrinamento geopolítico, com ênfase no estudo adotado pela ESG e de seus formuladores, entre eles o General Golbery do Couto e Silva e o General Carlos de Meira Mattos, durante o governo instalado em 1964 no Brasil.

⁶¹ TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

região como sendo a zona vital do continente sul-americano (figura 2). Na visão de Travassos o Brasil deveria procurar agir de modo a manter sua influência política sobre esta região de modo que o planalto boliviano não mais dependesse da saída pelo porto de Buenos Aires.



Figura 2-*Hertland* Sul Americano conforme descrição de Mário Travassos. (Consulta da Internet em 14 maio 2005 <http://www.igeo.uerj.br/VICBG-2004/Eixo5/e5%20160.htm>).

Em seu livro *O Expansionismo Brasileiro*⁶², de 1981, Paulo Schilling refere a um provável expansionismo brasileiro em busca de pretensões imperialistas na América Latina; contudo, principalmente após 1964, não há de se negar que a projeção brasileira estava intimamente ligada aos interesses norte-americanos na América do Sul, de combate ao comunismo e manutenção de interesses econômicos, sendo as atitudes políticas de Brasília,

⁶² SCHILLING, Paulo. *O Expansionismo Brasileiro: a geopolítica do general Golbery e a diplomacia do Itamaraty*. São Paulo: Global Editora, 1981.

respaldados por Washington. Tendo em vista que, neste período, os EUA consideravam o Brasil como um parceiro estratégico para suas pretensões na região, sendo bem expressas nas palavras do Presidente Richard Nixon (1969-1974) ao afirmar que para onde se inclinasse o Brasil o restante do continente Latino Americano seria arrastado. Tal afirmação serviu para acirrar as desconfianças dos argentinos, temendo um provável domínio brasileiro no continente sul-americano, apoiado pelos EUA, e que incendiou ainda mais os ânimos entre brasileiros e argentinos na disputa de hegemonia sub-regional⁶³.

2.3 Defesa Interna – A Doutrina de Segurança Nacional

Em *Geopolítica do Brasil*⁶⁴, o General Golbery do Couto e Silva, um dos mais influentes geopolíticos na condução das políticas governamentais durante o regime militar de 1964, defendia o fortalecimento do Poder Nacional, a fim de atingir os objetivos traçados pela Estratégia Nacional.

Com relação aos aspectos de segurança, a doutrina vigente no âmbito das Forças Armadas Brasileiras, no período do governo militar, era dividida em cinco itens: Individual, Comunitária, Específica, Nacional e Coletiva⁶⁵. Segue ainda a doutrina afirmando que independentemente de cada aspecto, nenhuma era mais importante que a outra, mudando apenas a complexidade das mesmas e o maior vulto de envolvimento do Estado em relação à Segurança. A doutrina de segurança não desvinculava segurança interna com segurança nacional, deixando clara a importância dada à tendência política que fosse estabelecida internamente.

⁶³ BANDEIRA, Luiz A. M. *Brasil, Argentina e Estados Unidos – Conflito e Integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul 1870-2003)*. Rio de Janeiro: Revan: 2ª edição, 2003, p.409-429.

⁶⁴ COUTO E SILVA, Golbery. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

⁶⁵ Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EAOR). *Segurança Interna. apostila*, 1979, p.4.

Com relação à Segurança Individual, a doutrina defendia que:

[...] o homem deverá sentir-se interna e externamente seguro ou seja, ter garantidos, respectivamente, a solução de seus problemas de saúde, educação subsistência, moradia e oportunidade social ⁶⁶.

Já na segurança comunitária,

[...] sendo o homem um ser essencialmente gregário, não lhe bastará apenas a Segurança Individual; sob o aspecto de Segurança Comunitária, será necessária a garantia dos elementos que dão estabilidade às relações políticas, econômicas e sociais, preservando a propriedade, o capital e o trabalho para sua plena utilização no interesse social ⁶⁷.

A Segurança Específica, visava um conjunto de ações para o fortalecimento e manutenção de cada Expressão Nacional (Política, Psicossocial, Econômica e Militar)

[...] enquanto a Segurança Nacional se preocupa com os antagonismos e pressões capazes de obter a consecução e manutenção dos Objetivos Nacionais, a Segurança Específica de cada expressão do Poder Nacional se preocupa com as próprias limitações para [...] aumentar seu grau de participação no quadro de segurança Nacional ⁶⁸.

A Doutrina de Segurança entendia que se ao Estado cabia a Segurança Individual e a Comunitária, cabia-lhe, também, assegurar o grupo nacional como um todo contra interferências diversas, para que pudessem ser satisfeitos os interesses e aspirações nacionais.

A possibilidade da guerra como última instância da política nacional visando alcançar os objetivos nacionais, era tratada por Golbery como uma possibilidade a ser considerada e, em conseqüência, o preparo das Forças Armadas transformava-se num fator primordial da projeção da política nacional. Além dos fatores externos de segurança, a chamada segurança interna era também ponto central para o governo militar brasileiro. Para Golbery as Forças Armadas deveriam ser o elemento do Poder Nacional mais envolvida no aspecto Segurança Nacional:

⁶⁶ Ibidem.

⁶⁷ Ibidem.

⁶⁸ Op. cit, p.5.

E é esse Poder, atuante desde o tempo de paz como trunfo decisivo e sustentáculo real nas discussões diplomáticas, já desde então supervalorizado pela sombra pretigiosa que sempre o acompanha [...] suscetível de atualizar-se em prazo maior ou menor, que deverá ser transformado, orientado, mobilizado para a eventualidade da guerra [...] assumindo, a partir de então, sua componente militar, exteriorizada nas Forças Armadas, o papel dominante ⁶⁹.

A Doutrina de Segurança Interna pregava que a Segurança Nacional deveria, forçosamente, apoiar-se em um Poder Nacional fortalecido:

[...] por uma Expressão Política, caracterizada pela legitimidade e pela atuação dinâmica de componentes e órgãos estribados em legislação adequada, por uma Expressão Psicossocial que represente uma população de elevado nível sob aspectos estáticos e dinâmicos, integrada num ambiente adequado e dotada de instituições sociais representativas; por uma Expressão Econômica que possibilite à nação um desempenho eficiente no plano interno e soberano no plano externo; e, finalmente, por uma Expressão Militar alicerçada no fortalecimento das outras três expressões [...] para alcançar os Objetivos Nacionais em face dos antagonismos ou pressões que justifiquem a aplicação violenta do Poder nacional ⁷⁰.

Com relação à Segurança Coletiva, a relação de apoio mútuo entre países era visto pelo governo brasileiro como um item de Segurança Nacional:

[...] o Poder Nacional pode ser fortalecido em consequência do apoio mútuo que se venha a estabelecer com outros centros de poder, isto é, com um determinado grupo de países, buscando-se nessa relação mútua a eliminação de controvérsias recíprocas e uma maior capacidade de conquistar e manter os objetivos e interesse comum ⁷¹.

Cabe ressaltar que na Doutrina vigente sobre Segurança Coletiva, a mesma não deveria em hipótese alguma se sobrepor aos interesses nacionais e à Segurança Nacional. Pregava tal doutrina que a Segurança Coletiva era um complemento da Segurança Nacional ⁷².

O dimensionamento das Forças Armadas em função das reais ameaças impostas no cenário mundial/regional era item importante a ser considerado, em função da dicotomia apresentada entre as obrigações e as necessidades. Este antagonismo pode ser bem explicitado utilizando as palavras do Comandante em Chefe da Luftwaffe, Hermann Göring: “mais canhões e menos manteiga”, sendo uma das grandes preocupações dos governantes

⁶⁹ COUTO E SILVA, Golbery. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967, p. 13.

⁷⁰ Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EAOR), 1979, p.5.

⁷¹ Op.cit., p.6.

⁷² A chamada Operação Condor, desencadeada pelos governos militares sul-americanos previa a troca de informações entre os centros de inteligência destes países com relação aos movimentos de esquerda que estavam em plena ação na América do Sul.

brasileiros as repercussões que poderiam ocorrer em âmbito interno sobre a política de segurança adotada, em detrimento das necessidades básicas necessárias, tendo em vista os poucos recursos que o país dispunha.

A disputa regional, o expansionismo comunista e a conseqüente influência norte-americana, confrontava-se com o prometido crescimento econômico e desenvolvimento nacional, obrigando a racionalização dos meios militares, exigindo planejamento em função da situação política e equilíbrio de forças regionais no contexto sul-americano.

O crescimento econômico brasileiro dependia extremamente da entrada de capitais e financiamentos externos, sendo a parceria Brasil - Estados Unidos um jogo de troca de interesses. O Brasil garantiria a distância do comunismo e manteria a influência dos EUA na região e os norte-americanos proporcionariam o capital para o prometido crescimento econômico e a conseqüente melhoria da vida da população brasileira, que diminuiria as vulnerabilidades de Segurança Individual e Comunitária nacional.

Vale ressaltar que, segundo a teoria geopolítica da escola alemã, onde o Estado é movido pelas necessidades momentâneas e variáveis de acordo com os acontecimentos de sua história, os discursos sobre a condução das políticas governamentais, mudaram significativamente em pequeno espaço de tempo, conforme podemos observar nos discursos de dois Presidentes brasileiros.

“Não há desenvolvimento sem segurança” (Presidente Médici)

“O Máximo Desenvolvimento possível com o mínimo de Segurança indispensável”
(Presidente Geisel).

Se analisarmos os dois discursos, a grosso modo, podemos concluir que existe um antagonismo entre eles, contudo, analisando o contexto enfrentado pelos dois Presidentes, veremos que no momento histórico, a situação encontrada por Geisel já era mais amena com

relação à Segurança Interna, onde os grupos de esquerda já haviam sido praticamente neutralizados pelo governo Médici; podendo concentrar maior parte de seu esforço no desenvolvimento econômico nacional. Para se ter idéia, os gastos em segurança e defesa no governo Médici mais que triplicaram do ano de 1968 para 1970, passando de CR\$ 40.003 para CR\$159.463⁷³.

A essência do pensamento autoritário brasileiro, nesse período, que focava o discurso desenvolvimento e segurança, tinha suas origens nos movimentos tenentistas da década de 20, com Góes Monteiro, e do antigo positivismo republicano dentro do lema Ordem e Progresso⁷⁴. Acrescentou-se a estas idéias as obras dos pensadores autoritários brasileiros Alberto Torres, Azevedo Amaral e, mais próximo a esse período, Oliveira Vianna e, do ponto de vista das relações externas com os vizinhos sul-americanos, a obra do capitão Mário Travassos na década de 1930, ganhou grande seguidores de peso no governo militar de 1964, como Golbery e Meira Mattos.

Para os militares brasileiros a Segurança Interna estava estreitamente aliada à Segurança Externa e definida, dentro da Doutrina de Segurança Nacional, com apoio dos norte-americanos, como elemento inseparável da tendência política trilhada pelos países vizinhos ao Brasil. Tal percepção foi fruto do já difundido apoio proporcionado pela União Soviética, Cuba e Albânia a grupos de esquerda interessados em instaurar regimes políticos alinhados com esses países. Deste modo, a doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG), preocupava-se tanto com fatores internos como fatores externos da Segurança Nacional, podendo ser demonstrada na conceituação de Joaquim Távora escrita em 1953 e que sofreu pequenas modificações posteriores⁷⁵.

⁷³ *O Brasil em Dados*. Rio de Janeiro: Índice – o banco de dados/TV Estúdio Produção, 1971, p.111.

⁷⁴ SCHOOYANS, 1973 *apud* MIYAMOTO, 1995.

⁷⁵ A doutrina da ESG veio a sofrer modificações significativas somente em 1990 com o Almirante-de-Esquadra Ernani Goulart Fortuna, retirando dela a tese do "inimigo interno." (CONTRERAS, Hélio. *Militares: confissões: Histórias Secretas do Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998, p.100).

A Segurança Nacional é o maior ou menor grau de garantia que, por meio de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, um Estado proporciona à coletividade nacional, para a consecução e salvaguarda de seus objetivos nacionais, contra a ação adversa de fatores internos e externos⁷⁶.

Assim, as intervenções, tanto políticas quanto militares, em países vizinhos era uma hipótese real para o governo militar brasileiro, tendo em vista que a instauração de um regime considerado de tendências esquerdistas em região de fronteiras com o Brasil, afrontaria diretamente o governo alinhado com a doutrina da Casa Branca.

Visto como a geopolítica influenciou o pensamento do governo militar brasileiro e como a segurança interna era ponto crítico para a Segurança Nacional e que o alinhamento político de países vizinhos ao Brasil era tratado com vigilância por Brasília, passemos a analisar os fatos históricos do período envolvendo as deflexões das relações entre Brasil e Argentina.

2.4 A Teoria do Cerco

O regime militar instaurado no Brasil em 1964, avocava às Forças Armadas a responsabilidade direta pelo governo, inspirado no conflito ideológico leste-oeste, no combate aos movimentos de subversão, luta revolucionária e insurreição. Em virtude deste posicionamento, o governo de Castelo Branco aceitava a teoria de uma interdependência entre os países da região, tanto política como militar, estabelecendo o caráter de fronteiras ideológicas orientadas pela Casa Branca, sendo que a intervenção, em países ameaçados por movimentos comunistas ou de natureza semelhante, fosse realizada com a formação de uma Força Policial Internacional (FIP) composta por soldados de diversas nacionalidades, que

⁷⁶ A Defesa Nacional. *Segurança Nacional: conceituação da Escola Superior de Guerra*. In A Defesa Nacional, LXVI (681). janeiro/fevereiro 1979, capítulo sobre A Segurança Nacional da "Doutrina Básica", 1979.

ficariam à disposição da OEA. As intervenções já vinham sido estudadas desde o problema cubano com os Estados Unidos e a tentativa de expulsão de Cuba da OEA⁷⁷.

Após a deposição, em 1962, do governo Frondizi na Argentina, foram realizadas negociações para uma aliança militar entre EUA e Argentina, em 1963. No auge das discordâncias entre o governo Goulart e os EUA, cogitou-se até na possibilidade de intervenção no Brasil da Força Militar Interamericana, sob liderança da Argentina, caso Goulart recuperasse, através do plebiscito (1º de janeiro de 1963), a plenitude dos poderes como Presidente da República e o mesmo inflectisse realmente para a esquerda e se consolidasse no poder. Contudo, com a derrubada de Jango, a situação política regional se tornou-se, para os Estados Unidos, mais calma e sob controle por meio dos governos militares instalados⁷⁸.

Agora, o cerco ideológico contava com dois fortes aliados, o Brasil e a Argentina e permitiu o fortalecimento da política da Casa Branca na região sul do continente. Devido a tal orientação, em 1964, por várias vezes o III Exército, sediado no Rio Grande do Sul, entrou em prontidão devido a movimentos no Uruguai organizados por líderes brasileiros exilados nesse país após o movimento militar de 1964.

Na Bolívia, a instabilidade política ocorrida após a tentativa de manutenção do poder pelo Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), aliado ao início de movimentos de guerrilhas, fez com que um golpe de Estado colocasse fim ao governo de Victor Paz Estensoro, assumindo o General Ovando Candia. O clima de tensão na Bolívia levou o governo de Washington a acreditar na possibilidade de intervenção brasileira no vizinho do oeste, sendo o reconhecimento por parte de Brasil e Argentina ao novo governo militar boliviano, fator que ajudou a manutenção da unidade de seu exército⁷⁹.

⁷⁷ BANDEIRA, 2003, p. 386.

⁷⁸ BANDEIRA, Moniz. *Estado Nacional e Política Internacional na América Latina – O continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992) – 2ª edição*. São Paulo: Ensaio, 1995, p. 193.

⁷⁹ BANDEIRA, 2003, p.390.

No início da década de 70, o governo militar brasileiro estava em seu apogeu de planejamento para um grande desenvolvimento econômico, apesar de dar ênfase na parte da segurança e combate a grupos considerados subversivos aos interesses do regime militar e dos Estados Unidos, estabelecendo uma aproximação política muito estreita com Washington.

Já no quadro político, a região da Bacia do Prata, apresentava uma Argentina que vivia um período de estabilidade política que, apesar do governo ter assumido o poder através da deposição de seu Presidente, Alejandro Lanusse, via a possibilidade de abrir-se politicamente e levar adiante as eleições diretas visando à substituição do comando da nação, mesmo diante do possível retorno do partido peronista ao comando de Buenos Aires. No Uruguai, reinava uma grande instabilidade política com a grande possibilidade de uma coalizão de partidos de esquerda em vencer as eleições previstas para 1971.

Porém, nesse período, a idéia de formação de uma Força Internacional de intervenção já não fazia parte das intenções do Brasil que, no governo de Costa e Silva, apesar do estreitamento político com os EUA, almejava a posição de grande nação mundial utilizando a teoria de que cada nação, individualmente, deveria tomar as atitudes achadas cabíveis relacionadas à sua segurança.

Dentro do quadro apresentado, formou-se na região do Rio da Prata um jogo de interesses e influências protagonizados por brasileiros e argentinos, motivados pelas diferentes políticas defendidas por seus governos. Neste contexto, de democracia aspirada pelos argentinos, era até certo ponto, do ponto de vista ideológico (capitalismo-comunismo), aceitar a intervenção por parte do Brasil em países que representassem uma ameaça à estabilidade interna governamental brasileira. Isto porque, na Argentina, encontrava-se no poder um General aliado com a doutrina da Casa Branca, e a instalação de um país com governos comunistas seguiria por uma trilha contrária a tal pensamento. Contudo do ponto de

vista geopolítico e de projeção internacional, os argentinos não aceitariam esta tomada de decisão radical por parte dos brasileiros.

Para a Argentina, estes grupos não demonstravam nenhuma ameaça ao governo de Lanusse devido, como visto, à estabilidade e abertura política estabelecida por seu governo central. Esta situação não era compartilhada pelo Brasil, que vivia a plena expansão de grupos de esquerda e aumento da instabilidade interna, através de assaltos a bancos, seqüestros de autoridades e os rumores do início de guerrilha rural⁸⁰. Motivados por estes fatos e da possibilidade de ascensão ao governo uruguaio por parte de partidos políticos ligados aos Tupamaros⁸¹, no final de 1971, foi preparada a chamada “Operação Trinta Horas”, que visava à ocupação do território uruguaio por forças brasileiras caso se consumasse a subida ao poder por parte dos partidos da Frente Ampla, ligados aos grupos de esquerda armada uruguaios.

Tal operação foi testemunhada pelo Coronel do Exército Brasileiro Dickison Grael e relatada no livro *Aventura, Corrupção, Terrorismo – à sombra da impunidade*⁸². Grael dá seu testemunho quando servindo na 2ª Divisão de Cavalaria, em Uruguiana no estado do Rio Grande do Sul, uma importante unidade situada às margens do Rio Uruguai, distante 10 quilômetros da cidade argentina de Paso de Los Libres e a 70 quilômetros da cidade de Bella Union, fronteira do Uruguai com o Brasil. O relato exprime com clareza como a operação havia sido planejada pelo Exército Brasileiro com o apoio do governo norte-americano de Richard Nixon, inclusive tendo a presença de militares daquele país na região onde poderia ocorrer a invasão.

⁸⁰ Em fins de 1969, um grupo de militantes da VPR - Vanguarda Popular Revolucionária - e de outras Organizações revolucionárias de resistência ao governo militar, foi deslocado para uma área no Vale do Ribeira, estado de São Paulo, comandados pelo Capitão Carlos Lamarca. Já no Araguaia, as preparações para a guerrilha na região do planalto central sob comando do PC do B, que atingiu o ápice dos combates em 1972, tendo os combates considerados encerrados em 1975, com a derrota da guerrilha.

⁸¹ Grupo de esquerda que teve sua primeira ação clandestina em julho de 1963 quando um grupo de militantes de origem socialista, chefiados por Raul Sendic, assaltou um clube de tiro situado no interior, apoderando-se de boa quantidade de armas de fogo. Suas ações proporcionaram a atuação do aparelho coercitivo uruguaio, prejudicando também a Frente Ampla que apoiou a candidatura do General Liber Seregni nas eleições presidenciais de 1971.

⁸² GRAEL, Dickison M. *Aventura, Corrupção, Terrorismo - À Sombra da Impunidade*. Petrópolis: Vozes, 1985.

A disposição da Casa Branca em manter sob controle a estabilidade política na região era tal que, de acordo com um memorando produzido pelo Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos naquele período, o Presidente Nixon instruiu o então assessor da Casa Branca para Assuntos de Segurança Nacional, Henry Kissinger, “a amenizar eventuais impasses entre o Brasil e seu país”⁸³. Outro testemunho importante é do brigadeiro Sérgio Luiz Burguer, segundo o qual, a ação no Uruguai “era mais centrada na necessidade de garantir a estabilidade da América Latina como um todo do que propriamente do Brasil” e tal intervenção se daria caso os Tupamaros tentassem impedir a posse do Presidente eleito, Bordaberry, no governo uruguaio e, caso tomassem tal iniciativa, “o Brasil interviria, cumprindo decisão da OEA”⁸⁴.

Contudo, as interferências brasileiras não se resumiam unicamente ao caso uruguaio e já vinham de data anterior. O Paraguai após o golpe de Estado proporcionado por Alfredo Stroessner em 1954, serviu para que a política paraguaia orbitasse em torno do Brasil, quando destituiu o Presidente Frederico Chaves, cuja política tendia fortemente favorável à união econômica com a Argentina. Com Stroessner no poder, o Paraguai fugiu da “secular servidão imposta por Buenos Aires”⁸⁵ e procurou uma alternativa de escoamento de sua produção através dos postos de Paranaguá e Rio Grande, além do interesse no processo de industrialização brasileiro que emergia em contraponto à estagnação argentina. A manutenção de Stroessner no comando do Paraguai contrariava os interesses argentinos e beneficiava os brasileiros. Era o governo brasileiro colocando a geopolítica de Mário Travassos em pleno funcionamento, em torno do *heartland* sul-americano. Paraguai e Bolívia gravitando em torno do Rio de Janeiro e, posteriormente, Brasília.

⁸³ Jornal Folha de S. Paulo em 28 maio 2004, p. A-19.

⁸⁴ CONTRERAS, 1998, p. 59-60.

⁸⁵ BANDEIRA, 1995, p. 108.

Capítulo 3 - As Forças Armadas Brasileiras – Influências Externas e Internas

Para compreender as características das instituições militares dos países é fundamental a análise do quadro histórico nacional nas quais essas se encontram envolvidas. A compreensão do mecanismo e estrutura militar nacional são ponderadas sob o momento histórico vigente e “o julgamento do valor das instituições militares em vista das soluções relativas ao problema militar, em cada época, sempre de natureza complexa, reclama, portanto, mui judiciosa ponderação”⁸⁶.

Segundo o General Otávio Costa⁸⁷, a classificação, a grosso modo, das Forças Armadas dos países podem ser enquadradas em quatro grandes vertentes do ponto de vista de participação na vida e inserção nas sociedades em que estão presentes: profissionais, pretorianas, cesaristas e militaristas.

Conforme sua análise, no Brasil, a primeira fase do Exército Brasileiro desde sua criação, após a proclamação da independência até a última grande guerra sul-americana, a da Tríplice Aliança, pode ser considerado como uma força profissionalizada, voltada para a defesa do território nacional, com exceção do Segundo reinado quando começou a assumir um papel mais pretoriano⁸⁸. Posição também compartilhada por Souto Malan, que considera o

⁸⁶ MAGALHÃES, João B. *A Evolução Militar do Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1998, p. 19.

⁸⁷ O General Otávio Costa serviu no Estado Maior do Exército como assistente do General Orlando Geisel em 1966. No período de 1968 a 1969 comandou o Centro de Estudos de pessoal do Exército e, em seguida, assumiu a chefia da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) da Presidência da República. De 1974 a 1978 foi subchefe de Gabinete do Ministro do Exército. Serviu ainda como comandante da 6ª Região Militar. Foi para a reserva em 1982 como General-de-Divisão. A análise feita pelo General em depoimento feito na obra D'ARAÚJO, Maria C.; SOARES, Gláucio A.D.; CASTRO, Celso. *Visões do Golpe – A Memória Militar de 1964*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, é uma das vertentes que tentam explicar a participação política dos militares no Brasil. Para ver outras teorias sobre a participação dos militares na sociedade ler MORAES, João Q. *O Argumento da Força*. In OLIVEIRA, Eliezer R. *As Forças Armadas no Brasil*, Rio de Janeiro: Editora espaço, 1987, p. 11-56; STEPAN, Alfred. *Los Militares y la Política*. Tradução: Inês Parda. New Jersey, EUA: Princeton University Press [Buenos Aires, Argentina]: Amorrortu editores S.A, 1971; WERNECK SODRÉ, Nelson. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira, 1965.

⁸⁸ COSTA In D'ARAÚJO, 2004, p. 73-74.

Segundo Reinado como um período em que a defesa nacional fora relegada a um segundo plano⁸⁹.

Segundo João Batista Magalhães, as heranças das disputas entre as coroas de Portugal e Espanha foram transferidas às colônias sul americanas da Bacia do Prata, principalmente no século XVIII, que passou a ser o foco e o interesse da política militar do Brasil, tanto do ponto de vista das necessidades internas como nas relações internacionais. O temido avanço português em direção ao oeste, fixando seus limites no Mato Grosso, nos rios Guaporé e Paraná e ao norte nos rios Negro e Branco, além dos povoamentos lançados na colônia de Sacramento, fez com que o levante de fortalezas ao redor das fronteiras limítrofes das posses coloniais dos reinos ibéricos, girasse em torno do problema da fixação dos limites entre seus domínios e o temor dos espanhóis de uma temida expansão portuguesa em direção ao Oceano Pacífico; contudo, cabe ressaltar que, somente na região sul do Brasil (Bacia do Prata) ocorreram lutas armadas em decorrência de disputas territoriais⁹⁰.

Após o término das disputas com os holandeses na região nordeste do Brasil, a entrada de Pedro Teixeira no Rio Amazonas e a instalação das capitânicas do norte, tornaram a posse das colônias da região do litoral norte da foz do Rio da Prata o foco das atenções militares portuguesas, no fim do século XVI⁹¹. Tais disputas estenderam-se até o século XIX, sendo consideradas as hipóteses de guerra dos exércitos da região do Rio da Prata até muito recentemente e, suas doutrinas, orientadas durante séculos esperando uma invasão por parte de seus inimigos, e conseqüente confronto armado.

Alimentadas por tais percepções e posteriormente associadas às disputas imperialistas de novas nações que despontavam como potências no cenário político e econômico mundial, a busca de uma hegemonia sub-regional passou a ser focada nesse segundo aspecto. Este novo

⁸⁹ MALAN, Alfredo S. *Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1988, p. 23.

⁹⁰ MAGALHÃES, 1998, p.149-150.

⁹¹ *ibidem*

foco passou a regular as ações das políticas externas dos dois países e, por consequência, ponto principal de doutrinação das instituições militares de argentinos e, principalmente, brasileiros⁹².

Segue ainda a análise de Costa, dizendo que, com a queda do reinado e a proclamação da República, sob influência direta dos militares, foi mantido, pelas Forças Armadas, o papel pretoriano adquirido ao final do Segundo Reinado, julgando-se detentoras do antigo papel exercido pelo Imperador através do Poder Moderador⁹³.

As intervenções se tornaram freqüentes nos momentos julgados oportunos e necessários por seus integrantes, sendo os levantes militares durante toda Primeira República, principalmente no momento da corrida à sucessão de Epitácio Pessoa, ato freqüente⁹⁴. Outro aspecto da República que afetou diretamente o Exército Brasileiro foi que esta acabou adquirindo a fisionomia de uma academia de intelectuais⁹⁵, motivados pelo movimento positivista, que ganhou ênfase após a entrada de Benjamin Constant como professor da Escola Militar em 1872, sendo o estudo da matemática, filosofia e letras, mais importante do que o ensino propriamente militar. Nesse período de formação dos militares, muitos oficiais nunca haviam sequer pegado em uma arma para dar um tiro⁹⁶. A falta de profissionalismo chegava a tal que não havia instrução continuada e metódica, “só a administração e a

⁹² Talvez para a Argentina as disputas territoriais com os chilenos tornaram-se potencialmente mais perigosas do que as disputas políticas com os brasileiros. Já para o Brasil, os problemas de fronteiras só se tornaram críticos na região Amazônica onde o interesse pela proteção dessa região começou a tomar verdadeiro e importante destaque no foco de interesses militares brasileiros somente em meados da década 1980. As negociações entre Brasília e Buenos Aires, relacionadas à utilização do Rio Paraná na construção da Usina de Itaipu já estava resolvida, aliado ao acordo nuclear.

⁹³ COSTA In D'ARAÚJO, 2004, p. 74.

⁹⁴ WERNECK SODRÉ, Nelson. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965, p. 200-201.

⁹⁵ Sobre o recrutamento e treinamento dos oficiais do Exército Brasileiro na Primeira República, ler CARVALHO, José M. *As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador in O Brasil Republicano*. vol.2: Sociedade e Instituições (1889-1930) /por Paulo Sérgio Pinheiro. [et all]. 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

⁹⁶ CARVALHO, 1997, p. 196-197.

disciplina ocupava os comandantes de subunidade” e “só havia exercícios nos dias de pagamento de soldo”⁹⁷

Os integrantes das Forças Armadas eram completamente leigos na atividade militar propriamente dita. Dentro do problema apresentado, o Marechal Hermes da Fonseca promoveu a tentativa de modernização e profissionalização dos militares, e uma de suas iniciativas se deu através do envio de um grupo de oficiais, conhecidos como *Jovens Turcos*, à Alemanha no início do século XX com a finalidade de aprenderem a arte da guerra⁹⁸. A falta de profissionalismo era tal que Werneck Sodré afirmou ser este período, um momento “em que o Exército fora relegado a segundo plano e praticamente liquidado como instituição organizada”⁹⁹

Com o fim da Primeira Guerra Mundial e a derrota alemã, a missão militar brasileira começou a ser treinada e doutrinação pelos franceses em 1920, um dos vencedores no conflito na Europa¹⁰⁰. Na análise dos oficiais franceses, o exército brasileiro só conseguiria tornar-se realmente profissional se trabalhada nova doutrina dos postos do oficialato mais baixo (tenentes e capitães)¹⁰¹. Em função disso, construiu-se dois grupos dentro do exército: o dos militares instruídos e esclarecidos e dos oficiais superiores menos atualizados, ocorrendo assim, uma cisão na instituição. Este racha fez com que os considerados esclarecidos e rejeitados dentro da caserna, por seus superiores, partissem para a vida política. Os movimentos tenentistas, segundo Otávio Costa, deste período, foram frutos desse rompimento

⁹⁷ WERNECK SODRÉ, 1965, p.199.

⁹⁸ Foram enviadas três turmas de oficiais brasileiros à Alemanha em 1906, 1908 e 1910. (CARVALHO, 1997, p.198)

⁹⁹ WERNECK SODRÉ, 1965, p.199.

¹⁰⁰ Para maiores detalhes sobre a Missão Francesa no Brasil, ler BASTOS FILHO, Jayme de A. *Missão Francesa no Brasil*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Bibliex Cooperativa, 1994; SOUTO MAIOR, Alfredo. *Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1988..

¹⁰¹ COSTA In D'ARAÚJO, 2004, p.74.

ocorrido na instituição e que se refletiriam intensamente nos anos subseqüentes da política nacional¹⁰².

Apesar de todas as interferências, a posição dos militares desse período era unicamente a de intervenção e posteriormente (o mais rápido possível), passar o controle político às instituições civis no comando do país.

Durante o Estado Novo, o Brasil viveu um período cesarista, tendo Getúlio Vargas assumido o papel de imperador do Brasil, com o respaldo das Forças Armadas e gozando de grande carisma frente à população¹⁰³.

Com o término da Segunda Guerra Mundial, a situação política mundial tomou rumos diferentes da situação do pré-guerra, e as idéias democráticas não permitiam mais a manutenção de regimes autoritários nos países alinhados com os vencedores ocidentais do conflito. Neste momento, foi retomada uma atitude interventora por parte das Forças Armadas brasileiras, derrubando Getúlio Vargas do poder e passando às instituições civis o controle do país. Imediatamente foram promovidas eleições diretas depois de mais de 15 anos de ditadura Vargas. O Brasil viveu então um período de democracia, sempre iluminada pelo fantasma do retorno de Getúlio Vargas.

No pós-Segunda Guerra as instituições militares brasileiras deixaram de ser “um papel carbono dos franceses para serem um papel carbono dos americanos”¹⁰⁴. Quatro anos mais tarde, o mesmo Vargas foi eleito pelo voto direto e assumiu o governo democraticamente. Para os militares e vários políticos opositoristas à Vargas, a volta do antigo Presidente ao poder era um retrocesso ao quadro conquistado após sua saída em 1946.

No período pós Segunda Guerra, uma nova ordem mundial surgiu, através da dicotomia ideológica e a bipolaridade de forças, proporcionada por norte-americanos e

¹⁰² Ibidem.

¹⁰³ COSTA In D'ARAÚJO, 2004, p.75

¹⁰⁴ Ibidem.

soviéticos. O combate ao comunismo através do Marcatismo¹⁰⁵, nos Estados Unidos, atingiu em cheio os países aliados dos norte-americanos, e produziu uma forte repressão ao expansionismo de movimentos considerados de esquerda, principalmente na América Latina.

As alternâncias da política brasileira sempre tiveram a participação direta dos militares, em especial o Exército, mas nunca de maneira a manterem-se no controle político e condução da nação. Porém, com as tempestades políticas ocorridas no final dos anos 50, o acirramento da Guerra Fria, o medo de uma comunização do Continente Sul-Americano e a repetição da experiência revolucionária cubana de 1959, o Brasil tornou-se alvo das atenções do governo norte-americano como parceiro fundamental da manutenção de seus interesses na região. A forte parceria surgida entre os dois países, durante a Segunda Guerra Mundial, aliadas às turbas internas ocorridas na vida política brasileira após a renúncia do Presidente Jânio Quadros em 1961, fizeram com que, em 1964, fosse deposto o governo de João Goulart¹⁰⁶. Nesse período, o Brasil passou para um regime militar para, dessa vez, permanecer por mais de vinte anos no poder, esmagando as instituições democráticas e instaurando um período de forte repressão política. Estava instalado o período militarista no Brasil e foi exatamente nos primeiros quinze anos desse período, que as relações internacionais do Brasil com seu vizinho mais importante no contexto sul-americano, a Argentina, se tornaram mais tensas.

¹⁰⁵ Ganhou esse nome devido à ação intensa do senador Joseph McCarthy no cenário político dos EUA. Milhares de pessoas, incluindo intelectuais, artistas e cientistas foram acusados de serem comunistas e ameaçadas de serem presas, em virtude de suas idéias mais liberais.

¹⁰⁶ Não cabe aqui fazer uma análise profunda das causas do golpe que retirou Goulart da presidência, contudo importantes fontes militares atribuem a queda de Jango ao apoio e à omissão do Presidente da República com relação aos movimentos e insurreições promovidas por cabos e sargentos das Forças Armadas. A quebra dos preceitos da hierarquia e da disciplina foi o estopim para o golpe militar, que teve apoio de importantes personalidades da política e do empresariado brasileiro que viam as reformas de base que Goulart pretendia realizar, como o início da instalação do comunismo no Brasil. Outro ator importante nesse episódio foram os EUA que, inclusive, planejou a Operação “Brother Sam” caso ocorresse alguma resistência por forças leais ao governo, na qual consistiu no deslocamento do porta-aviões Forrestal para a costa brasileira. A manutenção dos militares no poder se deu através da ascensão do General Costa e Silva na Presidência da República, quebrando a intenção do General Castelo Branco, que era considerado um legalista no meio militar, de reorganizar a volta do poder às instituições civis. (Ler D’ARAÚJO, 2004 et CONTREIRAS, 1998).

O perigo da manutenção dos militares no poder, para a boa relação com os países vizinhos, pode ser bem expressado nas palavras do coronel João Batista de Magalhães em *A Evolução Militar do Brasil*

É evidente que a atividade militar deve sempre subordinar-se ao sistema geral da política externa. [...] O perigo de uma política conduzida com o apoio do Exército é que ela pode facilmente conduzir a uma importuna usurpação militar ¹⁰⁷.

Dentro da Doutrina de Segurança, as Forças Armadas brasileiras mobilizaram suas três armas para a manutenção da ordem interna. A prevalência de ações e de comando sempre ficou a cargo do Exército, devido à sua função de força terrestre e mais numerosa, além do fato de, historicamente, sempre fazer parte do quadro político da nação, desde o período da proclamação da República.

Já no quadro externo, as novas doutrinas surgidas no mundo com a Segunda Guerra Mundial, exigiam a participação mais ativa da Força Aérea como elemento essencial de dissuasão estratégica, em virtude de sua importância adquirida nos conflitos pós-guerra, possuidora de características ímpares, tornando-a o mais versátil componente do Poder Militar, dotada de insuperável capacidade estratégica de dissuasão ¹⁰⁸.

As Forças Armadas do Brasil e da Argentina sempre viveram um período de equilíbrio de forças, com pequenas oscilações na balança do poder militar visando à manutenção do equilíbrio regional, não ocorrendo uma grande corrida armamentista regional relacionada às disputas entre os dois países, contudo, as alianças regionais vividas entre Brasil-Chile e Argentina-Peru, sempre despertaram as preocupações de ambos os lados. Os chilenos sempre viveram sérias disputas territoriais com argentinos, peruanos e bolivianos. Deste modo, uma parceria com o Brasil, um país com o qual não possui fronteiras, era vista como estratégica e

¹⁰⁷ MAGALHÃES, 1998, p. 21

¹⁰⁸ SEVERSKY, Alexander P.de. *A Vitória pela Força Aérea*. Tradução: Asdrúbal Mendes Gonçalves. Belo Horizonte: Itatiaia; [Rio de Janeiro]: Instituto Cultural da Aeronáutica, 1988, P. 119-144.

providencial. Um potencial cerco geográfico e político aos adversários, sempre foi extremamente conveniente e muito bem aceito por chilenos e brasileiros¹⁰⁹.

Politicamente, durante o período militar vivido no Brasil, a aproximação vivida pelo governo brasileiro com os Estados Unidos era vista pelos argentinos como uma tentativa de aquisição de preferência norte-americana na região e manutenção dos interesses imperialistas dos americanos. Deste modo, ambas as Forças Aéreas procuraram durante todo período de suas existências, manterem o equilíbrio de forças perante seu adversário político regional, como será mostrado em capítulo posterior.

3.1. A Força Aérea e a Política de Dissuasão

O meio aéreo como instrumento de apoio ao combate tem seus primeiros relatos ocorridos na Guerra Civil norte americana (1861/1865), durante a Guerra do Paraguai (1864/1870) e na Guerra Franco-Prussiana (1870/1871), sendo a utilização de balões de observação o meio mais eficaz no auxílio dos comandantes à observação do avanço e disposição das forças terrestres inimigas. Durante este período, a utilização dos balões restringia-se apenas aos meios de apoio ao combate terrestre devido às grandes limitações deste tipo de arma¹¹⁰. Contudo, só se pode considerar o marco do Poder Aéreo quando ocorreu a possibilidade de realizar vôos com o mais-pesado-que-o-ar, em 1906.

A descoberta do avião de vôo autônomo, em 1906, despertou a potencialidade como arma, porém, este potencial só veio a ser realmente estabelecido como arma de guerra em 1909, quando os irmãos Wright venderam um aparelho para o Departamento de Guerra dos

¹⁰⁹ BUENO, 1997, p. 14.

¹¹⁰ SANTOS, Murillo. *Evolução do Poder Aéreo* - Belo Horizonte: Itatiaia. [Rio de Janeiro]: Instituto Cultural da Aeronáutica, 1989, p.19.

EUA¹¹¹. A nova arma começou a despertar o interesse de militares pelo mundo e sua utilização como meio eficaz de combate, induziu o surgimento de alguns defensores de uma nova doutrina nos conflitos, conforme escreveu o General italiano Giulio Douhet, em 1909:

O fato de que o ar esteja na iminência de tornar-se campo de batalha de não menos importância que a terra e o mar, naturalmente parece estranho [...] mas devemos imediatamente acostumar-nos a esta idéia e começar a preparar-nos para novo tipo de conflito¹¹².

Em função das afirmações do General italiano, estima-se que o uso do avião em combate tenha ocorrido pela primeira vez durante o conflito entre a Itália e a Turquia no ano de 1911, todavia, ainda relegando-o a um papel de apoio às forças terrestres e marítimas¹¹³.

A descoberta do avião ainda não possui nem um século de vida e sua aplicação como arma aérea eficaz é ainda muito mais recente em virtude da “influência dos fundadores do estudo sistemático da guerra em terra e no mar escreverem suas obras, tendo como base milênios de história sobre base de suas reflexões”¹¹⁴.

Como arma de combate efetiva, o avião começou a ser intensificada somente nos últimos anos da Primeira Guerra Mundial e fez com que, o Marechal britânico Sir Hugh Trenchard (1873/1956), criasse a Royal Air Force (RAF) em 1918, tornando a aviação britânica uma arma independente.

Os estudos sobre o emprego da aviação na guerra adquiriram maior profundidade com as teorias do oficial italiano Giulio Douhet, em 1921, através de sua obra *O Domínio do Ar*¹¹⁵. Suas propostas eram consideradas muito polêmicas para a época em que foram formuladas, chegando ao extremo de um de seus seguidores, o General norte americano

¹¹¹ Op. cit, p.20.

¹¹² DOUHET, Giulio *apud* SANTOS, 1989, p.23.

¹¹³ SANTOS, 1989, p.23.

¹¹⁴ PROENÇA Jr. Domicio, DINIZ, Eugênio, RAZA, Salvador G. *Guia de Estudos de Estratégia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p.135.

¹¹⁵ DOUEHT, Giulio. *O Domínio do Ar*. tradução: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica – Belo Horizonte: Itatiaia; [Rio de Janeiro]: Instituto Cultural da Aeronáutica, 1988.

Willian “Billy” Michell ser levado à corte marcial, em 1925, por insubordinação, devido à veemente defesa dessas teorias¹¹⁶.

Nas propostas de Douhet, o avião deveria ser empregado de forma independente, ser uma força à parte a fim de ser utilizado de maneira mais eficaz e coordenada, obtendo, deste modo, toda capacidade inerente à arma aérea. Douhet propunha a concepção de um avião de emprego geral, capaz de realizar as tarefas de reconhecimento, combate aéreo e bombardeio¹¹⁷. Os estudos sobre a aviação começaram a difundir pelo mundo a necessidade de criação de Forças Aéreas independentes, livres da subordinação das forças marítimas e terrestres e, em 1923, foi criada a Força Aérea italiana, seguida, em 1927, pela *Armée del Aire* na França, porém, o emprego da Força Aérea apesar de independente, ainda limitava suas ações no campo de apoio às forças de superfície, exclusivamente tático, e o emprego estratégico da arma aérea só viria depois do duro aprendizado dos anos que seguiriam.

Durante a II Grande Guerra, a arma aérea mostrou de vez sua importância nas batalhas travadas ao redor do mundo, da Europa ao Pacífico. A importância da aeronave como fator decisivo no curso de uma guerra e da importância de sua utilização como arma estratégica nos conflitos, ganhou destaque com o Major da Reserva de Especialistas do Corpo Aéreo norte-americano Alexander P. de Seversky (1894/1974). O oficial russo, naturalizado americano, analisou as batalhas travadas durante a II Guerra Mundial e, através de sua obra *A Vitória pela Força Aérea*, de 1942, mostrou como batalhas foram ganhas ou perdidas pela falta do que chamou “domínio local do ar”¹¹⁸, fosse pela incompetência logística e técnica ou pela falta de doutrina de emprego eficaz da aviação.

Com a segunda grande guerra, a Força Aérea Alemã (Luftwaffe), aplicou no início do conflito, os conceitos de emprego eficaz do avião e colocou em prática as teorias de Douhet

¹¹⁶ SANTOS, 1989, p.46.

¹¹⁷ Já em 1923 Douhet propôs o que hoje a indústria aeronáutica busca desenvolver e chama de aeronave multimissão, demonstrando a excepcional visão futurista do militar italiano.

¹¹⁸ SEVERSKY, 1988, p.51. Hoje se utiliza o termo superioridade aérea.

ao prever, em 1909, que a aviação mudaria os conceitos de guerra, surpreendendo vários generais e almirantes aliados que ainda teimavam em adotar a teoria da superioridade da defesa sobre o ataque, verificada na I Guerra Mundial com a prolongada guerra de trincheiras e da utilização da metralhadora, mas que veio a ser derrubada com a introdução da *blitzkrieg*¹¹⁹ pelos alemães, ao empregar a aviação em coordenação com o avanço rápido dos blindados.

Em contrapartida, a Royal Air Force (RAF) mostrou que sem superioridade aérea não haveria a possibilidade de invasão e ocupação de territórios, e fez valer as palavras de Alexander Seversky: “só se vence força aérea com força aérea”¹²⁰, obrigando os alemães a se concentrarem na tentativa da guerra de destruição de cidades e objetivando destruir o moral da população britânica, sem conseguir realizar a tão pretendida rendição dos ingleses¹²¹.

Com a expansão do conflito pelo mundo, a necessidade de obtenção de postos avançados em locais estrategicamente bem situados e o enfraquecimento das linhas de suprimento para a Europa, fizeram com que o conflito chegasse ao litoral brasileiro. As incursões de submarinos alemães e italianos em águas territoriais brasileiras, realizando o afundamento de vários navios mercantes em sua costa, obrigaram o Brasil a se envolver no conflito no lado das forças aliadas. Foi no meio desse cenário que surgiu, em 1941, a Força Aérea Brasileira (FAB), com a intenção de incrementar o uso da aviação no meio militar brasileiro.

¹¹⁹ Ou Guerra Relâmpago. Tática utilizada pelos alemães, extremamente eficiente no início do 2º conflito mundial, que utilizava o apoio da aviação ao rápido avanço dos blindados. Com o decorrer da guerra e o encontro com a Royal Air Force (RAF) uma força aérea tão eficiente quanto a Luftwaffe, as vitórias alemãs começaram a se tornar mais raras, mostrando a importância do conceito estabelecido por Seversky da Superioridade Aérea.

¹²⁰ SEVERSKY, 1988, p. 127.

¹²¹ Alguns estudiosos do Poder Aéreo atribuem a quebra do princípio do objetivo, pregado por Sun Tzu, que no início do conflito era a destruição da RAF no solo e passou a ser o ataque às cidades britânicas visando atingir o moral de seus cidadãos, como ponto fundamental no fracasso alemão na Batalha da Grã-Bretanha (1940-1941).

3.2 A Força Aérea Brasileira - Doutrina, Preparação e Estrutura.

Visto os aspectos políticos e históricos de Brasil e Argentina, relacionados com as divergências e disputas regionais, alimentados pelas idéias geopolíticas que visavam, não mais aos aspectos territoriais, mas também os políticos e econômicos, além das influências dos Estados Unidos na região, mostraremos o posicionamento da Força Aérea Brasileira portou-se, no processo de dissuasão, durante o período de sua criação até o final do governo militar brasileiro, visando neutralizar uma possível intervenção armada argentina na América Latina.

Com o intuito de tentar eliminar o máximo de subjetividade sobre a percepção de ameaça da FAB, como dito na introdução deste trabalho, discutiremos a Doutrina Básica da FAB e material didático utilizado na Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica (ECEMAR), a fim de entender como a FAB planeja suas ações e sua estrutura com o intuito de manter um Poder de dissuasão regional. Cabe ressaltar que, a Doutrina Básica da FAB, aprovada em 10.12.1958, através da portaria nº 1 000 GM-2, é um documento destinado a servir de base para a elaboração dos demais manuais de emprego operacional da Força aérea Brasileira, contendo idéias gerais sobre sua organização. Analisando os conceitos doutrinários e os fatos históricos, mostraremos como a FAB foi sendo moldada como resposta às percepções de ameaça ao longo de sua história.

Sendo assim, na conceituação da Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica (ECEMAR), a estratégia militar deve ser situada em três fases distintas, divididas nas fases de planejamento, programação e alocação de recursos ou orçamentação, sendo o emprego do Poder Aéreo, segundo o Brigadeiro Magalhães Motta, em qualquer país, função de três variáveis:

1. Posição do país no contexto das nações;
2. Tecnologia disponível, própria ou de terceiros, em determinado momento; e
3. Formação e mentalidade dos componentes de sua Força Aérea.¹²²

Deste modo, segundo a doutrina da FAB, na fase de planejamento, devem-se identificar claramente as ameaças a serem enfrentadas por uma nação por um período determinado, na qual a ECEMAR, arbitra por um período de 15 anos. Após esta identificação, é avaliada a capacidade de conter tais ameaças e recomendar as forças necessárias para neutralizá-las e é nesse momento que os estrategistas militares traçam a estratégia para contê-las.

Vale ressaltar que a ECEMAR prega que, indo ao encontro da teoria de Clausewitz, a estratégia militar deverá estar subordinada à política traçada pelo governo central, cabendo aos militares identificar os meios necessários (estratégia) capazes de atingir os objetivos da política. A estrutura das forças armadas será função direta dessa estratégia e por consequência da política traçada pelo governo¹²³.

Na fase da programação, será realizada uma equiparação dos recursos financeiros disponíveis com as necessidades críticas, tendo em vista que as necessidades estarão sempre muito acima das disponibilidades, onde o desperdício é inaceitável¹²⁴.

O próximo passo é a fase de orçamentação, sendo realizado o trabalho refinado dos custos e estabelecidos os prazos exigidos para a completa execução dos programas aprovados. Em resumo, uma Estratégia Militar só pode ser estabelecida após uma perfeita e abrangente percepção da ameaça aos objetivos de uma nação, podendo ser mais claramente visualizada no esquema a seguir utilizado pela ECEMAR:

¹²² MOTTA, João E.M. *Emprego Estratégico do Poder Aéreo*. Rio de Janeiro: INCAER, 2001, p. 18.

¹²³ Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica (ECEMAR) 4-1-EM-02-01. *Apreciação Estratégica – uma solução*. Apostila. Rio de Janeiro, 1990, p. 3-2.

¹²⁴ ECEMAR, 1990, p.3-3.

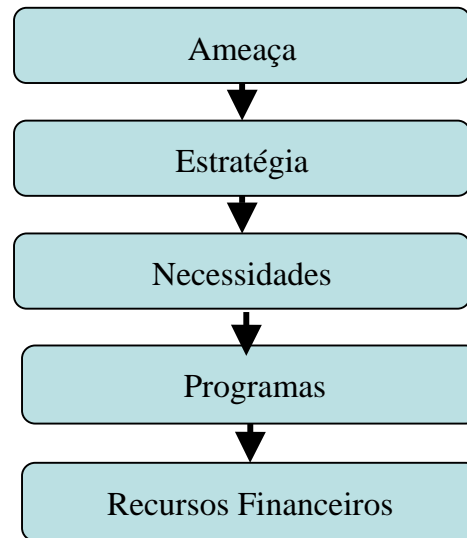


Figura 3: Esquema de planejamento estratégico para estruturação da Força Aérea Brasileira (Fonte: ECEMAR, 1990, p. 3-4)

Utilizando o modelo do coronel da Força Aérea dos Estados Unidos, Thomas A. Fabyanic, verificaremos o esquema de análise estratégica militar, servindo de base para a estruturação de uma Força Aérea.

- Considerações Políticas;
- Doutrina;
- Tecnologia;
- Estrutura da Força;
- Objetivos; e
- Percepção das Ameaças

A ECEMAR prega ainda que, a análise histórica capacita a tomada de determinadas linhas de ação com o intuito de estabelecer futuras estratégias, afinal, segundo estabelece Maquiavel, é na história que encontramos o conhecimento necessário para agirmos acertadamente¹²⁵.

Sendo a guerra conduzida por propósitos políticos e a política a arte de estabelecer objetivos, a Estratégia Militar nada mais busca senão alcançar estes objetivos, “através do

¹²⁵ MAQUIAVEL, 1999, p.71

emprego violento de poder, quer sejam ofensivos ou defensivos”¹²⁶. Portanto, o quadro político vigente e prospectivo rege a preparação das forças armadas, assim como a constituição atual das forças armadas é fruto das análises do quadro político passado.

No momento em que certos princípios e normas ganham o endosso oficial de uma liderança militar, transformam-se na doutrina de combate daquela força. A doutrina não é dogmática e pode variar conforme a política nacional e pelas mudanças tecnológicas¹²⁷.

O pensamento militar da FAB aponta que a tecnologia e a disponibilidade dos meios de uma Força Aérea podem ser de desenvolvimento nacional ou adquirido no estrangeiro e dependerá da avaliação precisa das ameaças a serem enfrentadas, procurando verificar os meios tecnológicos utilizados pelo potencial inimigo e da necessidade, ou não, da aquisição rápida da tecnologia a ser usada. Caso a necessidade não seja imediata, o desenvolvimento de projetos de tecnologia nacional é sempre a melhor solução, caso contrário, a aquisição no estrangeiro é o meio mais conveniente e seguro¹²⁸. Passemos a analisar a história da FAB tentando mostrar como se ajustou em cada momento de sua história, frente às mudanças políticas ocorridas no Brasil, na região e no mundo.

3.2.1 O Início – 2ª Guerra Mundial

Em virtude das novas idéias surgidas após o término da Primeira Guerra Mundial, os debates para a criação de uma Força Aérea independente no Brasil começaram no final da década de 1930, quando um grupo de oficiais das Aviações Militar (Exército) comandados pelo capitão Antônio Cabral, que havia sido criada em 1919, e Naval (Marinha), criada em

¹²⁶ CLAUSEWITZ, 2002, p.26

¹²⁷ Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica (ECEMAR) 4-1-EM-02-01. *Apreciação Estratégica – uma solução*. Apostila. Rio de Janeiro, 1988, p. 4-3.

¹²⁸ ECEMAR, 1990, p.4-4

1916, estabeleceram um ambiente propício à discussão do tema. Tais discussões se deram em virtude das novas doutrinas de combate surgidas na Europa e do aparecimento de Forças Aéreas independentes em importantes países no velho continente.

Durante os debates sobre a criação do Ministério do Ar no Brasil, um dos pontos de discórdia entre a doutrina defendida pelos militares da Aviação Naval e dos oficiais da Aviação do Exército era com relação à construção de aviões em território nacional. Os oficiais do mar defendiam a busca de tecnologias no exterior e a montagem de projetos já prontos dentro do país, mas a oficialidade do Exército achava que o desenvolvimento da indústria aeronáutica do país estaria melhor assegurada com o desenvolvimento de projetos genuinamente nacionais¹²⁹.

Tais discussões tornaram-se mais acaloradas quando o Capitão Antônio Cabral, que havia realizado estágio de aviação na Itália e, por conseqüência, estava intimamente ligado aos ideais de Douhet, defendeu em palestra realizada em 1935, no Clube Militar, com audiência de importantes autoridades militares, a criação do Ministério do Ar¹³⁰.

No início, as resistências foram muitas, principalmente por parte da Marinha, que chegou a propor a criação do Ministério do Ar para gerir os meios do Exército, mas desejava manter seus meios aéreos em poder próprio. O Presidente Getúlio Vargas negou tal sugestão alegando que “a guerra que surgia na Europa exigiria sacrifícios horríveis da nação e em um país pobre como o Brasil, não haveria a possibilidade de se manter duas aviações distintas”¹³¹. Seu argumento venceu as resistências da oficialidade naval.

Vale lembrar que o doutrinamento militar no Brasil já sofria a forte influência da Missão Francesa, responsável pelo treinamento militar na década de 1920 e, considerando que

¹²⁹ DRUMOND, Cosme D. *Asas do Brasil* – uma história que voa pelo mundo. São Paulo: Miriam Paglia Editora de Cultura, 2004, p.116.

¹³⁰ Dentre os presentes na palestra do Capitão estavam os Generais Pantaleão da Silva Pessoa, Chefe da Casa Militar; Góis Monteiro, Ministro da Guerra; Olympio da Silveira, Chefe do Estado Maior do Exército e Eurico Gaspar Dutra, Diretor da Aviação Militar (Op. cit, p.126).

¹³¹ Op. cit., p.132.

a França já possuía sua força aérea independente desde 1927, a influência nos oficiais do Exército Brasileiro foi inevitável.

Outro problema a ser enfrentado era o diferencial doutrinário que aconteceu entre as duas aviações. A aviação do exército preferiu seguir o doutrinamento da Missão Francesa, dando prosseguimento ao acordo que já estava em andamento com as forças terrestres. A Marinha optou pela Missão Naval Norte-Americana, que cuidava da instrução da armada brasileira¹³².

Apesar das diferentes doutrinas, o clima para criação do Ministério do Ar era favorável em virtude dos acontecimentos ocorridos no mundo, além de despertar simpatias pelo Presidente Vargas.

No dia 20 de janeiro de 1941, foi criado o Ministério da Aeronáutica pelo Decreto-Lei nº2.961, com o nome de Forças Aéreas Nacionais e que foi modificado pelo Decreto-Lei 3.302 de 22 de maio de 1941, para Força Aérea Brasileira, trazendo a independência operativa da aviação no meio militar brasileiro.

Em 20 de agosto de 1942, o Brasil declarou guerra contra as forças do eixo e, após calorosos debates entre o General Eurico Gaspar Dutra e o Brigadeiro Eduardo Gomes, relacionados à permissão de instalação de unidades aéreas americanas ao longo do litoral brasileiro, prevaleceu a opinião do militar da Aeronáutica sendo cedida a permissão, por parte do governo brasileiro aos EUA, da construção de diversas bases aéreas com a finalidade de manter a vigilância e proteção à navegação marítima na costa do Brasil. Tais unidades aéreas serviram, também, como base avançada de bombardeiros estratégicos americanos que seguiam para o norte da África.

Nesse período, a grande maioria das bases aéreas da FAB, operando em conjunto com esquadrões norte-americanos, encontravam-se localizadas na região litorânea do sudeste e

¹³² Op. cit, p. 83.

nordeste brasileiro. Inicialmente, em fevereiro de 1942, a FAB já havia recebido 12 aviões de caça *Curtiss P-36*, que apesar de obsoletos em relação aos utilizados na Europa, serviu para o treinamento de pilotos. Apesar de ainda não ter entrado em guerra, as pressões norte-americanas fizeram com que o Brasil estabelecesse a defesa aérea e controle do tráfego marítimo na região nordeste, para a qual recebeu dois bombardeiros B-18 *Bolo*, possuidor de um raio de ação 2.253 km e capacidade de bombas de 2.000 kg, mais seis bombardeiros B-25 *Mitchell*, de raio de ação de 1.931 km e capaz de carregar 1.120 kg de bombas, todos operando a partir de Fortaleza/CE.

Com a decretação da guerra e a autorização para os americanos operarem a partir de solo brasileiro, foram transferidos para o Brasil, visando a uma operação conjunta da FAB com a aviação da Marinha dos EUA (*USNAVY*), 12 aeronaves *PBY-5A Catalina* de patrulha marítima, capazes de cobrir 4.096 km e carregar 1.493 kg de armamento, além de 12 quadrimotores *PB4Y-1 Privateer*, uma variação dos bombardeiros estratégicos B-24 *Liberator*, com alcance de 3.380 km, operando na Base Aérea de Parnamirim (Natal/RN). De Salvador/BA, operavam 12 bombardeiros *PV-1 Ventura*, capazes de transportar 1.120 kg de armamentos entre bombas, torpedos e cargas de profundidade, sendo estes substituído, em 1944, pelos *PV-2 Harpoon*, uma variação do *Ventura*, porém mais modernos e potentes. Foram utilizadas ainda, como bases operacionais durante a guerra, as cidades de Belém/PA e Galeão/RJ, além de unidades desdobradas¹³³ em pistas menores ao longo do litoral nordestino (Maceió, Igarapé Açu/PA, São Luís, Noronha, Caravelas/BA, Vitória e Santa Cruz/RJ) com aeronaves do mesmo tipo. Além destes aviões foram usados os bombardeiros *A-28 Hudson*, capazes de voar 3.158 km sem reabastecer e carregar uma pequena carga de 597 kg, os *Grumman Widgeon* com alcance de 1481 km e configurado a transportar bombas e foguetes sob as asas, além dos modernos bombardeiros médios *Douglas A-20*, com alcance de 1.334

¹³³ Unidades desdobradas são frações de um esquadrão de vôo que operam em uma localidade na qual não têm sua sede. São deslocadas para determinadas pistas com parte de seu pessoal e material visando a melhor operacionalidade e operam por determinado tempo.

km e capaz de transportar 1.179 kg de bombas, distribuídas ao longo do litoral brasileiro (Figura 4). Todas estas aeronaves foram alocadas visando à proteção do litoral brasileiro em apoio à navegação marítima aliada.

Tal distribuição se deu pelo fato da guerra estar concentrada, para o Brasil, no litoral, em função das missões anti-submarino realizadas e, sua concepção doutrinária, voltada quase que toda para este tipo de missão. Os meios aéreos eram em sua grande maioria de aviões de esclarecimento marítimo¹³⁴, bombardeiros médios e transporte aéreo. A aviação de caça brasileira, apesar de ainda pequena, encontrava-se empenhada em participar da luta na Europa, com o 1º Grupo de Caça que seguiu em outubro de 1944 para a Itália, a fim de lutar em céus europeus, utilizando aviões P-47 integrado ao 350th Fighter Group dos EUA. A FAB ainda mantinha o 3º Grupo de Caça em Canoas/RS com aeronaves P-40, também de fabricação norte-americana e que estavam sendo usados no conflito mundial, pelos norte-americanos, na Ásia.

Contudo, apesar do conflito estar localizado no Atlântico, de frente para a Europa, as relações com os vizinhos argentinos não apresentavam a calma desejada pelos brasileiros. O não alinhamento da Argentina com os países aliados, e até certa simpatia entre o governo de Buenos Aires e os regimes fascistas europeus¹³⁵, era visto pelos Estados Unidos como um potencial perigo para a instalação de bases avançadas dos países do eixo. Outro aspecto que

¹³⁴ Missão na qual as aeronaves voam procurando possíveis ameaças aos navios que transitam em determinada área ou rota.

¹³⁵ Apesar das semelhanças dos regimes de argentino e brasileiro e das simpatias apresentadas por seus Presidentes aos regimes alemães e italianos, chegando inclusive o Brasil a fabricar aeronaves FW-58, através de acordo entre a aviação naval brasileira e a empresa alemã Focke Wulf Flugzeugbau, o Brasil acabou cedendo e associando-se aos EUA no conflito. Tal alinhamento deveu-se à uma política de aproximação dos Estados Unidos com o Brasil visando à obtenção de bases aéreas no litoral brasileiro. As simpatias do regime brasileiro com os fascistas não foram suficientes para sobrepujar as vantagens econômicas propiciadas pelos norte-americanos, principalmente através da oferta de em financiamento de 100 milhões de dólares para rearmamento e construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

mantinha o interesse dos EUA pela Argentina era garantia de mercado fornecedor, principalmente, de alimentos aos países que se encontravam em luta na Europa¹³⁶.

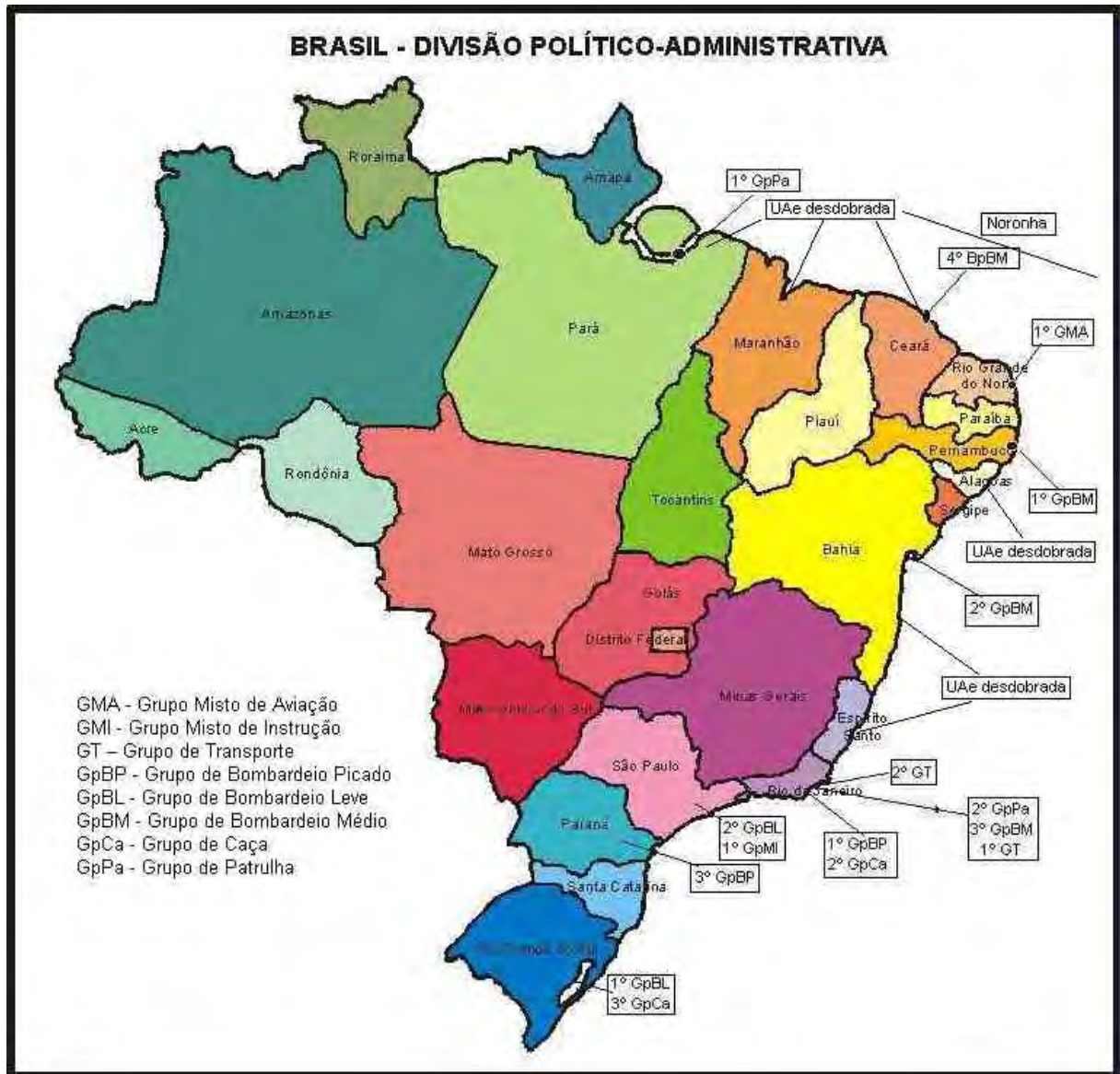


Figura 4 – Distribuição das Unidades da FAB no ano de 1944 durante o conflito Mundial. A divisão política administrativa dos estados, não corresponde ao do período. Esta divisão foi utilizada para ser utilizada em termos comparativos com os mapas atuais. (Dados: WANDERLEY, Nelson F. *História da FAB*. Rio de Janeiro: INCAER, 1974).

Conforme relatos do ex-Embaixador do Brasil na Argentina, Sérgio Corrêa da Costa em seu livro *Crônica de uma Guerra Secreta*¹³⁷, a espionagem na América Latina estava em

¹³⁶ A Argentina era um importante fornecedor de itens considerados vitais na condução da guerra por parte das tropas aliadas, como carne e trigo e matéria prima para a fabricação de material bélico do esforço de guerra, como carvão e ferro.

plena expansão e as intenções do III *Reich* de instalar um braço do governo nazista na região da bacia do Prata era real. Segundo o Embaixador, a conexão Buenos Aires-Berlim estava em plena ascensão, devido a região setentrional do continente sul-americano ser considerada pelos nazistas, como uma região que possuía todas as condições de absorver as idéias autoritárias do regime hitlerista, dando prosseguimento ao expansionismo alemão pelo mundo, estabelecendo a doutrina do *Lebensraum* (espaço vital) de Ratzel.

Com a influência de Perón como Ministro da Guerra desde 1943, a aproximação de seu país com a Alemanha se tornava mais forte e as tensões entre os EUA e Inglaterra com nossos vizinhos do sul tornam-se extremamente tensas. Em fevereiro de 1944, quando navios brasileiros e americanos entraram na bacia do Prata para uma suposta visita a Montevideú, os protestos por parte de Buenos Aires foram incisivos. Imediatamente as tropas comandadas pelo Ministro Domingo Perón, posicionaram-se na fronteira com o Brasil esperando uma invasão.

Os EUA viam o Brasil como parceiro essencial na condução do esforço de guerra aliado contra os nazistas a fim de manter sob controle os vizinhos que por ventura caíssem para o lado do eixo.

A necessidade de invadir a Argentina estava nas previsões do Estado Maior do Exército Brasileiro, sendo inclusive cogitada uma intervenção por parte do Brasil na região do Prata com as tropas que estavam sendo treinadas para lutar na Itália¹³⁸.

Apesar das tensões com a Argentina, a FAB ainda manteve-se concentrada no litoral, em função do esforço de guerra que empregava de maneira maciça a aviação como instrumento de controle da área marítima e proporcionar o apoio necessário às unidades norte-americanas no domínio do Atlântico Sul. Outro fator que manteve a FAB estacionária no

¹³⁷ COSTA, Sérgio C. da. *Crônicas de uma Guerra Secreta – nazismo na América: A conexão argentina*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2005.

¹³⁸ BANDEIRA, 1973, p.291-292.

litoral foi ausência de doutrina dissuasória¹³⁹, devido ao fato destas doutrinas terem sido realmente estabelecidas somente após o término da 2ª Guerra Mundial. Contudo, o Exército Brasileiro mantinha-se de prontidão na região sul do Brasil mantendo sua doutrina de estabelecer as portas do sul sob vigilância, oriundas das antigas guerras travadas na região platina.

Na verdade, não se estabelecia uma confiança entre os dois países, pois as incógnitas eram muitas entre o que se discursava e o que se realizava nos bastidores da política entre Brasil e Argentina. Segundo carta do Ministro Rodrigues Alves à Vargas, quando as tropas começaram a se movimentar na fronteira entre os dois países, “a disposição das tropas, na fronteira, é um soldado argentino para cinco brasileiros e havia camaradagem entre os oficiais das duas nações”¹⁴⁰ e em discurso, o Ministro Perón dizia que “estendia a mão a Vargas e acusava as forças estranhas de quererem perturbar as relações entre os dois países”¹⁴¹.

Mas o que se pregava na Argentina, segundo fontes infiltradas do serviço de inteligência britânico e do governo brasileiro, que já dispunham de documentos que comprometiam as reais intenções de Perón, era a da realização de um jogo de dissimulação com receio de um conflito direto com o Brasil e adiar o máximo possível o confronto, aguardando uma possível vitória alemã. Documentos secretos, extraídos do manifesto Grupo de Oficiais Unidos (GOU)¹⁴², deixavam o governo do Rio de Janeiro extremamente preocupado com o futuro das relações entre Brasil e Argentina.

¹³⁹ A verdadeira importância da Força Aérea como elemento de dissuasão estratégica, só começou a tomar verdadeiro impulso no pós-guerra, quando as Forças Aéreas aliadas verificaram a real importância do meio aéreo no resultado final do conflito.

¹⁴⁰ Carta de 24 mar. 1944, nº 12, confidencial, Rodrigues Alves a Vargas. Bs Aires, doc. 59, vol.43, *apud* BANDEIRA, 1973, p. 292.

¹⁴¹ Carta de 25 jul. 1944, Caio Júlio Cezar Vieira, Buenos Aires, doc. 54, vol. 44, *apud* Bandeira, 1973, p.296.

¹⁴² Na Argentina, em 1943, ao redor do Coronel Juan Domingo Perón - recém desembarcado de uma estadia na Itália fascista, onde fora adido militar - logo se formou uma confraria de oficiais do exército com estranhos desígnios, o GOU. Estavam eles imbuídos, de acordo com um Manifesto Secreto, de 3 de maio de 1943, de repetir neste lado do mundo os feitos e conquistas levadas adiante, com espantoso êxito pelos nazistas. Contemplando o mapa sul-americano, eles entenderam ser possível, sob a hegemonia das forças armadas platinas, fazer um movimento de integração forçada dos seus vizinhos, dos uruguaios, chilenos, paraguaios e bolivianos, visto que nenhum deles ainda havia declarado a guerra ao Eixo. No máximo, pressionados com vigor pelos Estados Unidos, haviam rompido relações diplomáticas com a Alemanha e com a Itália. Em

Segundo estes documentos, Perón aguardava a queda do Brasil na América do Sul junto com os aliados para dominar o continente sul-americano: “Uma vez caído o Brasil, o continente sul-americano será nosso”¹⁴³. As declarações resgatavam a velha geopolítica regional e tinha seus reflexos ainda no período pós-guerra.

A República Argentina deveria abarcar a Republica do Uruguai, a Bolívia e a parte meridional do Brasil [...] Lembrem-se que o nosso propósito deve ser recuperar o que nos pertence [...] Se os norte-americanos quiserem ser os senhores do Norte, nós seremos os senhores do sul ¹⁴⁴.

Com o término da guerra, o quadro político e econômico do mundo tomou novos rumos. Surgiam duas novas potências mundiais, EUA e URSS e, a Inglaterra, totalmente destruída pelo conflito, perdia sua majestade e influência mundial.

3.2.2 A FAB no Pós-Guerra e a Política Rearmamentista

Nas análises táticas e estratégias aéreas surgidas após o segundo conflito mundial, a Força Aérea passou a ser a menina dos olhos dos estrategistas militares em face dos resultados inapeláveis dos exércitos obtidos. Na FAB não foi diferente, pois a influência dos aviadores brasileiros que haviam lutado na Itália e tiveram contato direto com pilotos de outras nacionalidades, além de terem percebido de modo real o desempenho do avião no combate, começaram a vislumbrar uma Força Aérea com caráter mais dissuasório a fim da manutenção dos interesses do Brasil na região sul-americana.

nome da Hispanidade, da restauração dos valores do tradicionalismo ibérico, católico, autoritário e antiliberal, Perón, que ainda não estava investido na plenitude do poder, ambicionava vestir as botas do General Juan Manoel Rosas na esperança de vir a restaurar o antigo Vice-Reino do Prata, desmantelado em 1810. Esta Nova Argentina, irradiando-se para muito além das suas fronteiras, seria a sua versão do Terceiro Reich aplicado à América do Sul, onde ele apareceria como uma espécie de Führer dos Pampas. (Consulta da Internet em 04 jul. 2004. <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/2002/09/23/000.htm>).

¹⁴³ Juan Perón, Manifesto do GOU, 3 maio 1943 *apud* COSTA, 2005, p.346.

¹⁴⁴ L.M. Quintana, ex-secretário das Relações Exteriores, Buenos Aires, maio 1947. (Consulta da Internet em 04 jul. 2004. <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/2002/09/23/000.htm>)

Em conseqüência do antagonismo no quadro político regional apresentado durante o conflito mundial entre Brasil e Argentina, a percepção de ameaça aos interesses brasileiros passava do litoral para a região sul. Neste contexto, a Argentina seria seu principal adversário em virtude das desconfianças e tensões ocorridas durante a 2ª Guerra e da aproximação incondicional do Brasil com os EUA, que era vista pelo governo nacionalista de Buenos Aires como a manutenção do imperialismo na região.

Na década de 40, todo material aeronáutico da FAB era originário dos EUA beneficiada pelo *Lend-lease* (Lei de Empréstimos e Arrendamentos) e a doutrina de seu pessoal calcada na *United States Army Air Force (USAAF)*, e na *United State Navy (USNAVY)*, restringindo-se às operações táticas¹⁴⁵.

Já por parte dos argentinos, não foi permitida a facilidade do *Lend-lease*, face ao seu posicionamento durante a guerra, contudo, o país possuía enormes créditos no mercado internacional, sobretudo com a Inglaterra que recebeu grandes quantidades de carne e trigo para o esforço de guerra. Como se encontrava com graves dificuldades financeiras, os britânicos ofereceram o pagamento da dívida em armamento, sendo prontamente aceito pela Argentina que sofria um boicote militar por parte dos EUA. As relações entre EUA e Argentina neste período estavam completamente rachadas devido ao posicionamento portenho durante a guerra, além do fato dos argentinos não terem assinado o *Tratado de Bretton Woods*¹⁴⁶.

Os argentinos estariam praticamente isolados às facilidades tecnológicas do pós-guerra se dependessem dos EUA para adquiri-las. A Inglaterra foi o meio mais curto de apressar a reformulação tecnológica de suas FFAA.

¹⁴⁵ MOTTA, 2001, p. 18.

Os EUA colocaram uma série de restrições de acesso a alguns tipos de armamentos e não permitiram que o Brasil adquirisse bombardeiros estratégicos após o término da guerra.

¹⁴⁶ CERVO, Amado L. *A Política Exterior da Argentina: 1945-2000*. In *Argentina: visões brasileiras*. GUIMARÃES, Samuel P. (org). Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 2000, p.13.

Em 1946, foi feita a negociação da entrega de 100 caças a jato *Gloster Meteor* F.Mk.IV (os primeiros jatos a serem recebidos por uma Força Aérea sul-americana), além de 15 bombardeiros quadrimotores de longo alcance *Avro Lancaster* B.Mk.I e de 30 *Avro Lincoln* B.Mk.II, perfazendo um total de 45 bombardeiros estratégicos, mais algumas pequenas aeronaves de outros tipos em suas fileiras. Os aviões começaram a ser recebidos em 1947¹⁴⁷.

Já o Brasil, com algumas restrições impostas pelos EUA¹⁴⁸, recebeu material então considerado obsoleto por intermédio dos escritórios do *Foreign Liquidation Commissioner*. No ano de 1947, recebeu 100 obsoletos aviões de ataque e treinamento *North American AT-6*, 25 caças *Republic P-47 Thunderbolt*, utilizados pelo Brasil na guerra, 60 aviões bombardeiros médios *North American B-25 Mitchell* e, até 1950, foram recebidos mais 64 aviões bimotores entre AT-7 e AT-11 de treinamento e C-45, C-47 e DC-3 de transporte, sem capacidade alguma de dissuasão.

Apesar de quantitativamente o Brasil apresentar vantagem sobre a Argentina, a desvantagem qualitativa em relação à Força Aérea Argentina era gritante, já que esta possuía aviões a jato, capazes de voar em maiores altitudes e com maior velocidade em relação aos aviões brasileiros que utilizavam motorização convencional. Além disso, os argentinos possuíam bombardeiros com autonomia de vôo que permitia decolar de solo argentino e atingir o Rio de Janeiro, privilégio não desfrutado pelos bombardeiros da FAB em relação a Buenos Aires.

Perón continuava no poder, na Argentina, e seu posicionamento frente à política externa independente e isolacionista, a chamada Terceira Posição, confrontava diretamente

¹⁴⁷ Fonte: Revista ASAS - Revista de Cultura e História da Aviação. Rio de Janeiro: C&R editora, ano IV. número 22. dez. 2004/jan. 2005, p.76.

¹⁴⁸ Apesar do Brasil ter apoiado os aliados no conflito, os EUA não viam com bons olhos uma política armamentista no sul do continente, restringindo o acesso à uma série de armamentos do conflito.

com a política brasileira de alinhamento com os EUA, e mantinha a rivalidade regional em pleno exercício¹⁴⁹.

Tentando equiparar os meios militares das duas Forças Aéreas e aproveitando o estreito e cordial relacionamento do governo Dutra com os EUA, no início da década de 50, o Brasil solicitou aos norte-americanos a venda de aeronaves quadrimotor de longo alcance. Foram fornecidos seis bombardeiros estratégicos *Boeing B-17*, detentores de uma capacidade de carga de bombas de 2.724 kg e alcance de 1.760 km com carga máxima, remanescentes da guerra, acatando a justificativa apresentada pelo Brasil de que era necessário cumprir missões de busca e salvamento na região litorânea do nordeste em cumprimento ao compromisso brasileiro junto à *Organização da aviação Civil Internacional* (OACI). Tal compromisso previa a capacidade brasileira em realizar missões de busca e salvamento em toda área de responsabilidade brasileira e só seria possível com aeronaves com grande autonomia de vôo¹⁵⁰. Tais aeronaves foram fornecidas na versão de reconhecimento, mas se necessário, facilmente seriam modificadas para lançamento de bombas.

Com o retorno de Vargas ao poder, no Brasil, e não conseguindo apoio norte americano para aquisição de aviões a jato devido à indiferença do governo brasileiro com relação à Guerra da Coreia, o Brasil partiu para outros mercados com o objetivo de modernizar sua Força Aérea e manter o equilíbrio militar regional tentando fazer frente à política envolvente de Perón na região e à uma possível “aliança AUPB (Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia)”¹⁵¹.

Em 1952, foi assinado um acordo com a Inglaterra num vulto de 4.115.000 libras esterlinas a serem pagos através da modalidade de *Off Set* do algodão brasileiro, sendo adquiridos 70 caças a reação TF-7 e F-8 *Gloster Meteor*¹⁵², os mesmos aviões à reação que

¹⁴⁹ CERVO, 2000, p.15.

¹⁵⁰ WANDERLEY, Nelson F. *História da FAB*. Rio de Janeiro: INCAER, 1974, p.327-328.

¹⁵¹ MOTTA, 2001, p.19

¹⁵² WANDERLEY, 1974, p.332.

havia chegado à Argentina cinco anos antes. As primeiras aeronaves foram recebidas em 1953 e alocadas nas Bases Aéreas de Santa Cruz/RJ, onde se situava a capital da República e na Base Aérea de Canoas/RS, situada no estado da federal que fazia a maior fronteira com a Argentina. Tais aviões davam uma capacidade operacional semelhante à da FAA, propiciando, deste modo, o retorno do equilíbrio de forças. Para tentar equiparar os meios aéreos de longo alcance, em 1954, foram recebidos mais sete quadrimotores B-17 pela FAB.

3.2.3 O Fim do Populismo Sul-Americano e as Novas Relações com os EUA

No ano de 1950, Getúlio Vargas que havia sido colocado fora do comando da nação em 1946, voltou ao poder no Brasil através das vias democráticas, ao contrário da Argentina que ainda mantinha Perón ativo na política externa Argentina desde 1943, como Ministro da Guerra e, como Presidente, a partir de 1946, também pelas vias democráticas. Contudo, desta vez, a política de Vargas do nacional-desenvolvimentismo populista que, no período da segunda guerra foi aceita pelos EUA, devido à necessidade de manter um relacionamento cordial com o Brasil, foi considerada inaceitável pelos EUA em plena Guerra Fria, tendo em vista que, uma Política Externa Independente de um país sul-americano afrontava diretamente os interesses norte-americanos na região¹⁵³.

Com o suicídio em 1954 de Getúlio Vargas, seu sucessor Café Filho retomou o alinhamento automático com os EUA. Na sequência de sucessão, Juscelino Kubitschek em seus dois primeiros anos de governo manteve a política de aproximação com os EUA, mas também procurava novos mercados no continente europeu que se reerguia do pós-guerra,

¹⁵³ VIZENTINI, Paulo F. *Relações Internacionais do Brasil – de Vargas a Lula*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p.14.

dando prosseguimento ao plano de industrialização nacional¹⁵⁴. Foi neste período que o Brasil conseguiu novos equipamentos aeronáuticos.

Na Argentina, um golpe militar em 1955, depôs Perón e assumiu a junta provisória, modificando a política externa da Argentina com relação aos EUA, procurando sair do isolacionismo peronista para uma maior integração com os outros países.

Com a saída de Vargas e a retomada das cordiais relações com os EUA, o Brasil aproveitou e, em face do material adquirido no pós-guerra já apresentar obsolência e desgaste pelo longo período de uso, além do remanescente da segunda guerra não apresentar mais a eficiência desejada, foi assinado o *Acordo de Noronha* com os Estados Unidos. Tal acordo visava adquirir novo material bélico para suas FFAA e, nos anos de 1954 e 1955, foram adquiridos 12 aviões de transporte de tropas e lançamento de pára-quedistas Fairchild C-82 que representavam um ganho enorme na capacidade de transporte de tropas. Para reforçar a aviação de bombardeiros que já dispunha dos B-25 e A-20 e, potencialmente os B-17, foram adquiridos, em 1958, 26 bombardeiros B-26 *Invader*¹⁵⁵, além de aviões anfíbios SA-16 *Albatroz* de busca e salvamento que serviriam, também, para as missões de esclarecimento marítimo e apoio às missões na Amazônia juntamente com os antigos *Catalinas*.

Ainda em 1958, aproveitando o Tratado de Noronha, o Brasil adquiriu dos EUA os primeiros caças Lockheed F-80 Shooting Star e At-33 Silver Star proveniente dos EUA para integrarem-se junto com os antigos F-8 e F-7 e, dois anos mais tarde os argentinos adquiriram, durante o governo Forndizi, caças F-86/F Sabre, oriundos dos EUA e que haviam lutado na Guerra da Coreia, para somarem-se aos F-8 e F-7 portenhos.

Além dos caças, o Brasil recebeu através do acordo com os EUA, 13 aviões de patrulha marítima Lockheed P-15 *Neptuno*, além de 13 aviões anti-submarino Grumman P-16

¹⁵⁴ Op. cit, p.20.

¹⁵⁵ Cabe ressaltar que, apesar de não possuírem grande autonomia e alcance de vôo, estes aviões destacaram-se na 2ª Guerra pela excepcional precisão em suas incursões devido ao excelente sistema de mira de bombardeio.

Tracker, incorporados em 1961, também adquiridos pelos vizinhos do sul um ano antes, sendo os P-16 operados a partir dos porta-aviões de seus respectivos países¹⁵⁶.

Os novos caças brasileiros não substituíram as antigas aeronaves F-8 e F-7 Gloster das bases de Santa Cruz (RJ) e Canoas (RS) e passaram a operar em Fortaleza/CE, visando o treinamento dos pilotos de caça da FAB. Tais aeronaves vieram a substituir os antigos F-8 das Bases Aéreas de Santa Cruz e Canoas somente em 1967, quando os antigos aviões adquiridos da Inglaterra já apresentavam um desgaste e fadiga de material muito acentuado¹⁵⁷.

3.2.4 A Reestruturação da FAB no Governo Militar de 1964.

Com a assunção ao poder do General Onganía, na Argentina, as relações Buenos Aires - Washington voltaram a tornarem-se tênues. No ano de 1964 os militares brasileiros já haviam destituído do poder João Goulart e, ao assumir o poder, adotaram o alinhamento com os EUA como linha mestra de sua política externa, após as políticas de Jânio Quadros e Jango de independência da política externa¹⁵⁸.

Durante os governos de Castelo Branco e Onganía as relações entre os dois vizinhos do sul se estreitaram em função da mesma visão de segurança regional que ambos tinham, colocando em prática a Teoria do Cerco¹⁵⁹. Contudo, problemas com os ideais do chanceler Nicanor Costa Mendez de revitalizar as velhas disputas com o Brasil em torno das influências de Paraguai e Bolívia, causaram nova distensão¹⁶⁰. Era a velha geopolítica ainda inserida no

¹⁵⁶ Os aviões de patrulha e anti-submarino pertenciam à Marinha Argentina que possuía aviação própria, realidade não compartilhada pelo Brasil que utilizava as aeronaves da Força Aérea para as operações navais.

¹⁵⁷ Histórico do 1º/4º Grupo de Aviação e 1º/14º Grupo de Aviação.

¹⁵⁸ VIZENTINI, 2003, p.41.

¹⁵⁹ BANDEIRA, 2003, p.392.

¹⁶⁰ Op. cit, p 412.

pensamento dos políticos sul-americanos. O *heartland* sul-americano em plena disputa e girando em torno de uma nação.

A política de Castelo Branco era a de aproximação incondicional com os norte-americanos, no entanto, com Costa e Silva “rompe-se as doutrinas da interdependência, segurança coletiva e fronteiras ideológicas, restaurando os interesses nacionais”¹⁶¹ e a situação de sub-potência não era mais bem vista pelo governo brasileiro. A intenção dos Presidentes pós-Castelo era a de inserir o Brasil em uma situação de potência mundial. E mais uma vez, os Estados Unidos boicotaram o Brasil na aquisição de aeronaves de combate.

Já por parte dos vizinhos do sul, no período compreendido entre 1966 e 1970, foi a fase de maior expansão da Força Aérea argentina. No ano de 1966 a FAA começou a receber dos EUA, 66 caças/bombardeiros *McDonnell Douglas A-4 Skyhawk* para substituírem os antigos *Avro Lincon* de origem britânica. Compraram ainda, da Inglaterra, 12 bombardeiros médios *Martin B-62 Canberra* e adquiriram, no início dos anos 70, 12 caças interceptadores *Dassault Mirage III* da França.

O Brasil se via militarmente em enorme desvantagem técnica em relação ao seu vizinho, tendo em vista que possuía os velhos F-8 da guerra e os recém-adquiridos, porém obsoletos, F-80 e AT-33. Serviu ainda de tensão, as retomadas das provocações acerca das disputas sobre a utilização das águas do rio Paraná entre Brasil e Argentina para a construção de Corpus/Itaipu.

No ano de 1970, um golpe derrubou o Presidente Ongania e assumiu Roberto Levingston para, um ano mais tarde, assumir Alejandro Lanusse. Já no Brasil, dando prosseguimento ao plano de projeção mundial iniciada por Costa e Silva e aproveitando a necessidade de reequipar sua frota aérea militar devido à fadiga de material apresentada pelos antigos aviões adquiridos da Inglaterra, foi criada *Empresa Brasileira de Aeronáutica*

¹⁶¹ BANDEIRA, 2003, p.410.

(EMBRAER), dando continuidade ao projeto de criação do *Centro Técnico Aeroespacial*, de 1947. Neste momento a FAB começou a vislumbrar uma antiga ambição dos aviadores de outrora, que era a aquisição de uma aeronave militar construída em território nacional.

Porém, a realidade política regional necessitava uma revitalização imediata de frota da FAB. O sistema de defesa aérea brasileiro no período era extremamente deficitário em virtude dos meios de detecção aérea possuir um alcance extremamente limitado. Em vista disso e, face ao quadro internacional vigente, em 1971 foi inaugurada a Base Aérea de Santa Maria sediando o 4º EMRA (Esquadrão Misto de Reconhecimento e Ataque) com 10 aeronaves de ataque AT-6 (do período da guerra), seis L-19 de observação e 10 L-42 de ligação (administrativo), mais helicópteros de ataque UH-1D. O esquadrão teve seu nome alterado 5º EMRA em 1972¹⁶².

Tal Base Aérea era o início de um plano de contenção das portas do sul, pois as aeronaves ali colocadas, do ponto de vista dissuasório, não representavam nada frente ao poderio da Argentina e que destinavam, unicamente, para servir de apoio aéreo, em caso de conflito, às unidades do exército que ali se encontravam instaladas, próximas à fronteira com a Argentina.

Para fortalecer o sistema de Defesa Aérea, já no final da década de 1960, o Brasil iniciou um processo de avaliação de uma aeronave interceptadora de alto desempenho. Inicialmente foi considerada a melhor opção o caça norte-americano *McDonnell Douglas F-4 Phantom*, que estava sendo empregado maciçamente na guerra do Vietnã pelos EUA, para ser o interceptador brasileiro, entretanto, o congresso americano vetou a venda para o Brasil¹⁶³. Outras fontes informam que o caça a ser pretendido pela FAB era o *Lightning* da Inglaterra, devido ao fato do Presidente Costa e Silva ter tratado com os britânicos, o

¹⁶² Histórico da Base Aérea de Santa Maria.

¹⁶³ Consulta da internet em 16 jul. 2004. <http://busca.estadao.com.br/ext/frances/miragep.htm> .

financiamento da ponte Rio-Niterói. Costa e Silva deixou o governo, em 1968, e Médici desfez o acordo¹⁶⁴.

Mais uma vez o Brasil partiu para um mercado fora do norte-americano e acabou vencendo a concorrência o *Dassault Mirage III*, mesmo tipo que a Argentina possuía, sendo recebida a primeira das 14 aeronaves, em 1973¹⁶⁵.

Para efetuar o controle do espaço aéreo e integrar aos sistemas de interceptação dos *Mirages*, foi criado o I Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA I) também de origem francesa. Tal sistema visava à defesa do espaço aéreo do Distrito Federal e da região sudeste e vinha sofrendo a incursão de aeronaves B-62 Camberra da FAA que entravam no espaço aéreo brasileiro objetivando fotografar a região industrial de São Paulo sem serem importunados. Esta situação se dava, devido ao baixo desempenho dos meios aéreos que a FAB possuía, além da inexpressiva capacidade dos radares brasileiros em detectar os aviões em tempo hábil¹⁶⁶ (Figura 5).

A indústria aeronáutica nacional era um sonho dos velhos aviadores brasileiros e uma questão de honra para os políticos nacionalistas. A criação da Empresa Brasileira de Aeronáutica foi a realização destes ideais. Tendo seu início de maneira bastante modesta foi um marco na modernização iniciada na FAB. Inicialmente, o desenvolvimento de um modelo nacional mantinha o cuidado de ingressar em um mercado estritamente civil em virtude de que uma aeronave militar demandaria a aquisição de maior tecnologia, sendo uma aeronave de transporte civil o início deste processo. Outro meio de aquisição de tecnologia era a parceria com indústrias aeronáuticas estrangeiras e isto dependeria da vontade política dos países com tais tecnologias em transferi-las ao Brasil¹⁶⁷.

¹⁶⁴ DRUMON, 2004, p.220.

¹⁶⁵ Sem dúvida nenhuma um fator que ajudou na escolha desta aeronave foi o incrível sucesso obtido por este avião na Guerra dos Seis Dias por parte da Força Aérea Israelense em 1967.

¹⁶⁶ Tal situação não está disponível em documentos que o autor teve acesso, contudo tive conhecimento de tais fatos através de conversas informais com oficiais que serviam neste período na FAB.

¹⁶⁷ Op. cit, p.222-224.



Figura 5 – Cobertura radar do CINDACTA 1, ativado em 1972. (Fonte: LORCK, Carlos. *Do CAN ao SIVAM – A FAB na Amazônia*. Rio de Janeiro: Aerospace, 2000, p. 95).

Como visto os EUA não tinham qualquer interesse em manter o Brasil em plena expansão industrial e tecnológica e o máximo de restrições que conseguisse incutir ao Brasil, seria sua linha mestra em relação aos governos nacionalistas brasileiros. Feitos contatos com as indústrias aeronáuticas mundiais, em 1971, foi firmado acordo com Aermacchi da Itália, a fim da construção no Brasil da aeronave MB. 326, sendo nomeado aqui no Brasil de AT-26 Xavante. Inicialmente foram recebidas aeronaves construídas na Itália pela fábrica deste país, mas a produção no Brasil já estava em fase de implantação. Os primeiros aviões foram recebidos em 1972 e alocados no Rio de Janeiro para avaliação de desempenho operando juntamente com os TF-33. Posteriormente em 1973, foram sediadas novas aeronaves em Fortaleza para treinamento dos pilotos de caças da FAB, substituindo os antigos TF-33 nesta localidade.

Na região sul do Brasil no início da década de 70, somente a Base Aérea de Canoas possuía aviões sediados, sendo sua espinha dorsal de combate, concentrada nos AT-33.

O quadro comparativo de Poder Aéreo (Tabela 1) de Brasil e Argentina, no início da década de 70, mostra a disparidade do equilíbrio tanto quantitativo entre as duas Forças como qualitativo. Do ponto de vista qualitativo existia uma descomunal vantagem por parte do país platino, tendo em vista que em número de aviões de 1ª linha em suas fileiras, que são as aeronaves que realmente garantem a superioridade aérea em um conflito, era cinco vezes maior, dando uma indiscutível vantagem ao o poderio aéreo portenho.

Caças -Bombardeiros de Primeira Linha (equipados com radar de bordo)			
Brasil		Argentina	
Tipo	Quantidade	Tipo	Quantidade
Mirage III	16	Mirage III-E/B	14
		A-4 SkyHawk	47
		A-4 SkyHawk (Marinha)	14
Total – 16		Total – 75	
Caças-Bombardeiros de Segunda Linha (sem radar)			
Brasil		Argentina	
Tipo	Quantidade	Tipo	Quantidade
AT-26 Xavante	32	F-86F	20
F-80/T-33 Shooting Star	16	MB-326GB (Marinha)	8
Total – 48		Total - 28	
Bombardeiros			
Brasil		Argentina	
Tipo	Quantidade	Tipo	Quantidade
B-26 Invader	18	B-62 Camberra	12
Total – 18		Total - 12	
Treinadores Armados			
Brasil		Argentina	
Tipo	Quantidade	Tipo	Quantidade
T-28, T-6	48	IA-58 Pucará	50
		T-28 (Marinha)	45
Total – 48		Total - 95	
Patrulha Marítima/Anti-submarino			
Brasil		Argentina	
Tipo	Quantidade	Tipo	Quantidade
P-2,	14	P-2,	4
S-2	13	S-2 (Marinha)	6
HU-16	12		
Total – 39		Total - 10	
Total Geral - 169		Total Geral - 220	

Tabela 1: Poderio Aéreo Brasileiro e Argentino no ano de 1974. (Fonte: *The Almanac of World Military Power*, EUA/England, 1974).

Foram consideradas as aeronaves capazes de realizar missões de combate, excluindo as aeronaves de apoio ao combate, conforme definição da Doutrina Básica da FAB.

Vislumbrando a equiparação do poderio aéreo, em 1974, o Brasil iniciou um processo de aquisição de novas aeronaves de superioridade aérea a fim de serem somadas aos Mirages já adquiridos, sendo os contatos com a França iniciados a fim da aquisição de mais aviões supersônicos deste mesmo tipo.

Para os EUA, a entrada dos aviões franceses no mercado brasileiro e a parceria aeronáutica com os italianos, demonstravam que a FAB não estava disposta a aguardar a boa vontade dos norte-americanos com relação à modernização de sua frota. Imediatamente foi autorizada, pelo governo dos EUA, a aquisição por parte do Brasil, em 1974, de 41 aviões supersônicos *Northrop F-5E/B Tiger*, além da encomenda de mais 80 AT-26 *Xavante* à EMBRAER, sendo entregues 64 destas até 1976. Neste período de 1975 em diante, o quadro comparativo tendeu a se equiparar, com uma leve vantagem brasileira (Tabela 2) em face do maior desempenho e capacidade de emprego de variados armamentos dos F-5E em relação aos A-4 argentinos, além da enorme disparidade na quantidade de caças bombardeiros de 2ª linha. Os supersônicos recém adquiridos foram instalados nas bases Aéreas de Santa Cruz/RJ e Canoas/RS, agora fortalecendo a defesa aérea da região sul.

Caças –Bombardeiros de Primeira Linha (equipados com radar de bordo)			
Brasil		Argentina	
Tipo	Quantidade	Tipo	Quantidade
Mirage III	18	Mirage III-E/B	14
F-5E/B Tiger	41	A-4 SkyHawk	60
		A-4 SkyHawk (Marinha)	16
Total – 59		Total – 90	
Caças-Bombardeiros de Segunda Linha (sem radar)			
Brasil		Argentina	
Tipo	Quantidade	Tipo	Quantidade
AT-26 Xavante	64	MB-326GB (Marinha)	8
Total – 64		Total – 8	
Bombardeiros			
Brasil		Argentina	
Tipo	Quantidade	Tipo	Quantidade
B-26K Invader	15	B-62/64 Camberra	11
Total – 15		Total – 11	
Treinadores Armados			
Brasil		Argentina	
Tipo	Quantidade	Tipo	Quantidade
T-6	30	IA-58 Pucará	50
T-37	25	T-28 (Marinha)	30
Total – 55		Total – 80	
Patrulha Marítima/Anti-submarino			
Brasil		Argentina	
Tipo	Quantidade	Tipo	Quantidade
P-2,	10	P-2	4
S-2	19	S-2 (Marinha)	6
HU-16	13	HU-16 (Marinha)	3
Total – 42		Total – 13	
Total Geral – 235		Total Geral – 202	

Tabela 2: Poderio Aéreo Brasileiro e Argentino no ano de 1976. (Fonte: *Defense & Foreign Handbook*, EUA, 1976).

Foram consideradas as aeronaves capazes de realizar missões de combate excluindo as aeronaves de apoio ao combate, conforme definição da Doutrina Básica da FAB.

3.2.5 A FAB e as Tensões Geopolíticas – Itaipu/Beagle

Sem dvida, um dos momentos mais tensos vividos na região sul do continente sul-americano foi a retomada do questionamento sobre a posse das estratégicas ilhas de Pincton, Lenox e Nueva, situadas no canal de Beagle, extremo sul das Américas.

Associado ao questionamento de tais ilhas, o acirramento entre Brasil e Argentina sobre a construção em conjunto com o Paraguai da usina hidroelétrica de Itaipu ganhava um tom altamente belicista entre os dois países.

O fato é que o objetivo das discussões sobre a utilização das águas à montante do rio Paraná era de um caráter estritamente geopolítico muito acentuado, tendo em vista que o envolvimento do Paraguai no projeto deixava clara a intenção brasileira na absorção deste país em torno de sua órbita política. A construção dos portos de Paranaguá e Rio Grande e da rodovia BR-277, já havia retirado e dependência paraguaia do escoamento de sua produção pelo porto de Buenos-Aires; contudo, o intercâmbio energético era visto pelos argentinos, como um modo de dominação do Brasil sobre os paraguaios e a aniquilação permanente da influência de Buenos Aires sobre Assunção, que já havia começado com a tomada do poder por Strossner em 1954¹⁶⁸.

A situação chegou a tal ponto que um relatório secreto expedido pelo Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA) de 12 de setembro de 1973, em uma reunião entre o então Presidente argentino Juan Domingo Perón e o Presidente da Câmara Raul Lastiri, os ex-Presidentes Alejandro Lanusse e Carlos Olgania, apontava que o Presidente argentino tinha como uma das missões precípuas o fortalecimento das Forças Armadas Argentinas, tendo em vista que vislumbrava um conflito armado com o Brasil em um prazo de cinco anos¹⁶⁹.

Tal documento ainda informava que estavam se formando comandos armados, a fim de sabotar a construção da usina de Itaipu. Esta atitude se dava pelo fato de Perón considerar que os governos militares instalados no Chile, Paraguai, Bolívia e Uruguai, gravitavam em

¹⁶⁸ BANDEIRA, 2003, p.282.

¹⁶⁹ Revista Istoé, 27 out. 1996, p.112.

torno da influência do governo militar brasileiro, eliminando totalmente a argentina do cenário político regional¹⁷⁰.

Com a morte de Perón em 1974, assumiu sua vice María Estela Martinez de Perón que, em função das dificuldades econômicas e políticas enfrentadas internamente, procurou o diálogo com o Brasil a fim do entendimento regional. Seu governo não durou muito tempo e, em 1976, assumiu o governo do General Rafael Videla, iniciando um novo programa político-econômico na Argentina denominado Processo de Reorganização Nacional.

De início o governo Videla procurou a conversação com o Brasil, contudo, o tom geopolítico do novo governo vinha à tona. Com os chilenos, a disputa das ilhas do canal de Beagle era a tônica da política externa, com o Brasil, a questão de Itaipu e a posse das ilhas Malvinas voltavam a ser questionadas pelos argentinos contra os ingleses¹⁷¹.

Para o governo do Brasil a instalação de Itaipu era ponto de honra na política traçada pelo governo Geisel que não abriria mão do compromisso assumido com o governo paraguaio¹⁷².

Face às tensões com os chilenos ao sul, o Brasil vê um meio de pressionar a argentina com relação a um acordo sobre Itaipu. Em 1978, a FAB deu um impulso importante no fechamento das portas do sul¹⁷³ iniciadas oito anos antes, até então realizado apenas pelo Exército Brasileiro. Com o acirramento das tensões relacionadas com o contencioso de Itaipu/Corpus, associado ao litígio ocorrido com os chilenos e associado à desconfiança argentina de um suposto acordo secreto envolvendo os governos do Brasil e do Chile¹⁷⁴, foi

¹⁷⁰ Ibidem.

¹⁷¹ BANDEIRA, 1995, p.255.

¹⁷² D'ARAÚJO, Maria C. et CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997, p.346.

¹⁷³ Se encarado sob um prisma defensivo. Se olharmos sob o aspecto ofensivo tornava-se a abertura das portas do sul.

¹⁷⁴ É sabido que o governo brasileiro apoiou claramente o golpe do General Pinochet contra Salvador Allende em 1973, além do fornecimento secreto de peças de aeronaves F-5E e C-130 ao Chile realizado pelo Brasil após o embargo de material militar promovido pelo governo Jimmy Carter, após o assassinato do ex-Embaixador Orlando Letelier em território norte-americano por agentes chilenos, conforme entrevista do

transferido para a região de Santa Maria/RS, o 1º/10º GAv que encontrava-se sediado em São Paulo, equipando-o com as recém-adquiridas aeronaves a jato de reconhecimento tático e ataque AT-26 *Xavante* recém-recebidos dos pátios da EMBRAER e criou o 3º/10º GAv na mesma cidade (figura 6), equipado com 16 aeronaves do mesmo tipo. No mesmo período a Argentina realizou um contrato de aquisição de 26 supersônicos IAI *Dagger*¹⁷⁵ visando à iminente confrontação da região austral do continente com os chilenos. Neste momento o Brasil via suas defesas do sul abertas e começou a vislumbrar a criação do CINDACTA 2 com a finalidade de cobrir os céus de toda região sul brasileira (Figura 7).

O potencial cerco tático efetuado por chilenos nos Andes e pelo Brasil na região do Prata fez com que o Presidente Videla da Argentina procurasse amenizar as tensões com o Brasil e instrui o negociador argentino “a conceder ao Brasil qualquer exigência que fosse feita relacionada ao uso das águas do Rio Paraná”¹⁷⁶.

Durante todos os anos de existência das Forças Aéreas de Brasil e Argentina, nunca houve uma atitude única de integração ou mesmo de apoio ao seu vizinho, visto que suas expectativas eram a de um confronto direto entre as duas forças e, uma integração, serviria apenas para dar conhecimento ao seu inimigo sobre seu material de combate e táticas utilizadas.

brigadeiro Márcio Callafange em CONTREIRAS, Hélio. *Militares - Confissões* – Histórias Secretas do Brasil. 3ª edição. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

¹⁷⁵ Projeto de uma variante do Mirage III francês de desenvolvimento israelense.

¹⁷⁶ GOÑI, Carlos in PUELMA, Aquiles G. *Crisis Internacionales en Sudamérica: teoría y análisis*. Academia Nacional de Estudios Políticos y Estratégicos. Ministério de Defensa Nacional. Chile: Mago Editores, 2003, p.152.

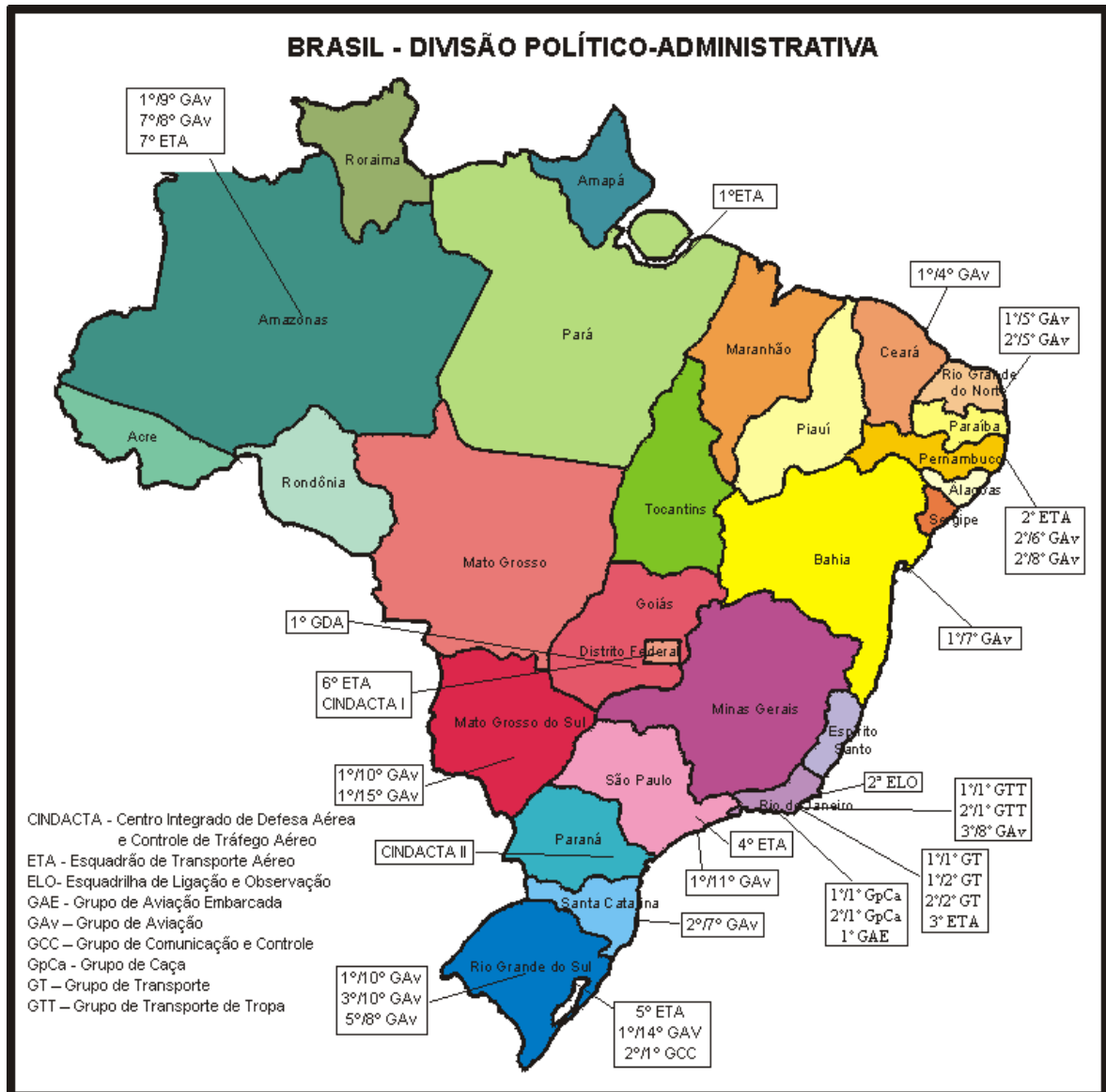


Figura 6 – Distribuição das Unidades da FAB no ano de 1982. A divisão política administrativa dos estados, não corresponde ao do período. Esta divisão foi utilizada para ser utilizada em termos comparativos com os mapas atuais. (Dados: Histórico das Unidades Aéreas da FAB).

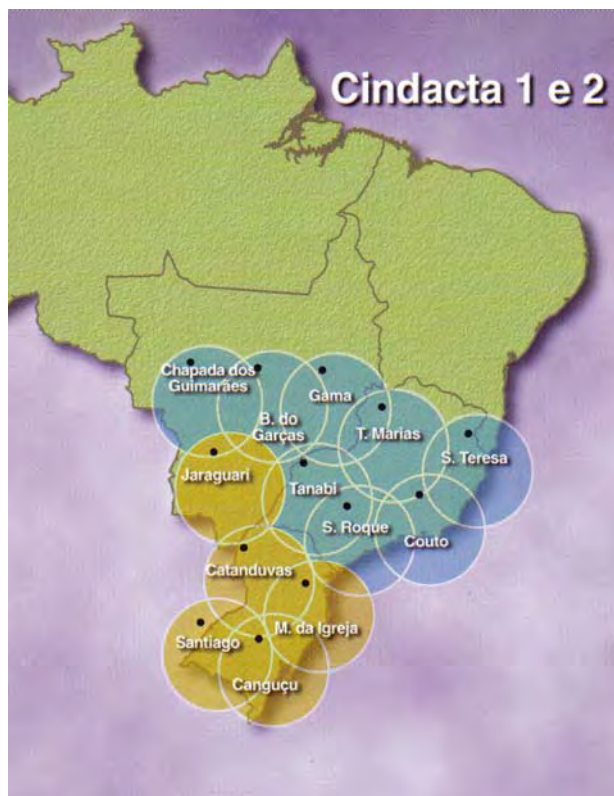


Figura 7 – Cobertura radar do CINDACTA 2 (amarelo) ativado em 1982. (Fonte: LORCK, Carlos. *Do CAN ao SIVAM – A FAB na Amazônia*. Rio de Janeiro: Aerospace, 2000, p. 95).

No ano de 1980, a EMBRAER fechava contrato com as empresas italianas *Aermacchi* e *Aeritalia* a fim de iniciarem o projeto de uma aeronave de ataque leve, visando à substituição futura dos AT-26 *Xavante* da FAB, estabelecer um equilíbrio de forças quebrado com a aquisição de caças israelenses e franceses (Tabela 3) antes do contencioso de Beagle, além de vislumbrar a aquisição de tecnologia na construção de aeronaves avançadas de combate. Surgiu o projeto AMX que já estava sendo sondado desde 1978, contudo, faltava a definição da parceria aeronáutica a ser estabelecida.

Foram escolhidas as antigas parceiras da EMBRAER para o desenvolvimento do projeto que daria pela primeira vez em sua história uma capacidade estratégica de emprego do poder aéreo, adquirindo uma capacidade operacional de grande valor, devido à nova doutrina

a ser desenvolvida com os novos equipamentos inseridos no novo avião¹⁷⁷, sendo essa tecnologia, incorporada ao parque industrial e tecnológico da indústria aeroespacial brasileira.

Caças –Bombardeiros de Primeira Linha (equipados com radar de bordo)			
Brasil		Argentina	
Tipo	Quantidade	Tipo	Quantidade
Mirage III	17	Mirage III-E/B	24
F-5E/B Tiger	36	A-4 SkyHawk	43
		A-4 SkyHawk (Marinha)	10
		Super Etendard (Marinha)	14
		IAI - Daggers	37
Total – 53		Total – 128	
Caças-Bombardeiros de Segunda Linha (sem radar)			
Brasil		Argentina	
Tipo	Quantidade	Tipo	Quantidade
AT-26 Xavante	154	MB-326GB (Marinha)	19
		MB-339 (Marinha)	7
Total – 154		Total – 26	
Bombardeiros			
Brasil		Argentina	
Tipo	Quantidade	Tipo	Quantidade
----	----	B-62 Camberra	6
Total – 0		Total – 6	
Treinadores Armados			
Brasil		Argentina	
Tipo	Quantidade	Tipo	Quantidade
----	----	IA-58 Pucará	45
		MS-760 Paris II	31
Total – 0		Total – 76	
Patrulha Marítima/Anti-submarino			
Brasil		Argentina	
Tipo	Quantidade	Tipo	Quantidade
S-2	19	P-2	3
HU-16	7	S-2A/E (Marinha)	9
EMB-111	12	HU-16 (Marinha)	3
		EMB -111	3
Total – 38		Total – 18	
Total Geral – 245		Total Geral – 254	

Tabela 3: Poderio Aéreo Brasileiro e Argentino no ano de 1984. (Fonte: *Defense & Foreign Handbook*, EUA, 1984).

Foram consideradas as aeronaves capazes de realizar missões de combate excluindo as aeronaves de apoio ao combate, conforme definição da Doutrina Básica da FAB.

¹⁷⁷ O Consórcio talo-brasileiro possibilitou a incorporação para a EMBRAER de tecnologia proveniente da Europa devido o fato da indústria italiana encontrar-se envolvida no avanadssimo programa Tornado-MRAC juntamente com Inglaterra e Alemanha.

Cabe ressaltar que o projeto AMX foi fruto de uma parceria ítalo-brasileira em função da Itália necessitar de uma nova aeronave de combate a nível de OTAN, para operar junto com o projeto que desenvolvia juntamente com Inglaterra e Alemanha no Caça de Superioridade Aérea Tornado. Portanto, o projeto AMX tinha por função a operação em conflitos convencionais entre exércitos regulares. O Brasil necessitava de um avião estratégico e de alto desempenho visando o equilíbrio de forças regionais.

Com as negociações acerca de Itaipu resolvidas e com a assinatura do Acordo Nuclear entre Brasil e Argentina os governos recomeçaram as negociações visando à uma integração na região sul do continente.

No ano de 1979, o Brasil trocou de Presidente da república, assumindo o General João Baptista Figueiredo. Esta mudança foi fundamental para o futuro da integração entre os dois países.

Capítulo 4 - A Construção da Aproximação e as Mudanças de Percepção

4.1 Integração – um antigo sonho

Intenções em torno de um processo de integração na região da Bacia do Prata envolvendo os países americanos é de longa data. Já em 1889, o idealismo do republicanismo defendia a formação de uma Confederação Sul-Americana justificando a integração hemisférica em nome da unidade institucional da América¹⁷⁸. Contudo, o clima de euforia reinante acabou rapidamente, devido aos litígios entre Brasil e Argentina na questão das Missões e das disputas que surgiam sob a esfera de uma nítida disputa hegemônica sub-regional. Associada a isto a aproximação brasileira com os Estados Unidos, através da política fomentada pelo Barão do Rio Branco¹⁷⁹, ajudou muito a acirrar tais disputas, sendo as políticas de Brasil e Argentina dirigidas de maneira divergentes durante as décadas subsequentes.

Já no período pré-Segunda Guerra, enquanto a Argentina mantinha uma atitude de introspecção e resistência ao livre comércio com os Estados Unidos, o Brasil, aproveitando o interesse norte-americano em estabelecer bases militares em seu litoral durante o conflito mundial, aproveitou e promoveu forte integração com o aliado da América do Norte, iniciando seu processo de industrialização, tentando abandonar sua condição de mero fornecedor de produtos agrícolas. Por parte dos governos de Vargas e Perón, apesar das simpatias entre os dois Presidentes, as políticas externas conduzidas pelos dois países eram muito diferentes. Na visão argentina, a aproximação brasileira com os EUA era considerada

¹⁷⁸ BUENO, 1997, p. 14.

¹⁷⁹ Ibidem.

como a permanência do imperialismo na região sul-americana e imputava ao Brasil o título de representante dos norte-americanos¹⁸⁰.

No pós-guerra, a política da guerra fria regeu praticamente toda condução da política externa brasileira, influenciada diretamente pela forte aproximação surgida entre Brasil e EUA durante a 2ª Guerra, posição não aceita pelo governo Perón que permaneceu frente à política argentina até 1956 e adotava a chamada política da Terceira Via¹⁸¹,

Já na década de 60, com há quatro anos Perón fora do jogo político Sul-Americano, os Presidentes Jânio Quadros e Arturo Frondizi, deram importantes passos relacionados a uma integração regional durante o *Encontro de Uruguaiana*. Neste encontro foi assinado o *Convênio de Amizade e Consulta entre Brasil e a Argentina*. Contudo tal aliança era vista pelos chilenos como altamente perigosa e capaz de romper a balança regional repetindo o que já havia ocorrido em 1899 com a Confederação Sul-Americana, quando o governo de Santiago considerou a formação de um bloco político de hegemonia dual e quebra da unidade do continente¹⁸². Contudo, os descontentamentos nos meios militares argentinos com seu Presidente começaram a tomar vulto em 1962, quando Argentina, Brasil e Chile quase conseguiram impedir a expulsão de Cuba da OEA e, esses mesmos militares, estavam dispostos a não permitir que o Presidente da República conduzisse a política externa da Argentina de modo que não fosse em conformidade com as diretrizes estratégicas do pentágono, bloqueando, inclusive, qualquer entendimento com o Brasil enquanto Goulart estivesse frente ao comando do governo brasileiro.¹⁸³

A tentativa de um acordo militar entre Argentina e Estados Unidos, que estava sendo orquestrado pelo comandante do Exército Argentino Juan Onganía, só foi firmado quarenta

¹⁸⁰ MACHICOTE, 1967, p. 7.

¹⁸¹ Política que tratava de maneira equidistante os Estados Unidos e da União Soviética. Por este motivo, devido a estreiteza da Guerra Fria, Perón foi considerado uma liderança suspeita, negativa e por vezes hostil, para os americanos.

¹⁸² BUENO, 1997, p.17.

¹⁸³ LANÚS, Juan Archibaldo. *De Chapultepec al Beagle: política exterior argentina, 1945-1980*. Buenos Aires: Emecé, 1982, p.208-218, *apud* BANDEIRA, 2003, p. 391.

dias após a tomada do poder por parte dos militares brasileiros, em março de 1964, deste modo, as simpatias entre os governos de ambos os países convergiam para o início de conversações.

Em dezembro de 1964, o chanceler do governo de Umberto Illia, Miguel Angel Zavala Ortiz, iniciou consultas junto aos governos de Brasil, Paraguai, Uruguai e Bolívia, tendo por objetivo a possibilidade de organizar uma conferência sobre a utilização, exploração e o aproveitamento coordenado multinacional dos recursos naturais da Bacia do Prata, entendendo que a disputa entre Brasil e Argentina servia de interesse somente às grandes potências¹⁸⁴.

No ano de 1965, com a intervenção unilateral dos EUA na República Dominicana, os países latino-americanos e europeus fizeram duras críticas ao que consideraram a retomada da política do *big stick*. A alegação dos EUA foi a de que a intervenção se deu em caráter emergencial e para salvar vidas, não só de americanos, como também de cidadãos de outras nacionalidades, contudo, esta seria a última vez que tomariam tal atitude unilateralmente¹⁸⁵.

Para legitimar sua ação, os EUA promoveram a *X Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos*, insistindo em uma Força Internacional para a intervenção no pequeno país centro-americano. A proposta obteve apoio de brasileiros e argentinos pelo fato dos dois países considerarem que só dessa forma poderia ser contido o processo de intervenção unilateral dos EUA sem prévia consulta aos demais países americanos. Deste modo, foi enviado para a República Dominicana, um contingente de 1100 soldados brasileiros para compor a Força Internacional, comandada por um General brasileiro e contando com militares de El Salvador, Costa Rica, Nicarágua e Honduras. Os argentinos também se propuseram a enviar contingente militar, tendo total apoio dos Comandantes de suas FFAA, contudo, seu Presidente Arturo Illia, retirou a proposta do Congresso Nacional argentino,

¹⁸⁴ Entrevista de Zavala Ortiz à Moniz Bandeira em 18.06.1977 *apud* BANDEIRA, 2003, p. 391-392.

¹⁸⁵ BANDEIRA, 2003, p.389

temendo uma derrota política em função da posição tomada pelos parlamentares portenhos, que repudiavam a intervenção norte-americana. No próprio Brasil ocorreram manifestações contrárias ao envio das tropas brasileiras¹⁸⁶.

Outro ponto de deflexão que ocorria entre os governos de Brasília e Buenos Aires era com relação à, já, mencionada Teoria do Cerco.

Em 1965, o General Onganía visitou o Brasil e, em conversa com o Ministro da Guerra brasileiro, General Costa e Silva, defendeu uma aliança entre os Exércitos de Brasil e Argentina na construção de um núcleo de uma força interamericana, a fim de proteger os países das fronteiras ideológicas e insistia “na necessidade de unirmos, Brasil e Argentina, para nos resguardarmos dos perigos que nos ameaçam atualmente”¹⁸⁷.

Todavia, segundo Moniz Bandeira, nesta aparente tentativa de consultas e aproximações, existia uma aspiração de poder por parte da Argentina em converter Montevideú em seu porto natural, centrar sua influência, como nação industrial, e comandar o processo de integração dos países da Bacia do Prata¹⁸⁸. As desconfianças ainda eram muito acirradas e as influências de cunho ideológico da política da guerra fria pesavam profundamente nas relações de brasileiros e argentinos.

4.2 O Início das Mudanças

Pode ser considerado o real momento em que se decidiu realizar uma aproximação política com a Argentina, quando os movimentos populistas em ambos os países foram colocados fora do jogo político. A política argentina sempre viveu a forte presença de Juan Perón, mesmo depois de sair do comando da nação em 1956, tanto que, em 1973, o mesmo

¹⁸⁶ Op. cit, p. 390.

¹⁸⁷ Correio Brasiliense, Brasília, 28 ago. 1965 *apud* BANDEIRA, 2003, p. 392.

¹⁸⁸ BANDEIRA, 2003, p.392.

Perón retornou ao comando de Buenos Aires pelas vias democráticas, vindo a falecer no ano seguinte, deixando sua Vice-Presidente María Estela Martínez de Perón na chefia do Estado argentino até 1976. Por parte do Brasil, o fantasma de Getúlio Vargas havia terminado praticamente com a queda de Jango em 1964.

Com dois governos militares e buscando certa autonomia no cenário político internacional, Brasil e Argentina já não aceitavam a posição de defensores dos interesses dos EUA na região. O General-Presidente Videla, que havia tomado o poder em 1976 através de um golpe que derrubou a Presidente peronista Isabelita Perón, não escondia sua simpatia pela resistência do Brasil às pressões dos EUA contra o acordo nuclear firmado com a Alemanha durante o governo Geisel¹⁸⁹.

Contudo, o contencioso do Rio da Prata, a questão de Beagle com o Chile e a reclamação da soberania das Malvinas com os ingleses, ainda estabelecia o “critério geopolítico da Argentina-peninsular, com projeção continental, bi-oceânica e antártica”¹⁹⁰, podendo explicar o conflito com chilenos, britânicos e a disputa política de poder com o Brasil no Prata.

Para o encaminhamento da cooperação na Bacia do Prata, houve até o questionamento do Tratado de Paz, Amizade, Comércio e Navegação de 1856 e a convenção fluvial de 1857, alegando que, no período, Buenos Aires não estava integrada à Confederação Argentina. Na verdade, a junta militar pretendia era mais impor um jogo de igualdade de disputa de poder com o Brasil do que realmente questionar as conseqüências da construção de Itaipu e da questão da liberdade de navegabilidade do Rio da Prata¹⁹¹.

Os desencontros e desavenças da diplomacia dos dois países eram, até certo ponto, perigosas, tendo em vista a intransigência de seus diplomatas na tentativa de resolução da

¹⁸⁹ Op. cit., p.430.

¹⁹⁰ GUGLIAMELLI, Juan E. *Geopolítica del Cono Sur*. Buenos Aires: El Cid Editor, 1979 p.61-81.

¹⁹¹ BANDEIRA, 2003, p.430-431.

questão da construção das usinas hidroelétricas. As Forças Armadas dos dois países não desejavam um confronto entre seus países, afinal, ambas já enfrentavam problemas mais sérios de ordem interna e externa, tendo em vista as pressões que os governos militares começaram a sofrer dos EUA na questão dos Direitos Humanos¹⁹².

Outro problema direto com os EUA era a limitação norte-americana na venda de armamentos sofisticados para os países sul-americanos na tentativa de restringir-lhes a um papel de defensoras da ordem interna e combate às guerrilhas, mantendo-os desta forma, sob a esfera de atuação de Whashington no continente¹⁹³.

Em 1979, fervia a disputa entre Brasil e Argentina sobre a construção da represa de Itaipu. O que ocorria, era que todas as restrições argentinas a Itaipu eram movidas única e exclusivamente por fatores geopolíticos que não admitia a absorção paraguaia na órbita da esfera brasileira, podendo ser muito bem resumida nas palavras do chanceler argentino Luiz Maria de Pablo Pardo ao chanceler brasileiro Gibson Barbosa, em um almoço ocorrido a sós em 1971: “O que não queremos, realmente é que vocês construam essa hidroelétrica com o Paraguai”¹⁹⁴.

A geopolítica falava mais alto e a Argentina não aceitaria uma parceria com nenhum país da região do Prata, fosse Paraguai, Bolívia ou mesmo o Uruguai. Na realidade era a geopolítica, beirando o belicismo. O mal-estar era tanto que a United Press International enviou um jornalista de Nova York à Brasília porque havia a expectativa de uma guerra¹⁹⁵.

Diariamente, subia o tom das notas diplomáticas entre Itamaraty, que tinha como porta-voz Luiz Felipe Lampreia, e o Palácio San Martín. Também proliferavam as declarações pouco diplomáticas de funcionários dos governos militares dos dois países, tanto

¹⁹² Op.cit, p.432

¹⁹³ Ibidem.

¹⁹⁴ Apud GASPARI, Elio. *A Ditadura Derrotada* – São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.364.

¹⁹⁵ *Gazeta Mercantil*, 19 jan. 2000.

que grandes contingentes de tropas permaneciam em áreas próximas da fronteira¹⁹⁶. Os jornais periodicamente publicavam matérias sobre avanços, ora da Argentina, ora do Brasil, na fabricação da bomba atômica. Mas Beagle, apesar da saída negociada com os chilenos, ainda era o ponto principal a ser resolvida pelos argentinos, além da real disposição do Brasil em finalizar o contencioso de Itaipu, exigiram uma retirada estratégica nas negociações acerca da usina.

Com a solução do contencioso do Prata e a assinatura, em 19 de outubro de 1979, do acordo Tripartite entre Brasil, Argentina e Paraguai para aproveitamento dos recursos hídricos no trecho do Rio Paraná desde as Sete Quedas até a foz do Rio da Prata, o governo brasileiro não via mais razão em estabelecer uma atitude de enfrentamento com os vizinhos argentinos.

Sem dúvida nenhuma a mais importante figura para a aliança com a Argentina, por parte do Brasil, foi o Presidente João Figueiredo, que havia assumido a presidência do Brasil em março de 1979.

Designado como candidato presidencial do partido governista, quase uma formalidade antes de chegar ao Planalto, antes de sua eleição pelo colégio eleitoral, Figueiredo recebeu os correspondentes internacionais no Rio de Janeiro, num almoço. Durante o evento, o futuro Presidente do Brasil confidenciou que queria formar uma aliança com a Argentina e que isso não seria sacrificado por causa da hidrelétrica de Itaipu. Tal declaração ganhou grande destaque na mídia escrita em ambos os países e bom espaço na televisão e rádio para a grande declaração de paz¹⁹⁷.

Os acordos econômicos entre os dois países começavam a dar ares de renovação nas relações, com pressões de aproximação e distensão por parte do empresariado dos dois países. Contudo, apesar das pressões, a política de integração e a eliminação das tensões entre Brasil e Argentina já era decisão governamental de ambos, onde além de terem regimes militares,

¹⁹⁶ Ibidem.

¹⁹⁷ Ibidem.

implementavam políticas externas muito próximas e convergentes no sentido da cooperação, inserindo-se no movimento dos países não alinhados.

Ao assumir o governo, o Presidente Figueiredo foi convidado a visitar Buenos Aires, sendo a primeira visita de um Presidente brasileiro à capital argentina em 45 anos, realizada em maio de 1980. Figueiredo transferia para a política externa com seu vizinho do sul, sua identificação com o povo argentino¹⁹⁸, em virtude de ter passado parte de sua infância em Buenos Aires e não os via como um inimigo e sim como um povo com muitas afinidades com os brasileiros.

Durante sua visita, foram assinados vários protocolos de intenções e de cooperação, inclusive na aérea militar, para a fabricação conjunta de aviões caça-bombardeiro (FX)¹⁹⁹ e de um bimotor de transporte (CX)²⁰⁰ entre a Fábrica Militar de Aviones (FMA) e a EMBRAER, mísseis e no campo de energia nuclear, afinal, os dois países não eram signatários do Tratado

¹⁹⁸ Em 1930, O pai do Presidente Figueiredo, General Euclides Figueiredo, se opôs a Revolução que pretendia derrubar do poder o Presidente Washington Luis e, por esse motivo, foi preso em Santana do Livramento no Rio Grande do Sul. Nesse mesmo ano a família Figueiredo voltou para o Rio de Janeiro. Em 1932 seu pai participou e liderou a Revolução Constitucionalista de São Paulo, pretendendo derrubar a Ditadura de Vargas; derrotado o movimento Constitucionalista, Euclides de Figueiredo foi preso e exilado em Portugal e posteriormente na Argentina, retornando anistiado ao Brasil em 1934.

¹⁹⁹ O momento difícil vivido pela EMBRAER no período, na qual o projeto AMX consumia grande parte de seus recursos, além da demora no desenvolvimento do programa que viria a ter iniciada sua produção em série somente em 1986, tornou inviável o desenvolvimento de uma aeronave de combate em conjunto com os argentinos.

²⁰⁰ O programa CX gerou a aeronave EMB-123, que nasceu nas pranchetas dos projetistas da empresa em 1985. Naquela época, os governos do Brasil e da Argentina mantinham conversações destinadas a fomentar o intercâmbio cultural, comercial, industrial e tecnológico entre os dois países. Isso resultou na assinatura, no início de 1986, de um acordo de cooperação entre a Embraer e a FMA - Fábrica Militar de Aviones, sediada em Córdoba, visando desenvolver e fabricar o novo avião. Para refletir a natureza binacional do programa, o EMB-123 foi designado CBA-123 (Cooperação Brasil Argentina). Sob os termos do acordo, os custos totais do programa (US\$ 300 milhões) e a carga de trabalho foram divididos, com 2/3 para a Embraer e 1/3 para FMA. Ficou acertado também que seriam estabelecidas duas linhas de montagem independentes, uma em São José dos Campos e outra em Córdoba. Quase cinco anos após o início do projeto, em 18 de julho de 1990, o primeiro protótipo do CBA-123, matriculado PT-ZVE, decolou para seu vôo inaugural, que foi realizado sem problemas. A apresentação oficial do novo avião ocorreu no dia 30 do mesmo mês, em cerimônia que compareceram convidados do Brasil e do exterior, e teve presença dos Presidentes do Brasil Fernando Collor de Mello, e da Argentina, Carlos Menem, que na ocasião batizaram o avião com o nome de Vector. Apenas dois protótipos fabricados pela Embraer chegaram a voar. No auge da campanha de marketing do programa, havia apenas 130 opções de compra para o novo avião. Mas tendo um preço de mais de US\$5 milhões o exemplar, caro demais para um aparelho da categoria, e voando justamente num momento em que o Brasil vivia um impasse político com a campanha pelo impeachment de Collor, o projeto começou a ser seriamente ameaçado. Somaram-se a isso, os problemas pelos quais passava a Embraer, e a desistência da injeção dos recursos prometidos pelos governos Brasil e da Argentina, sendo o projeto do CBA-123 cancelado e os dois protótipos destruídos.

de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), visando ao domínio completo da tecnologia de enriquecimento de urânio²⁰¹.

Com a substituição de Videla pelo General Viola, em 1981, considerado mais nacionalista, os entendimentos entre Brasil e Argentina tenderam a aprofundar-se, fazendo com que o governo de Ronald Reagan, recém eleito pelo partido Republicano nos EUA, iniciasse manobras de tentativa de eliminação da união entre Brasília e Buenos Aires. A manobra norte-americana se deu devido à expansão política externa brasileira que procurava envolver os países africanos do Atlântico Sul e da própria América Latina²⁰².

Na tentativa de seduzir os militares argentinos, o governo dos EUA convidou o General Leopoldo Galtieri, então Comandante-em-Chefe de suas FFAA, a visitar os EUA. Este convite tinha como objetivo consolidar a aproximação iniciada pelos norte-americanos em 1976, com a tomada do poder pelos militares argentinos, e propiciou a compra de US\$ 16,7 bilhões em armamentos por parte das Forças Armadas argentinas, gastos entre 1978 e 1982, quase metade de sua dívida externa, incluindo material israelense, francês e britânico, porém o nacionalismo de Videla e Viola, atrapalharam as pretensões de Whashington²⁰³.

O jogo do governo Reagan deu resultado e os argentinos, que já seguiam com uma geopolítica envolvente na região sul do continente e que já arquitetavam ações radicais no continente, visando à permissão da construção de uma base norte americana nas ilhas Malvinas, negada pelos britânicos²⁰⁴. Por considerar que esta aproximação os EUA tornariam seu país a chave do continente sul-americano, posição não mais aceita pelo governo brasileiro desde Costa e Silva, uma junta militar depôs o Presidente Viola, assumindo a presidência o

²⁰¹ BANDEIRA, 2003, p.436

²⁰² Op. cit., p.424.

²⁰³ THORTON, Richard C. *The Falklands Sting: Reagan, Thatcher and Argentina's bomb*. Washington, DC: Brassey, 1988, p. 124.

²⁰⁴ GARCIA LUPO, Rogelio. *Diplomacia secreta y rendición incondicional*. Buenos Aires: Legasa, 1983, p. 10 e 43.

General Leopoldo Galtieri, em 1981, considerado uma pessoa de livre trânsito pela Casa Branca²⁰⁵.

Desta atitude, surgiu a ingênua ilusão argentina de apoio incondicional americana a qualquer atitude sua no continente e, às 04h30min do dia 2 de abril de 1982, forças argentinas desembarcassem com 2800 soldados nas ilhas Falklands/Malvinas, a fim de retomar o arquipélago que se encontrava de posse dos britânicos desde 1833.

Era a última tentativa do desgastado governo militar argentino em manter-se no poder através da união nacional, focada na propaganda e no nacionalismo exacerbado, conseguindo unir até os inimigos políticos do regime militar argentino²⁰⁶. O governo Galtieri ao avaliar as conseqüências dessa atitude, cometeu dois erros fatais de avaliação estratégica no estudo de situação.

O primeiro erro foi subestimar a vontade Britânica de retomada de um território que era seu. A história militar britânica mostrava que os ingleses nunca permitiram a ocupação de protetorados seus de braços cruzados, tendo o governo argentino, ignorado a possibilidade do envio de uma poderosa força tarefa a fim de reconquistar uma pequena ilha no Atlântico Sul, situada a 10 mil quilômetros de distância, afinal, o General-Presidente argentino considerava a Primeira Ministra Margareth Thatcher “uma dona de casa com diversos problemas em seu país”²⁰⁷. Contudo, a “Dama de Ferro”, viu a reconquista das ilhas como um fator de aumento de prestígio de seu governo e enviou a maior força tarefa britânica após a Segunda Guerra, com a finalidade de retomar as ilhas a qualquer custo.

Outro erro cometido foi relacionado à avaliação política internacional, principalmente, ao posicionamento norte-americano na questão, pensando que uma recente aproximação com

²⁰⁵ BANDEIRA, 2003, p. 445.

²⁰⁶ Para entender melhor os mecanismo de mobilização e propaganda do governo argentino durante a guerra, ler CABRAL, Antônio *et alli*. *Guerra Santa nas Malvinas – história da derrota* – São Paulo: EMW Editores Ltda, 1983.

²⁰⁷ PALACIOS, Ariel. *Morre Leopoldo Galtieri, ex-ditador argentino*. Jornal o Estado de São Paulo, 12 jan. 2003.

uma república sul-americana, seria estrategicamente mais vantajosa para os EUA do que a manutenção da confiança e do fortalecimento da OTAN no acirramento da Guerra Fria dos EUA com a URSS²⁰⁸.

No campo militar, a manutenção de soldados inexperientes entrincheirados nas ilhas em condições de combate precárias, com temperaturas extremamente baixas, enfrentando tropas profissionais e experientes, equipadas com material de última geração. Associado a este fator a pequena autonomia de vôo dos aviões de combate argentinos, que eram obrigados a decolar do continente em direção à área de conflito, com combustível de reserva beirando o nível de perigo e conseqüente diminuição de capacidade de combate contra os caças Sea Harrier britânicos baseados em porta-aviões, situados na zona de combate, resultou numa desastrosa derrota das forças argentinas em apenas 74 dias²⁰⁹.

Já no âmbito da América do Sul, todos os países expressaram solidariedade à Argentina, excetuando o Chile, contudo, somente Brasil, Venezuela e Peru, demonstraram apoio às reivindicações argentinas com relação à soberania das ilhas. O Brasil manteve-se mais contido para não degradar a já conturbada relação com os EUA, mas secretamente chegou a enviar o General Octávio Aguiar de Medeiros, chefe do SNI à Argentina, visando efetivar acordos com Buenos Aires no fornecimento de armas. Sendo assim, Figueiredo determinou ao Ministro da Aeronáutica Délio Jardim de Matos que fornecesse à Armada Argentina 12 caças bombardeiros AT-26 Xavante que estavam prontos para serem entregues pela EMBRAER à FAB, além de emprestar aviões de patrulha marítima EMB-111 Bandeirante que estavam em atividade no 1º/7º GAv, esquadrão de patrulha marítima sediado

²⁰⁸ Nesse período, o acirramento da Guerra Fria atingia um momento crucial. Os EUA buscavam apoio dos países europeus com o objetivo de instalação de mísseis balísticos no velho continente. Desse modo, o apoio britânico junto à comunidade européia era essencial para atingir tal objetivo.

²⁰⁹ Dois anos antes o Iraque invadiu o Irã. Pelas características dos dois conflitos que ocorriam naquele momento, especialistas no assunto previam uma rápida guerra no Oriente Médio e uma demorada resolução no Atlântico Sul. As teorias e previsões não se confirmaram, enquanto no Atlântico o conflito foi solucionado em pouco mais de dois meses, o conflito no deserto duraria oito anos sem um claro vencedor.

em Salvador/BA²¹⁰. Sabe-se que os AT-26 não chegaram a ser empregados no conflito, contudo duas aeronaves de patrulha marítima foram operadas através de um empréstimo da FAB a armada Argentina. A colaboração brasileira só não chegou a ser maior com o fornecimento de foguetes ar-terra de 70 mm (SBAT-70), tanques e outros apetrechos bélicos, face à curta duração do conflito. Cogitou-se até na hipótese de pilotos brasileiros terem participado de ações de patrulhamento da costa argentina durante o conflito, contudo tais ações nunca foram comprovadas ou admitidas pela FAB²¹¹.

Nos primeiros movimentos da guerra, a Marinha do Brasil chegou a deslocar do Rio de Janeiro para os portos de Itajaí, Paranaguá e Rio Grande três fragatas e cinco contratorpedeiros; contudo, o Ministro da Marinha do Brasil na época, Almirante Maximiliano da Fonseca, negou que se tratava de movimento motivado pelo conflito no sul e sim de exercícios navais que já estavam planejados no programa de treinamento da marinha²¹². Apesar de negar o deslocamento das belonaves para próximas à área do conflito, do ponto de vista militar, é sabido que a vigilância próxima a áreas de conflito é ação padrão das Forças Armadas, devido à possibilidade de escape do conflito para áreas adjacentes. Isto pôde ser visto no caso relacionado que envolveu diretamente a FAB no conflito com a interceptação por caças F-5E da Base Aérea de Santa Cruz no Rio de Janeiro, do bombardeiro estratégico *Vulcan* da *Royal Air Force* (RAF) em espaço aéreo brasileiro.

A interceptação se deu em cima de águas territoriais brasileiras após o bombardeiro inglês ter tido problemas com o reabastecimento em vôo, sendo obrigado a dirigir-se em direção ao território brasileiro, sendo o mesmo obrigado a pousar na Base Aérea do Galeão. A tripulação do *Vulcan*, depois de interrogada (procedimento normal nesta situação), foi

²¹⁰ GODOY, Roberto. *Thatcher retribui apoio com 'jatos espiões'*. Jornal o Estado de São Paulo, 26 set. 1999.

²¹¹ Apesar da negação das autoridades, há de se questionar sobre a participação de pilotos brasileiros na Guerra tendo em vista que em 15 de fevereiro de 1982, a FAB havia ativado o 2º/7º GAv, esquadrão de patrulha marítima sediado em Florianópolis/SC equipado com os mesmos EMB 111 Bandeirante emprestados aos argentinos.

²¹² Jornal Folha de São Paulo, 04 maio 1982, p. 10

liberada para retornar à Inglaterra, porém, a aeronave da RAF permaneceu retida em solo brasileiro até os últimos dias de combate e devolvida aos ingleses.

Já o Chile, apesar de se apresentar como neutro na questão proporcionou a entrada de comandos ingleses em território argentino durante a guerra, através da permissão na utilização da base de Punta Arenas de helicópteros e aviões de transporte C-130 britânicos²¹³. A estratégia do Chile (um país que esteve na iminência de um conflito quatro anos antes e ainda se encontrava com um embate geopolítico na região de beagle com os argentinos) era a política do quanto pior para seu inimigo melhor seria para a resolução deste problema.

Do ponto de vista para as relações entre Brasil e Argentina a guerra serviu para, através do posicionamento adotado dos Estados Unidos de apoio ao Reino Unido, perceber que o TIAR (*Tratado Interamericano de Assistência Recíproca*) bem como a OEA, só existiam para defender os seus interesses das grandes potências no conflito leste-oeste²¹⁴. A manutenção da política da Guerra Fria dos EUA pode ser claramente observada na matéria publicada pelo jornalista Cláudio Abramo que, segundo fontes fidedignas do jornalista, “os EUA se manteriam neutros do ponto de vista militar, mas caso algum país (leia-se URSS) ajudasse a Argentina, os Estados Unidos dariam ajuda direta aos britânicos”²¹⁵.

A guerra serviu também para cair em “descrédito a Doutrina Monroe e todas suas políticas de fronteiras ideológicas”²¹⁶, propiciando a retomada da aproximação entre os dois países e as intenções de Brasília em iniciar uma relação de parceria com o vizinho do sul.

O saldo final da guerra, além disso, proporcionou aos militares brasileiros a manutenção da estratégia de fortalecimento da indústria militar nacional²¹⁷, tendo em vista as

²¹³ GODOY, 1999. Cita o jornalista em sua matéria que, no período, as aeronaves britânicas operavam com insígnias chilenas a fim despistar qualquer observador e aumentar os atritos entre Buenos Aires e Santiago. Em 1983 a Força Aérea Chilena, recebe dos ingleses como “prêmio” pela ajuda, aviões de espionagem Camberra PR.Mk 9.

²¹⁴ Com relação ao TIAR esta colocação defendida por muitos autores, como Moniz Bandeira, é questionada devido o fato da Argentina ter sido o país agressor e não o agredido, não cabendo neste caso a convocação do TIAR. Contudo, com relação à Doutrina Monroe a manutenção de um protetorado inglês na América do Sul representava uma afronta ao já colocado na página 20 deste trabalho.

²¹⁵ Jornal Folha de São Paulo, 01 maio 1982, p. 10.

²¹⁶ BANDEIRA, 2003, p.450.

sérias restrições impostas pelos países que monopolizavam o comércio de armas no mundo à Argentina, durante e após o conflito. Não ocorreu a renovação das relações militares com os EUA, bem como se iniciou estudos nos Estados-Maiores e Escolas de Comando das Forças Armadas da mudança das hipóteses de guerra contra “um país do Bloco Ocidental, situado no hemisfério norte e militarmente mais poderoso”²¹⁸.

A visão dos Estados Unidos como aliado militar já não gozava de crédito junto aos militares brasileiros, muito menos dos argentinos. O desgaste já estava estabelecido nas relações dos sul-americanos com os EUA e, em face disso, os norte-americanos tentaram refazer uma política de aproximação com seus aliados do sul, temendo uma ruptura na estabilidade continental, iniciada com o apoio dos Estados Unidos da substituição de Viola por Galtieri²¹⁹.

O Governo militar argentino, antes da guerra, já apresentava forte instabilidade e a derrota no conflito no Atlântico contribuiu fortemente para derrocada final e o retorno do processo democrático neste país, sendo estabelecida eleições diretas no ano seguinte, assumindo o governo Raul Alfonsín.

No Brasil, a abertura lenta e gradual, iniciada por Geisel e fortalecida por Figueiredo, proporcionaria a assunção do primeiro Presidente civil após o a derrubada de Jango em 1964, só que ainda por meio do Colégio Eleitoral, em 1985. Quando José Sarney assumiu o governo brasileiro, as negociações em torno do fortalecimento do comércio regional no Prata foram reiniciadas, porém, desta vez, com uma nova visão de unidade continental, olhando com mais reservas as associações com os EUA e voltadas à nova ordem mundial que surgia.

²¹⁷ Ver DAGNINO, Renato P. *A Indústria de Armamentos Brasileira: desenvolvimento e perspectivas* in O Armamentismo e o Brasil. org. Ricardo Arnt. São Paulo: editora Brasiliense S/A, 1985.

²¹⁸ Folha de São Paulo, 04 maio 1982.

²¹⁹ BANDEIRA, 2003, p. 451.

4.3 O Acordo Nuclear

A corrida em busca de um fator de dissuasão eficiente deu à corrida armamentista nuclear um importante papel nas relações entre Brasil e Argentina.

A não assinatura do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), em 1967, por Brasil e Argentina deixava clara a decisão dos dois países em encontrar uma forma independente de garantir suas vias de dissuasão através do desenvolvimento de artefatos nucleares.

A parceria nuclear entre Brasil-Alemanha e o desenvolvimento independente por parte dos argentinos que já ocorria após a Segunda Guerra com a ida de cientistas alemães para o país platino²²⁰, ganhou destaque nas políticas de seus respectivos países. Os EUA pressionaram, de todas as formas possíveis, de modo que seus vizinhos sul-americanos abandonassem a corrida nuclear na região.

Com a intenção de aproximação demonstrada por Figueiredo e bem vista por Videla, em 17 de maio de 1980, foi assinado por seus respectivos Presidentes o *Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e a Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear*, sendo aprovado pelo Congresso Nacional brasileiro em 16 de agosto de 1983, através do Decreto Legislativo nº. 55. Este acordo, apesar de tímido em seus resultados, pois se sabe que os testes de explosões nucleares ainda eram realizadas secretamente por brasileiros e argentinos, marcou o início das negociações que se dariam daí por diante na construção da confiança mútua entre as duas nações.

Foi somente nos governos civis dos dois países, que realmente começou a ser desarmada a bomba que havia nas relações com a Argentina, ocorrendo acordos que

²²⁰ Sobre a conexão Berlim-Buenos Aires ler COSTA, Sérgio C. da. *Crônicas de uma Guerra Secreta – nazismo na América: A conexão argentina*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2005.

permitissem a fiscalização recíproca de fabricação e produção de tecnologia nuclear. A primeira iniciativa nesse sentido foi a *Declaração Conjunta sobre Política Nuclear*, firmada em Foz do Iguaçu, em 1985, pela qual os Presidentes Raul Alfonsín e José Sarney reiteraram o compromisso mútuo para o desenvolvimento de energia nuclear com fins pacíficos e para a ampliação da cooperação nessa matéria. Isso incluía o agendamento de visitas presidenciais às instalações nucleares existentes nos dois países e a criação de um grupo de trabalho binacional com o propósito de unificar posições das duas nações, o desenvolvimento da cooperação nuclear no plano teórico-científico além de elaborar propostas para a criação de sistemas de segurança que conferissem transparência mútua aos respectivos projetos de pesquisa nuclear. Como resultado, a Constituição Brasileira de 1988, em seu texto, inseriu o compromisso brasileiro em utilizar a energia nuclear somente para fins pacíficos.

Segundo Clodoaldo Bueno, foi “na esteira da aceleração da distensão nuclear, da globalização e da formação dos megablocos que se dá a composição do Mercosul e a renúncia da Argentina e do Brasil aos seus programas nucleares”²²¹.

Entretanto, de ato prático, somente em 18 de julho de 1991, os Presidentes Fernando Collor e Carlos Menem assinaram o acordo bilateral que permitiam inspeções mútuas em instalações nucleares e estabeleciam a *Argentine-Brazilian Accounting and Control Commission* (ABACC), Agência Argentina-Brasil para Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares, com sede no Rio de Janeiro, para inventariar combustível nuclear nos dois países. O acordo fechava quatro anos de negociação. Ainda em 1991, foi assinado o Acordo de Salvaguardas Abrangentes ou Quadripartite entre os Governos do Brasil, Argentina, ABACC e AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica).

²²¹ BUENO, 1997, p.21.

As inspeções começaram apenas em 4 de março de 1994, devido o Congresso Nacional Brasileiro só ter aprovado o acordo em 25 de fevereiro de 1994, o que já havia sido feito pelo parlamento argentino em 5 de agosto de 1992.

Em 1995, a AIEA terminou o levantamento de material nuclear e de instalações no Brasil e, neste primeiro ano de inspeções, a ABACC chegou a fazer 159 inspeções em ambos os países (tabela 4). O medo do desenvolvimento de armas nucleares por parte de brasileiros e argentinos havia acabado e a porta para a integração na área de defesa estava aberta.

Tipo de Inspeção	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Verificação de inventário físico e interno	5	24	113	139	151	141	121	118	111	114	105	107
Número total de inspeções	11	35	186	144	159	142	128	133	111	114	105	108
Esforço de inspeção no campo (inspetor/dia)	28	106	562	683	626	479	424	449	369	379	373	400
Disponibilidade de inspetor (inspetor/dia)	114	373	1506	1489	1411	1096	899	857	711	723	752	824

Tabela 4: Esforço de inspeção da ABACC. (Fonte: ABACC, consulta da Internet em 14 maio 2005. http://www.abacc.org/sobre_p.html).

4.4 Segurança Cooperativa – uma nova visão

Com a Declaração de Iguazu de 1985, começaram os primeiros entendimentos relacionados à formação de uma integração econômica regional. Deste esforço, em 1988, foi firmado o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento Brasil-Argentina, que previa o estabelecimento de um mercado comum entre os dois países num prazo de dez anos.

Para Paulo Vizontini, a integração tinha por intenção o fortalecimento da América do Sul no trato diplomático mundial em face da marginalização crescente da região no sistema mundial²²².

Dentro desta lógica de aproximação diplomática sul-sul, em outubro de 1986, a delegação brasileira na Assembléia Geral da ONU, apresentou um importante projeto, declarando o Oceano Atlântico Sul como uma área de paz. Tal ato, conhecido como *Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul*, teve por objetivo a desmilitarização²²³ compreendida entre a América do Sul e África Ocidental e a não aceitação de artefatos nucleares bélicos na região.

Em face do novo quadro político apresentado e da nova visão de parceria, a eliminação das desconfianças militares seria o próximo passo para uma integração completa. No ano de 1987 foi realizada a primeira reunião conjunta entre o Estado Maior das Forças Armadas de Brasil e Argentina.

Como resultado da eliminação das desconfianças, foi o acordo em 1995, da Conferência Regional sobre Medidas para o Fortalecimento de Confiança Mútua, celebrada em Santiago do Chile. Posteriormente, em 1997, os Presidentes Menem e Fernando Henrique Cardoso, ratificaram as recomendações desta conferência, através da Declaração do Rio de Janeiro, que estabelecia iniciativas na eliminação de antigas desconfianças e institucionalizava a integração entre as Forças Armadas de ambos os países.

Para se ter uma idéia do novo processo iniciado no governo Figueiredo, de 1979 até 2002 o Brasil e a Argentina haviam assinado 173 tratados, memorandos ou protocolos que se encontravam ainda em vigor até final de 2002. Destes, 31 foram assinados no governo Figueiredo (1979/1984), 32 no governo do Presidente José Sarney (1985/1989), 18 no

²²² VIZENTINI, 2003, p.70.

²²³ O sentido de desmilitarização não tinha como objetivo a eliminação dos exércitos dos países, mas sim a manutenção de governos democráticos e o estabelecimento de compromissos assumidos pelos países em não iniciar uma corrida armamentista e resolução dos litígios através de ações político-diplomáticas (o que pela teoria de Clausewitz não eliminaria a hipótese de ações armadas).

governo Collor (1990/1991), 12 com Itamar Franco (1992/1994) e 32 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995/1999 e 2000/2002), perfazendo um total de 125, ou seja, mais de 72% do total de acordos e tratados na história dos dois países ainda válidos²²⁴.

Com a queda do muro de Berlim, em 1989, e a dissolução da União Soviética em 1991, o mundo começou a apresentar uma nova “(dês)ordem”²²⁵ e os discursos sobre “novas ameaças”²²⁶ ganhavam ênfase no cenário mundial.

Em conformidade com as novas diretrizes governamentais estabelecidas na Política de Defesa Nacional, que estabelecia em seus itens “f) contribuir ativamente para o fortalecimento, a expansão e a solidificação da integração regional” e “h) intensificar o intercâmbio com as forças armadas das nações amigas”²²⁷, foram iniciadas as primeiras negociações em torno da segurança regional cooperativa. Deste modo, no ano de 1996, foi inaugurado o primeiro exercício conjunto envolvendo os Exércitos de Brasil e Argentina, denominada Operação Cruzeiro do Sul.

Deste modo, no ano de 1997, a Força Aérea Brasileira em conjunto com a Força Aérea Argentina realizou a *Operação TANBA I* na cidade de Passo Fundo no Rio Grande do Sul, envolvendo 165 militares da FAB e 25 da FAA, além de aviões AT-26 Xavante e IA-58 Pucará, a fim de manter o controle de tráfegos irregulares e estabelecer procedimentos entre pilotos e controladores aéreos dos dois países. Esta iniciativa marcou a história dos dois países, pois as duas Forças Aéreas nunca haviam operado juntas em suas histórias.

²²⁴ Fonte: Ministério das Relações Exteriores. (Consulta da Internet em 01 maio 2005 <http://www2.mre.gov.br/dai/biargent.htm>).

²²⁵ Conforme SAINT-PIERRE, Héctor L. *A nova (des)ordem mundial*. Jornal o Estado de São Paulo, 19 maio 1992, p.A2 *apud* SAINT-PIERRE, Héctor L et MATHIAS, Suzeley K. *Reflexões sobre o Mercosul – unidade estratégica e cooperação militar in História* (Universidade Estadual Paulista), V.16, 1997, p.84.

²²⁶ Sobre “novas ameaças” ler SAINT-PIERRE, Héctor L. *Reconceitualizando “novas ameaças”-da subjetividade da percepção à segurança cooperativa e MARTINS FILHO, João R. A Visão militar sobre as “novas ameaças” no cenário da Amazônia brasileira in Novas Ameaças: Dimensões e Perspectivas* (Desafios para a cooperação entre Brasil e Argentina) org MATHIAS, Suzeley K. et SOARES, Samuel A. São Paulo: Sicurezza, 2003.

²²⁷ Política de Defesa Nacional, 1996.

Os resultados dessa operação foram avaliados pelo Comando da Aeronáutica brasileira e, em função do resultado positivo, no ano de 2000, o Estado Maior da Aeronáutica estabeleceu a Diretriz do Comando da Aeronáutica DCA 59-1, denominada *Implementação de Acordos Bilaterais de Cooperação Mútua*. Tal documento teve como objetivo a necessidade de estabelecer, em âmbito interno da FAB, procedimentos a serem seguidos durante a execução de exercícios conjuntos com outros países, demonstrando a intenção de continuação destes. Cabe ressaltar que, para os órgãos operacionais da FAB, os documentos e diretrizes estabelecidas no âmbito do governo central, nunca são adotados diretamente pelos meios operativos. O estabelecimento das políticas governamentais chegam às unidades operativas, por meio de normas, diretrizes ou portarias formuladas pelos Comandos Gerais do Comando da Aeronáutica, estabelecem os procedimentos internos da força em função das decisões políticas estabelecidas, assim, ressalto a importância da elaboração de um documento como a DCA-59-1.

Entre a primeira operação conjunta e a segunda realizada em 2001, ocorreu um intervalo de quatro anos. Dois aspectos têm de ser analisados para tentar explicar o extenso lapso de tempo ocorrido entre os dois exercícios. Primeiro, em face da própria resistência de alguns setores das Forças Armadas em acreditar na possibilidade de uma integração sem segundos interesses por parte dos militares dos países. O segundo podemos verificar na falta de recursos que invadiram os orçamentos das Forças Armadas de ambos os países nesse período. Para se ter uma idéia de tais restrições, no caso específico da FAB, no ano de 1999, a Força Aérea Brasileira recebeu 120.000 horas totais de vôo, onde o ideal seriam 200.000 horas, conforme dados fornecidos pelo Tenente-Brigadeiro Walter Werner Brauer, então

Comandante da Aeronáutica²²⁸. Em maio de 2000, das 775 aeronaves da dotação da FAB, 440 encontravam-se no solo sem condições de vôo, aguardando manutenção²²⁹.

Sanados parcialmente os problemas orçamentários e diminuídas as desconfianças, em 2001 foi realizada a *Operação Prata*, na mesma região da *Operação TANBA I*, com a intenção de firmar os procedimentos operacionais das duas Forças Aéreas no controle de tráfego aéreo regional e interceptação de tráfegos ilícitos. Tal operação se deu pelo fato de, no ano de 2000, terem sido detectados nas telas dos radares brasileiros, 8.499 tráfegos desconhecidos, tráfegos estes que decolavam e pousavam em solo nacional. Outros 275 aviões foram detectados entrando em território brasileiro, sendo destes 275, 90% (248) localizados pelos radares da região sul do Brasil²³⁰.

Um ano depois, em 2002, entre os dias 29 de abril e 11 de maio, foi realizada a maior operação aérea conjunta na história da América do Sul. A *Operação CRUZEX* foi considerada como o maior exercício na história da integração das Forças Aéreas regionais, envolvendo mais de 70 aeronaves e 1200 militares de quatro nações, pois além de Brasil e Argentina, participaram Chile e França, mais o Uruguai e a Venezuela como observadores. Tal operação teve como objetivo, o treinamento das Forças Aéreas envolvidas, no planejamento e execução de missões aéreas combinadas utilizando parâmetros usados pela *Organização do Tratado do Atlântico Norte* (OTAN), levados pelos franceses, além de técnicas e táticas utilizadas nas guerras do Golfo e Kosovo. Outro ponto a ser observado foi o Vôo realizado por pilotos brasileiros em aeronaves argentinas e vice-versa, demonstrando a vontade de intercâmbio de conhecimento entre as duas forças.

²²⁸ PEREIRA, Antonio.C. *Réquiem para a Força Aérea*. Jornal O Estado de São Paulo, 30/05/00, p. A-2.

²²⁹ Cabe ressaltar que, após o orçamento aprovado e realizado o pedido de peças, a entrega se efetua entre 2 e 4 anos devido a grande maioria das aeronaves dos países sul-americanos não se encontrarem mais em linha de produção nas indústrias aeronáuticas.

²³⁰ Nessa data os dados sobre os tráfegos irregulares da região amazônica não são exatos devido a falta de radares na região. Este problema só começou a ser resolvido quando o SIVAM entrou em operação parcial em julho de 2002.

Instaurada a aproximação com as FFAA dos países vizinhos, o problema a ser resolvido consistia em eliminar as chamadas “novas ameaças” que implicaram na tentativa dos Estados Unidos pressionarem os países sul americanos em empregar suas Forças Armadas no emprego direto contra o crime organizado, tráfico de drogas, terrorismo e defesa do meio ambiente. O governo brasileiro posicionou-se veemente contra tal atitude, contrariando os interesses norte-americanos, pois considerava que tais ações são de responsabilidade e âmbito policial.

Mas como explicar as Operações *TANBA I* e *Prata* que realizavam a interceptação de vôos civis considerados irregulares? Primeiramente, o decreto 3.466 de 17 maio de 2000 incute ao Comando da Aeronáutica (COMAer) “formular o planejamento estratégico e executar ações relativas à defesa do País, no campo aeroespacial” e “orientar, coordenar e controlar as atividades de aviação civil”²³¹, deste modo o controle do tráfego civil fica a cargo do COMAer e seus órgãos relacionados com a aviação civil e, a defesa aérea, fica sob responsabilidade da Força Aérea Brasileira, braço armado do COMAer. O segundo ponto, é que as polícias não possuem os meios de pessoal e material, compatíveis para efetuar o controle e a interceptação de vôos irregulares, deste modo, o emprego da FAB nesta questão foi imprescindível para o controle aéreo. No entanto, estas operações de controle aéreo eram realizadas somente na região sul e faltava um efetivo controle na região mais inóspita do Brasil: a Amazônia Legal e sua imensidão de vazio populacional.

²³¹ Artigo 33, itens III e IV do decreto 3446 de 17/05/00.

4.5 A Força Aérea Brasileira e o “Problema Amazônia”

No ano de 2000, em palestra proferida na Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica, a professora brasileira Lydia M. Gardner, PhD pela Southwest Texas State University dos EUA, intitulada *Áreas Não-Tradicionais de Segurança Nacional*, destacava que as áreas de segurança nacional estavam sendo modificadas muito rapidamente dentro da nova ordem mundial surgida. Destacava a palestrante que, além das tradicionais áreas de defesa da soberania nacional e de fronteiras políticas, a defesa de áreas detentoras de importantes recursos naturais passaria a ser o novo foco dos governos responsáveis por estes recursos²³².

Segundo a palestrante, as áreas de concentração de recursos naturais não tradicionais, como a água doce, associado a vazios populacionais, passaram de um assunto estritamente nacional para um problema que recebeu cada vez mais atenção dos países desenvolvidos²³³.

No mundo, atualmente, 80% da água de consumo humano é proveniente de rios, sendo a região Amazônica detentora de 20% de toda esta água doce disponível no planeta. Além disso, esta região concentra grande variedade de metais preciosos como ferro, zinco, alumínio, ouro e possui, em São Gabriel da Cachoeira/AM, a maior reserva de nióbio do mundo, metal essencial para indústria aeroespacial e ligas metálicas. Associado a estes dados, o vazio populacional da região da Amazônia Legal Brasileira está entre uma das maiores do mundo com seus 5,2 milhões de Km² e, no ano de 1996, possuía uma população em torno de 18,7 milhões de habitantes, 12% da população total do país. Sua densidade demográfica é a mais baixa entre todas as regiões geográficas, com 3,2 habitantes por km². Outro ponto importante que foi ressaltado era a falta de presença do Estado e representava, segundo Lydia

²³² MENDONÇA, José M.C. *O Poder Aeroespacial – uma visão amazônica*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 2000. Monografia, p. 4.

²³³ *Ibidem*.

Gardner, como um fator a ser cuidadosamente examinado pelas autoridades governamentais²³⁴.

Incessantemente nos últimos anos, podemos reparar dentro da comunidade internacional, algumas atitudes e discursos proferidos por importantes líderes políticos, que deixava clara a cobiça que a região da selva equatorial sul americana, despertava nos interesses dos países de primeiro mundo. Dentre estes, podemos citar o Ex-Presidente francês François Mitterrand que, em 1989, declarou que “os detentores da floresta Amazônica devem reconhecer que sua soberania sobre ela é relativa”, o ex-Premier russo Mikhail Gorbachev, em 1992, "O Brasil deve delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes", o Vice-Presidente norte americano do governo Clinton, Al Gore, em 1989: "Ao contrário do que os brasileiros pensam a Amazônia não é deles, mas de todos nós", seis anos antes a ex-Primeira Ministra britânica Margareth Thatcher, em 1983, já defendia que, “se os países subdesenvolvidos não conseguem pagar suas dívidas externas, que vendam suas riquezas, seus territórios e suas fábricas" e o discurso, além de muitos outros, do ex- Secretário de Estado dos EUA Henry Kissinger, em 1994, “Os países industrializados não poderão viver da maneira como existiram até hoje se não tiverem à sua disposição os recursos naturais não renováveis do planeta. Terão que montar um sistema de pressões e constrangimentos garantidores da consecução de seus intentos”²³⁵.

Talvez o discurso que mais chama a atenção dentre os apresentados, tenha sido o de Kissinger, ao deixar claro que os países industrializados poderiam, se necessário, criar situações e superdimensioná-las com o intuito de realizar intervenções militares e a ocupação territorial de áreas de interesse econômico destes países²³⁶.

²³⁴ Op.cit., p. 5.

²³⁵ Trechos retirados da Revista Manchete de 05 jun. 1997.

²³⁶ A recente Guerra do Iraque pôde mostrar claramente que uma grande mentira de tão difundida tornasse uma verdade inquestionável. O discurso de que o Iraque possuía armas de destruição em massa mobilizou toda população norte americana na causa que seu governo denominou como combate ao terrorismo internacional e defesa da democracia. Recentemente, foi comprovado que tais armas não existiam, contudo, os EUA

Os fatos mostraram que este quadro já havia sendo arquitetado, com o incansável discurso de defesa do eco-sistema amazônico, descontrole do tráfico de drogas que teriam suas rotas pelos céus da região, questões indígenas, guerrilhas colombianas (FARC), etc²³⁷.

Para o governo brasileiro o ponto principal a ser explorado na questão de manutenção da soberania sobre a região amazônica seria intensificar a presença do Estado nesta área, eliminando uma possível substituição deste por organizações alienígenas ao Brasil, as chamadas Organizações Não Governamentais (ONGs), que começavam a ganhar vultoso espaço entre as comunidades indígenas e ribeirinhas da selva equatorial, sendo muitas destas financiadas por seus governos da Europa e EUA. Para tal a presença do Estado seria essencial, pois segundo Eliezer Oliveira, para o Exército Brasileiro, “a estratégia da dissuasão combina-se com a estratégia da presença”²³⁸.

Deste modo, a Força Aérea não poderia ficar ausente de sua presença na região norte brasileira. Nos primeiros meses do ano de 1990, o Ministério da Aeronáutica (MAer), a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) e o Ministério da Justiça apresentaram à Presidência da República a exposição de Motivos nº 194, que objetivava a criação de um complexo sistema de vigilância e proteção da Amazônia Brasileira e surgiu, assim, o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) orçado em US\$1,4 bilhões. A Força Aérea Brasileira dava um importante passo na ajuda do controle e presença do Estado Brasileiro inserindo, junto ao SIVAM, o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) nas regiões inóspitas do norte, agindo conjuntamente com mais de dez ministérios do governo federal.

Contudo, cabe ressaltar que, para a FAB, a região Amazônica já vinha sendo alvo de preocupação desde a década de 1950 em função, como exposto anteriormente, dos nichos de

conseguiram colocar no poder do país que detém a segunda maior reserva de petróleo do mundo, um político alinhado com as idéias da Casa Branca, apesar das fortes resistências de grupos extremistas islâmicos.

²³⁷ Insistentemente órgãos dos países desenvolvidos difundem dados referentes ao desmatamento da Amazônia e massificam a opinião pública em afirmar que este é um dos fatores mais importantes no efeito estufa.

²³⁸ OLIVEIRA, 2005, p.316.

vazio populacional e que representavam um perigo para a integridade territorial da região amazônica e unidade nacional. Como exemplo desta preocupação, já no ano de 1956, vislumbrando a ocupação deste território, o então Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Henrique Fleiuss, assinou em 12 de dezembro, o decreto nº 40.411, criando a Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (COMARA). Este novo órgão ministerial tinha como finalidade montar uma infra-estrutura aeroportuária de modo que os meios aéreos de grande porte, tanto civis como militares, pudessem alcançar as distantes fronteiras da selva equatorial brasileira.

Neste mesmo ano, a COMARA traçou um plano diretor que previa a construção de 54 aeródromos em toda Amazônia e, até o ano de 2000, este órgão governamental já havia construído mais de 130 pistas de pousos nesta região, sendo a grande maioria destas pistas, com capacidade para receber aviões de grande porte. Somente com esta infra-estrutura instalada foi possível dar prosseguimento ao atual projeto SIVAM. Outros planos de presença na região foram os Projetos Rondon inaugurado em 1967 e desativado em 1986, o Projeto RADAM criado em 1970 com a finalidade de mapear as riquezas naturais da região amazônica e do projeto Calha Norte, iniciado em 1985 e extinto no governo Collor.

Com relação ao projeto SIVAM, seu foco principal era a vigilância aérea dos tráfegos de aeronaves na região e monitoramento dos recursos naturais. Para a cobertura de toda região equatorial brasileira, o Projeto SIVAM previa a instalação de 25 sítios de equipamentos de telecomunicações, estações meteorológicas de superfície e de altitude, radares móveis e fixos de vigilância aérea e estações de comunicações, espalhadas por toda região setentrional brasileiro com cobertura total do território (figura 8). Associado ao SIVAM, foi iniciado o Programa de Fortalecimento da FAB que previa a modernização das antigas aeronaves e aquisição de novos aviões capazes de interagir com os complexos sistemas do SIVAM e operar em ambiente semelhante ao encontrado na região setentrional do Brasil, como o ALX

(designado A-29 pela FAB) e o R-99A e R-99B de vigilância aérea e sensoriamento remoto respectivamente²³⁹.

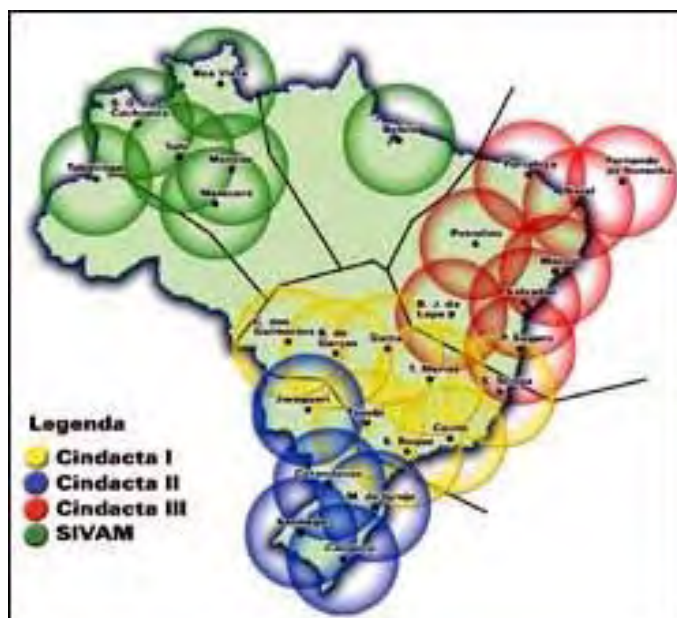


Figura 8: Cobertura radar do Sistema de Defesa Aéreo Brasileiro após ativação do SIVAM em 2002. (Fonte: LORCK, Carlos. *Do CAN ao SIVAM – A FAB na Amazônia*. Rio de Janeiro: Aerospace, 2000, p. 95).

4.6 A Força Aérea Brasileira e a mudança da estrutura em função da nova percepção de ameaça

O medo de uma presença militar de potências na América do Sul que visando uma intervenção em face dessas “novas ameaças”, fez com que os países começassem as conversações sobre o assunto. Esta nova visão de cooperação propiciou à FAB a criação de dois esquadrões de ataque em Porto Velho/RO e Boa Vista/RR, um de patrulha marítima e um de helicópteros em Belém/PA, além do bilionário projeto SIVAM/SIPAM na região Amazônica e estabelecia a cobertura radar de toda região anteriormente desprovida de qualquer meio de detecção de tráfegos aéreos (figura 9). Também, fez com que as suas

²³⁹ A aeronave de vigilância aérea é utilizada como radar em altitude, ou seja, é capaz de detectar tráfegos voando a baixa altitude, o que nem sempre é possível por radares de solo. Já a aeronave de sensoriamento remoto é utilizada para a aquisição de imagens e dados sobre o meio ambiente amazônico.

unidades de combate, anteriormente doutrinadas a combater o inimigo do sul, realizassem exercícios e manobras conjuntas com a FAA.

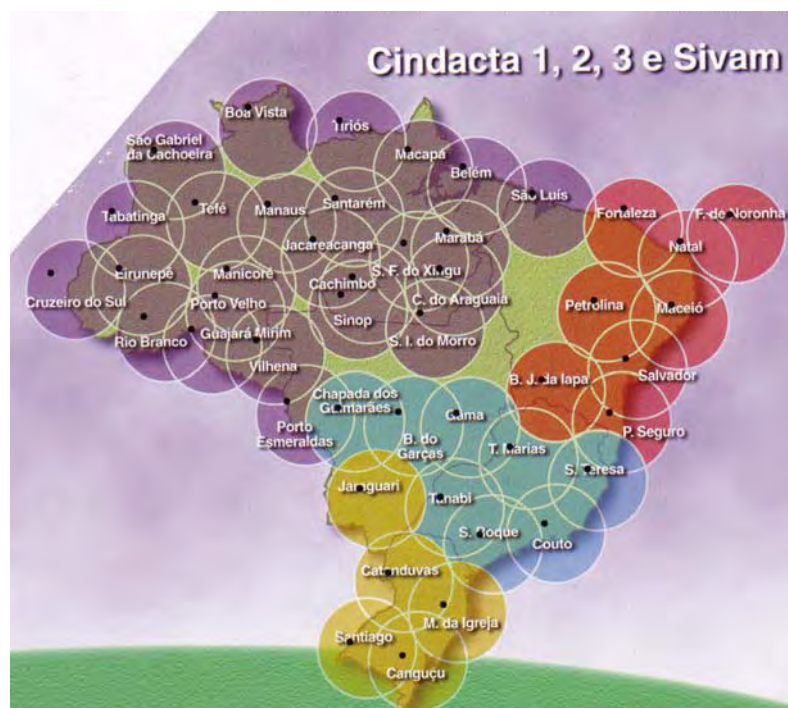


Figura 9: Cobertura radar do Sistema de Defesa Aéreo Brasileiro após pleno funcionamento do SIVAM, previsto para 2005. (Fonte: LORCK, Carlos. *Do CAN ao SIVAM – A FAB na Amazônia*. Rio de Janeiro: Aerospace, 2000, p. 95).

As Forças Armadas de Brasil e Argentina nunca haviam realizado operações conjuntas até a década de 80, quando as Marinhas de Guerra iniciaram os primeiros exercícios, posteriormente as Forças Terrestres realizam suas manobras e, mais recentemente, as duas Forças Aéreas trocaram experiências. As operações conjuntas implicaram no conhecimento de ambas as partes. A Força Aérea Brasileira ao realizar a integração com a FAA, assumiu um papel fundamental na política traçada pelo governo central do Brasil, participando ativamente na construção e consolidação da política de confiança mútua.

A nova visão de parceria e conjunto adotada pelos governos, tornou a evolução na área de segurança e defesa entre o Brasil e Argentina uma realidade e, sendo a guerra um instrumento político, uma continuação de negociações políticas, o abandono das disputas

hegemônicas tornou a hipótese de guerra quase nula. A importância da busca conjunta da segurança hemisférica para ambos os países pôde ser bem expressada pelo Embaixador argentino Jorge Hugo Herrera Vegas em simpósio na Escola Superior de Guerra em 1999: “a segurança regional é indivisível e deve ser alcançada de forma global [...] nossa segurança está ligada à segurança dos nossos vizinhos”²⁴⁰. Foi uma nova maneira de ver a Teoria do Cerco adotada nas décadas de 1960 e 1970, porém, desta vez, sem cunho ideológico e sem a visão intervencionista unilateral que calcava tal teoria nas décadas passadas.

²⁴⁰ Discurso do Embaixador Jorge Hugo Herrera Vegas – *Desenvolvimento e Segurança da Argentina e do Brasil* – algumas reflexões sobre possíveis estratégias. Conferência proferida na escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 1999.

Capítulo 5 - O Dilema - Integração e Interesses Nacionais

Uma questão permanente nos meios políticos, militares e acadêmicos é: até que ponto os interesses das nações pode influenciar ou afetar um processo de integração política entre dois ou mais países? Em que medida a soberania nacional é preservada num mundo interdependente? Nesse mundo interdependente, é possível defender os interesses nacionais de maneira independente e isoladamente?

Na antiguidade, no ano de 63 a.C., em discurso direcionado ao senado romano, foi Marco Túlio Cícero quem classicamente examinou a especificidade do conceito de República, ao diferenciar *res publica* de outras, como a *privata*, a doméstica, a *familiaris*. Dessa maneira, estabelecia uma distinção entre o público, isto é, o comum - que corresponde, no grego antigo, às formas substantivadas do adjetivo *koinós* (comum, público) e, modernamente, à expressão italiana *il comune*, ao alemão *die Gemeinde* - e o privado, que não é comum a todos, mas é particular a alguns²⁴¹.

O mesmo Cícero quando refletia nas características da República não destacava somente o “bem comum”, mas também apontava o “interesse comum” como objetivo central dessa forma de governo. A relação entre estes dois conceitos pode ser iluminada transportando-os para um conceito multilateral de nações.

A tendência imediata diante de um grande grupo de países é que os interesses individuais de cada nação prevalecem no momento de se discutirem ações, principalmente econômicas, em virtude das possíveis perdas que possam ocorrer.

Na história de Brasil e Argentina não foi diferente. Várias vezes os dois países procuraram realizar a integração econômica regional, contudo, grupos de interesses, fossem internos aos países ou mesmo externos, procuraram impedir ou dificultar este processo. Sendo

²⁴¹ LAFER, Celso. *Estudos Históricos* - Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, 1989, p. 214.

a política a arte de governar, os dirigentes dos países se viram obrigados a ceder às pressões exercidas por certos grupos que representavam não necessariamente a maioria, mas sim, grupos de prestígio e poder dentro de seus países.

Mesmo depois dos tratados do Mercosul as relações entre os dois países não permaneceram tão amigáveis, ocorrendo certo distanciamento político entre Brasília e Buenos Aires. Durante os governos Menem e Collor, o interesse do governo argentino de inserir a Argentina em uma nova posição frente à política exterior, não escondia sua vontade de se tornar o país chave da região sul-americana, adotando desta vez a política do “Realismo Periférico”²⁴². Esta nova política, elaborada pelo cientista político argentino Carlos Escude, pregava que países sem importância estratégica deveriam se alinhar à potência hegemônica em tudo o que não fosse essencial, e esta foi a linha mestra da política exterior da Casa Rosada comandada pelo chanceler Guido Di Tella durante o mandato do Presidente Carlos Menem. Segundo Moniz Bandeira, esta nova posição se deu em função de que “muitos na Argentina criam que ela declinou porque não se aliara aos EUA, como o Brasil, e de não participar da Segunda Guerra Mundial”²⁴³.

O envio dois navios de guerra da Marinha Argentina à região do Golfo Pérsico, durante a guerra contra o Iraque em 1991, em apoio às forças de coalizão, deixou clara a intenção do governo de Buenos Aires em querer uma estreita aproximação com os EUA, tentando repetir, deste modo, a atitude brasileira de 1942, desgastando, assim, suas relações com o Brasil que gozava de grande prestígio com os EUA no pós Segunda Guerra²⁴⁴.

Esta ação em um primeiro momento surtiu efeito, pois o Brasil passou a ser relegado a um segundo plano pela política norte-americana, em função de sua neutralidade no conflito do Golfo. Contudo, os EUA, desde o início do século XX já haviam percebido a maior representatividade brasileira no sul do continente, tanto do ponto de vista econômico quanto

²⁴² BANDEIRA, 2003, p.483.

²⁴³ Op. cit.

²⁴⁴ Op. cit, p. 479..

geopolítico. Esta maior representatividade brasileira foi percebido pelo próprio Carlos Escude que explicava a declinação argentina devido “*la falta de importancia de Argentina para los EUA, por el carácter competitivo de ambas economías*”²⁴⁵.

A situação de disputa pela preferência norte-americana sempre enfraqueceu as relações de Brasil e Argentina e, além disso, por melhores que fossem as intenções entre os dois governos, os resquícios geopolíticos sempre influenciaram suas relações. Em certos momentos parecia que as negociações entre o Itamaraty e Palácio San Martín eram tratadas dentro dos estádios “La Bombonera y em el Maracanã”²⁴⁶.

Na história do Brasil e da Argentina as relações entre os dois países tenderam a distanciar-se mais durante a permanência de governos nacionalistas em ambos os países, principalmente quando o fantasma de Perón mantinha-se presente na política trans-platina. Deste modo, partindo do pressuposto que a preparação das Forças Armadas é função direta da política externa dos países e da projeção estratégica decorrente das percepções de ameaça, a questão reside em como estruturar as Forças Armadas, tendo em vista que muitas vezes as políticas externas dos países são drasticamente modificadas em função das tendências ideológicas dos governos e da conjuntura político-econômica mundial?

Levantada esta questão, perguntamo-nos se uma vez começada a construção da confiança com a Argentina, a doutrina estratégica da FAB realmente descartou a hipótese de conflito com este país. Se assim for, como explicar a manutenção de cinco unidades importantes de combate na região sul do Brasil, uma em Canoas com caças táticos F-5E com função de defesa aérea, duas de aeronaves de ataque e reconhecimento tático AMX (A-1) em Santa Maria e uma de helicóptero de ataque UH-1H nesta mesma cidade, além de um esquadrão de patrulha marítima em Florianópolis?

²⁴⁵ ESCUDÉ, Carlos. *Gran Bretaña, Estados Unidos y declinación de Argentina*. Buenos Aires: Belgrano, 1988, p. 377.

²⁴⁶ Conforme termo utilizado pelo Chanceler Celso Amorim em referência à tradicional rivalidade entre os dois países.

Para tentar explicar dividimos a história das mudanças de estrutura da FAB em três momentos distintos. O primeiro o da sua criação durante o conflito mundial de 1939/1945, tendo a grande maioria de sua estrutura voltada para a defesa do litoral brasileiro, temendo a incursão de submarinos e belonaves do eixo. Outro fator desta estruturação se deu devido ao conveniente apoio brasileiro aos EUA, servindo de base avançada para seus bombardeiros estratégicos seguirem com destino à Dakar no norte da África.

O segundo período foi o do pós-guerra, assumindo a doutrina da política da Guerra Fria, caracterizada pelo equilíbrio do terror nuclear e alimentada por americanos e soviéticos. Neste período, as Forças Armadas dos países sul-americanos assumiram o papel de defensoras da política da Junta Interamericana de Defesa (JID), que abominava a instalação ou a manutenção (Cuba) de regimes comunistas nas Américas. Exatamente neste período, as Forças Armadas do Brasil e da Argentina, viam os problemas políticos internos de cada um e de seus vizinhos sul americanos como problema de segurança nacional e, quanto tal, diretamente da sua alçada (teoria do cerco). Por outro lado, ambos preparavam-se para exercer sua hegemonia sobre o outro, buscando ações econômicas, políticas e até militares. As tabelas apresentadas neste trabalho mostram claramente como as Forças Aéreas do Brasil e da Argentina procuravam manter um equilíbrio por balanço de poder. Os processos de reaparelhamento de ambas as Forças Aéreas tendiam a seguir de modo semelhante entre os dois países, ou seja, no momento em que a Argentina adquirisse aeronaves para a obtenção de superioridade aérea, o Brasil buscava no mercado internacional aviões com características semelhantes e vice versa, como no caso da aquisição dos Mirage III (tabela 1, p. 82) por ambos os países em um período muito próximo e ocorrendo o mesmo na aquisição dos F-5E pelo Brasil para contrabalançar o poderio destabilizador que os aviões de ataque A-4 argentinos pesavam na balança (tabela 2, p. 83).

As décadas de 60 e 70 podem ser consideradas como as mais significativas neste processo de micro corrida armamentista²⁴⁷. Outro aspecto a ser verificado nestas décadas foi a estrutura montada pela FAB na região sul e sudeste do Brasil, englobando considerável capacidade de combate nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Distrito Federal e Rio de Janeiro. Cabe ressaltar que a FAB nunca possuiu aeronaves de capacidade estratégica e em sua doutrina de estrutura de combate em tempo de paz nunca existiu um Comando Aeroestratégico, tendo sua doutrina toda voltada para aplicações táticas, conforme expõe o Brigadeiro Magalhães Motta ao se referir sobre “síndrome tática herdada do passado”²⁴⁸. Ou seja, a estrutura da FAB, a grosso modo, estava voltada para o apoio às forças de superfície e para a defesa aérea, o que não ocorria com os Argentinos que além destas missões específicas sempre possuiu Aviação Aeroestratégica, conforme visto nos capítulo 3 deste trabalho.

Outro ponto importante a ser considerado é com relação aos projetos de desenvolvimento aeroespacial realizados pelo Ministério da Aeronáutica neste período. Os mesmos visavam ao combate tático convencional (aeronaves AT-26 Xavante) no ano de 1971 e do AMX para substituir os já ultrapassados AT-26, iniciado em 1978.

O que chama a atenção é que em seu livro *Emprego Estratégico do Poder Aéreo* o Brigadeiro Magalhães Motta já considerava na década de 70 o deslocamento da hipótese de conflito brasileiro da região sul para as regiões oeste/noroeste e que corroborava com as palavras do então Ministro do Exército do governo Geisel, General Fernando Belford Bethlen, ao afirmar que “as fronteiras do sul estão consolidadas, enquanto as do norte podem ser consideradas fronteiras vivas”²⁴⁹. Porém, esta tendência não refletiu na estrutura da FAB que construiu a Base da Santa Maria em 1970 e alocou dois esquadrões de combate nesta área

²⁴⁷ Termo utilizado em referência a comparação do comércio de armamento que estava em plena expansão pelo mundo, em virtude das guerras que ocorriam no sudeste da Ásia, Oriente Médio e África.

²⁴⁸ MOTTA, 2001, p.20-21.

²⁴⁹ Jornal Folha de São Paulo 19 nov. 1977.

em 1978. Pensamos que, apesar do quadro político estar tendendo a uma aproximação, pendências geopolíticas relacionadas à utilização das águas da Bacia do Prata e a percepção argentina do envolvimento do Paraguai na esfera política e econômica brasileira, ainda mantinham a atenção das Forças Armadas Brasileiras em plena atenção na região. Outro ponto importante foi a política de combate ao comunismo internacional promovida pelos EUA e que previa, se necessário, a intervenção armada em países vizinhos, demonstrando claramente a ingerência norte-americana nas questões político-ideológicas da América do Sul.

Já por parte dos argentinos consideramos que a revitalização de sua Força Aérea se dava particularmente, não para fazer frente ao Brasil, mas sim, para dissuadir as suas principais desavenças na região que eram os chilenos e a disputa na região austral do continente²⁵⁰. Historicamente, depois da proclamação da república no Brasil, nunca ocorreu mais nenhuma guerra entre os dois países, já com os chilenos, as tensões sempre estiveram latentes.

O terceiro período, iniciado em meados dos anos 80, caracterizou-se pela iniciativa de aproximação política entre Brasil e Argentina, aliada à decepção de ambos com relação à política de desinteresse dos EUA em relação à América de Latina. O ponto chave deste período foi a nova percepção relacionada aos países extra-continente Sul Americano. Este novo rumo das políticas de ambos os países foi consolidado após a guerra das Malvinas e estabelecia que a união política e o esforço conjunto perante a comunidade internacional visando aos interesses que poderiam ajudar a ambos, estavam em curso e estabelecia a nova política externa de ambos, apesar de existirem interesses particulares. Tal ação pode ser bem expressa pelo Embaixador Sérgio França em artigo publicado em 2003:

²⁵⁰ Podemos considerar também o desejo argentino de reaver as ilhas Malvinas em posse dos ingleses. Não nos esqueçamos que o material aeronáutico comprado pela FAA durante o litígio de Beagle foi plenamente utilizado no conflito das Malvinas quatro anos depois.

Vamos ser gaulistas: defendendo um projeto sub-regional de integração e as alianças estratégicas que nos convém; mantendo uma visão construtiva, mas crítica, de nossas parceiras; enfrentando o protecionismo dos países ricos e os assomos de protecionismo de parceiros emergentes e exigindo reciprocidade e simultaneidade [...] defendendo a primazia do multilateralismo sobre o unilateralismo e o diálogo e a convergência no lugar da confrontação [...] e, por que não, exercendo liderança “suave” quando os tempos, os desafios ou nossos projetos e interesses justificarem ou exigirem²⁵¹.

Nesta nova fase da política externa brasileira a FAB, em sintonia com a projeção estratégica do país atento às novas ameaças, começou a inclinar fortemente suas atenções para a região amazônica. Tal orientação manifestou-se no desenho de um novo dispositivo estratégico que consistiu no desenvolvimento de projetos de construção de Bases Aéreas em Boa Vista e Porto Velho, na ativação de duas unidades aéreas com aeronaves AT-27 Tucano, na criação de duas novas unidades aéreas na cidade de Belém, no início do bilionário projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) e do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) (Figura 10).

Outro ponto a ser considerado foi o início de projetos conjuntos entre a EMBRAER e a FAMA que, apesar de ter ido à bancarrota, mostrou o desejo de integrar as indústrias aeronáuticas dos dois países. Mais recentemente, os projetos de construção de aeronaves da FAB, o R-99 e o AT29, demonstraram o desejo da FAB em manter a região amazônica sob plena vigilância, pois esses aviões foram concebidos para operação em ambiente de grande temperatura e umidade atmosférica, como o encontrado na Amazônia.

Héctor Sant-Pierre coloca que as concepções estratégicas que regiam a doutrina das FFAA brasileiras até meados de 1993, basicamente seguiam o pensamento iniciado na década de 30, com o estudo geopolítico de Mário Travassos de projeção continental do Brasil. Aliado a este pensamento, somou-se o papel de defensoras da DSN nas décadas de 60 e 70, alinhadas com as diretrizes do National War College dos EUA e, também, através do pensamento

²⁵¹ DANESSE, Sérgio França. *O gaulismo da diplomacia brasileira*. Folha de São Paulo. 25 jul. 2003, p. A3.

autoritário vigente, principalmente, após 1964 que “confundia força militar e governo”²⁵². Segundo o autor, a presença militar no processo decisório na concepção estratégico-militar, mesmo após a retomada dos dispositivos democráticos nos países sul-americanos, ainda era muito intensa.

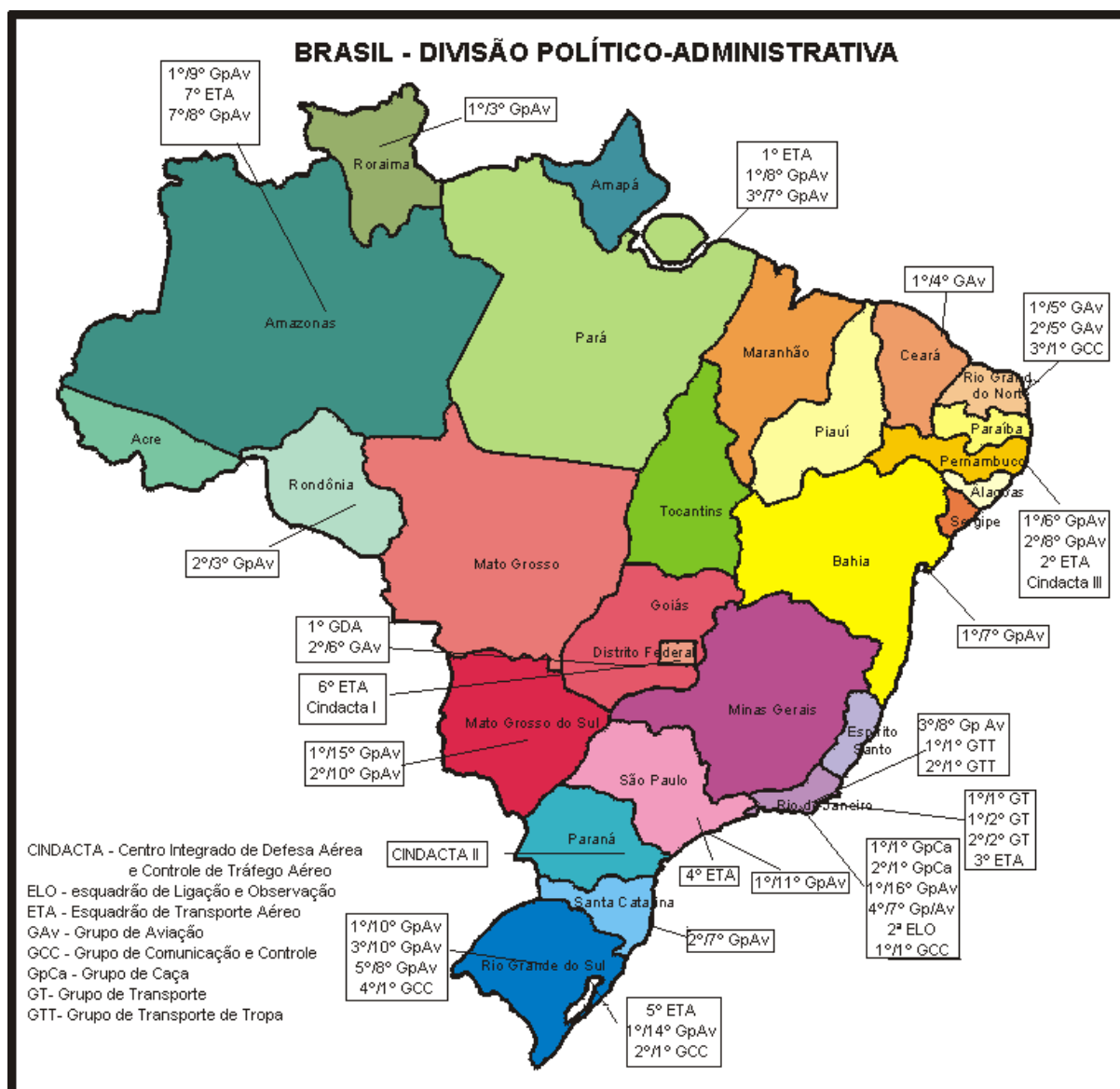


Figura 10 – Distribuição das Unidades da FAB no ano de 2000. (Dados: Histórico das Unidades Aéreas da FAB).

²⁵² SANT-PIERRE, Héctor, L. *Racionalidade Estratégica*. Revista Premissas. Campinas: UNICAMP/NEE, caderno 3, p.24-50, 1993.

Talvez tenha sido esta inércia difícil de ser quebrada, que ainda mantém as unidades localizadas na Base Aérea de Santa Maria/RS, coerentes com a projeção estratégica da década de 70 no auge da disputa geopolítica com os argentinos. Porém, embora pareça que o Brasil mantenha viva a desconfiança daquele período, acreditamos que a manutenção dessas unidades no sul pode ser justificada. Primeiro temos que considerar que os meios utilizados nesta Base não são os ideais para a operação na região norte do Brasil, pois, os AMX foram concebidos pela indústria aeronáutica italiana e visavam ao emprego em território europeu, contra um exército de forças terrestres poderosíssimas (URSS)²⁵³, de temperaturas baixas e umidade relativa mediana. A FAB já havia tentado empregar os helicópteros franceses CH-34 Super-Puma em Manaus, contudo, seus equipamentos eletrônicos apresentaram diversas panes, decorrentes das condições climáticas, o que levou a transferir estes meios para a cidade do Rio de Janeiro. Em substituição aos CH-34, foram alocados os helicópteros norte-americanos UH-1H, o mesmo tipo de aeronave empregada pelos Estados Unidos nas selvas do Vietnã nas décadas de 60 e 70 e que já haviam sido utilizados pela FAB durante a guerrilha do Araguaia. Outro aspecto operacional é relacionado à autonomia de voo dos AMX que é considerada relativamente baixa, características típicas de aeronaves de caça com motores a jato, de estas aeronaves necessitarem de pistas asfaltadas para realizarem seus pousos e decolagens, privilégio um tanto raro na região da Amazônia se feita a relação território/quantidade de pistas comparado com as regiões sul e sudeste, além de sua velocidade de *stoll*²⁵⁴ elevada, impossibilitando a realização de todos os procedimentos de interceptação de aeronaves de baixo desempenho. Outro importante aspecto que ajuda a justificar a permanência das unidades no sul é o elevado custo operacional para transferência

²⁵³ A concepção desta aeronave vinha ao encontro com a “chamada síndrome tática” colocada por Magalhães Motta. Apesar do AMX possuir capacidade de reabastecimento em voo, dando a ele pequena capacidade aero-estratégica, este avião veio a substituir os antigos Xavante e suas Missões aplicáveis.

²⁵⁴ Velocidade mínima em que uma aeronave permanece em voo sustentado. Ao atingir esta velocidade o avião começa a cair. Os tráfegos ilícitos que ingressam na região amazônica em quase sua totalidade são compostos de aeronaves de baixo desempenho o que impossibilitaria que um Mirage, F-5 ou AMX realizassem o acompanhamento do voo irregular e obrigassem o mesmo a pousar, tendo em vista que a velocidade de *stoll* destes aviões é muito próxima ou até superior ao voo de cruzeiro dos aviões utilizados em vôos irregulares.

de duas unidades aéreas de AMX. Todo complexo de manutenção, estrutura e pessoal tornaria o deslocamento inviável economicamente para a FAB que já contava com recursos muito escassos no orçamento, além do parque de manutenção de grande porte²⁵⁵ dos AMX estar localizado na cidade do Rio de Janeiro. Um deslocamento destas unidades para a Amazônia envolveria muito mais que apenas duas unidades aéreas. Com relação ao esquadrão de helicópteros, estes realizam também missões de busca e salvamento, sendo necessários junto à unidades de caça para qualquer eventualidade em caso de acidentes. O esquadrão de patrulha de Florianópolis é necessário para a manutenção do compromisso brasileiro junto aos organismos internacionais de vigilância de suas águas jurisdicionais e apoio ao sistema internacional de busca e salvamento.

Do ponto de vista operacional, podemos perceber que os exercícios conjuntos TANBA I e Prata entre as duas Forças Aéreas, mostraram o desejo de se manter um relacionamento estreito e contribuiu para a eliminação das velhas desconfianças ao estabelecer procedimentos de controle e interceptação de tráfegos ilícitos de suas fronteiras, conforme já explicitado. Importante frisar que, as duas Forças Aéreas nunca em toda história haviam realizado qualquer manobra ou exercício conjunto.

A Operação CRUZEX, realizada em 2002, deu início a uma nova fase de integração, quando o emprego conjunto das duas forças aéreas simulando uma intervenção sob imposição da ONU, mostrou que os dois países poderiam se necessário, interagir conjuntamente em situações reais de conflitos em missões de guerra.

²⁵⁵ O complexo de manutenção da FAB se divide em três partes. As manutenções de pequeno porte são realizadas pelos próprios esquadrões de vôo. As que exigem um grau um pouco mais complexo são feitas pelas Bases Aéreas através dos Esquadrões de Suprimento e Manutenção (ESM). Estes dois tipos de manutenção são feitos na própria sede dos esquadrões. Contudo, as manutenções de maior complexidade são realizadas nos Parques de Material Aeronáutico (PAMA) devido estes complexos, possuírem toda uma estrutura quase que industrial para a realização dos serviços considerados mais pesados. A FAB possui cinco Parques de Material Aeronáutico, sendo cada um responsável pelas revisões/manutenção de determinadas aeronaves. NO caso do AMX é feita no PAMA Galeão, já os F-5E e Mirage são feitas no PAMA São Paulo e assim por diante, não cabendo aqui listar todos os aviões e seus respectivos parques de manutenção.

Considerações Finais

As Forças Armadas de Brasil e Argentina procuraram seguir a trilha iniciada pelas forças políticas de manter uma união de interesses políticos em âmbito regional e mundial, independente das assimetrias econômicas que poderiam atrapalhar as duas nações, respeitando a individualidade de cada país e seus respectivos interesses.

Podemos perceber que a FAB possuiu três fases distintas desde seu período de criação. O primeiro o da sua criação durante o conflito mundial de 1939/1945, tendo a grande maioria de sua estrutura voltada para a defesa do litoral brasileiro, temendo a incursão de submarinos e navios dos países do eixo, aliado a outro fator que foi o conveniente apoio brasileiro aos EUA, servindo de base avançada para seus bombardeiros estratégicos seguirem com destino à Dakar no norte da África. O segundo período foi o do pós-guerra, quando a doutrina da política da Guerra Fria, alimentada por americanos e soviéticos, doutrinou as Forças Armadas dos países sul-americanos e estes assumiram o papel de defensoras da política da Junta Interamericana de Defesa (JID), comandada pelos EUA. Exatamente neste período, os problemas entre brasileiros e argentinos tenderam a se agravar com a teoria do cerco. O terceiro período, iniciado em meados dos anos 80, caracterizou-se pela iniciativa de aproximação política entre Brasil e Argentina, aliada à decepção de ambos com relação à política de desinteresse dos EUA em relação à América de Latina. O ponto chave deste período foi a nova percepção relacionada aos países extra-continente Sul Americano. Este novo rumo das políticas de ambos os países foi consolidado após a guerra das Malvinas e estabelecia que a união política e o esforço conjunto perante a comunidade internacional visavam os interesses que poderiam ajudar a ambos.

Para a Força Aérea Brasileira a aproximação política do Brasil com a Argentina foi essencial para que sua nova estrutura pudesse ser montada e que, a região amazônica,

ganhasse a atenção devida que, desde Mário Travassos, já estava nos planos brasileiros. Para um país continental como o Brasil e de recursos escassos, a manutenção de duas frentes de ameaças representaria um problema muito grave para a determinação de prioridades.

Deste modo com a eliminação da percepção da “inimiga Argentina”, a Força Aérea Brasileira começou a atuar de maneira ativa no campo da defesa na região norte brasileira, pois, os atos anteriores, realizados pelo governo brasileiro como os Projetos Rondon e Radam, apenas serviram para manter a presença do Estado nesta área e levantar as riquezas existentes na região, de maneira não fixa e permanente, mas sim esporadicamente com os vôos do Correio Aéreo Nacional (CAN). Como o início do SIVAM, pode ser considerado o antigo Projeto Calha Norte que ainda se mantém ativo, contudo, a verdadeira presença constante e vigilante nesta área, foi iniciada somente com o SIVAM e, este sim, ajudou a minimizar o problema das novas ameaças que surgiram no norte brasileiro.

Acredito que, apesar das rivalidades ainda existentes e de resquícios geopolíticos de disputa de hegemonia, as Forças Armadas dos dois países vieram a cada dia fortalecendo a integração entre as mesmas. Coube aos governos centrais o estabelecimento e o fortalecimento dos mecanismos de consultas bilaterais referentes aos problemas da América do Sul e estabelecer os interesses comuns visando minimizar a projeção política de um em detrimento do outro perante a comunidade internacional. Como dita a teoria de Clausewitz, que a guerra é continuação da política por outros meios e, por consequência, as Forças Armadas seguem os desígnios políticos traçados pelos governos centrais, vimos que a FAB ao planejar sua estrutura seguiu este doutrinamento.

Apesar de muitas unidades ainda encontrarem-se estabelecidas na região sul e sudeste, esta permanência se justifica pelos motivos apresentados no capítulo 5 deste trabalho.

Percebemos também que, no governo de Fernando Henrique Cardoso, apesar de ainda muito tímida, a concepção estratégica da Força Aérea Brasileira começou a tomar novas

diretrizes. Os exercícios conjuntos entre a FAA e a FAB agindo em conformidade com a Política de Defesa Nacional e o Projeto SIVAM, que passou a incluir vários ministérios civis na coordenação das ações na região amazônica, demonstram esta nova postura. Outro ponto importante foi a criação do o Ministério da Defesa sob comando de um civil, fazendo valer a afirmação de Clemenceau que disse ser “a guerra importante demais para ser deixada por conta dos generais”.

Pensamos que três foram os pontos que culminaram na possibilidade do estabelecimento da eliminação da percepção de ameaça com a Argentina e deslocamento de atenções para a região setentrional brasileira por parte da FAB. Primeiramente a percepção com relação aos interesses dos EUA nas disputas entre Brasil a Argentina, principalmente após a Guerra das Malvinas. Segundo ponto, a iniciativa de ambos os países em eliminar a busca por artefatos nucleares, estabelecendo mecanismos de controle bilateral de suas instalações e, terceiro ponto, na criação na incrementação do diálogo multilateral em crises e processos políticos regionais e mundiais extinguindo, deste modo, a intenção de sobrepujação de um país sobre o outro.

Concluimos que a doutrina e a estrutura da Força Aérea Brasileira trilharam caminhos convergentes com a nova postura política estabelecida pelo governo central, pois sua estrutura, tanto de combate (aeronaves e projetos militares) e de apoio ao combate (rede de radares) foi sendo modificada, ainda que de maneira lenta, conforme os movimentos políticos de integração foram ocorrendo.

BIBLIOGRAFIA

Livros

BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois Séculos de História)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

_____. *Estado Nacional e Política Internacional na América Latina. O continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*. 2ª edição. São Paulo: Ensaio, 1995.

_____. *Brasil, Argentina e Estados Unidos – Conflito e Integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul 1870-2003)*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BUENO, Clodoaldo. *Raízes Históricas do Mercosul: da Rivalidade à Integração*. In História (Universidade Estadual Paulista), V.16, 1997.

CABRAL, Antônio *et al.* *Guerra Santa nas Malvinas – história da derrota*. São Paulo: EMW Editores Ltda, 1983.

CARDOSO, Ciro F.S. *Uma Introdução à História*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1981.

CARVALHO, Delgado de. *Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1971.

CARVALHO, José M. *As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador*. In O Brasil Republicano, vol.2: Sociedade e Instituições (1889-1930) Paulo Sérgio Pinheiro. [et all] (org). 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CERVO, Amado L. *A Política Exterior da Argentina: 1945-2000*. In *Argentina: visões brasileiras*. GUIMARÃES, Samuel P. (org). Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 2000.

CLAUSEWITZ, Carl V. *Da Guerra*. Tradução Maria Tereza Ramos. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CHAUVEAU, Agnes et TÉTARD, Philippe. *Questões para a história do tempo presente*. Tradução: Ilka Stern Cohen. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

CONTRERAS, Hélio. *Militares: confissões: Histórias Secretas do Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

COSTA, Sérgio C. da. *Crônicas de uma Guerra Secreta – nazismo na América: A conexão argentina*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2005.

COUTO E SILVA, Golbery. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

_____ *Geopolítica e Poder*. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003.

DAGNINO, Renato P. *A Indústria de Armamentos Brasileira: desenvolvimento e perspectivas* In *O Armamentismo e o Brasil*. Ricardo Arnt (org). São Paulo: editora Brasiliense S/A, 1985.

D'ARAÚJO, Maria C.; SOARES, Gláucio A.D.; CASTRO, Celso. *Visões do Golpe – A Memória Militar de 1964*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

_____ et CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

De BELLIs, Bernardo Q. *Uruguai en el Cono Sur: destino geopolítico*. Buenos Aires: Tierra Nova SRL, 1976.

DOUEHT, Giulio. *O Domínio do Ar*. Tradução: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica. Belo Horizonte: Itatiaia; [Rio de Janeiro]: Instituto Cultural da Aeronáutica, 1988.

DRUMOND, Cosme D. *Asas do Brasil – uma história que voa pelo mundo*. São Paulo: Miriam Paglia Editora de Cultura, 2004.

ESCODÉ, Carlos. *Gran Bretanha, Estados Unidos y declinación de Argentina*. Buenos Aires: Belgrano, 1988.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GONÇALVES, Williams. *Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GRAEL, Dickison M. *Aventura, Corrupção, Terrorismo - À Sombra da Impunidade*. Petrópolis: Vozes, 1985.

GUGLIALMELLI, Juan E. *Geopolítica del Cono Sur*. Buenos Aires: El Cid Editor, 1979.

JAGUARIBE, Hélio. *Novo Cenário Internacional*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

KELLY, Philip et CHILD, Jack. *Geopolitics of the Southern Cone and Antarctica*. Boulder (USA) & London (UK): Lynne Rienner Publishers, Inc., 1988.

KOSHIBA, Luiz et PEREIRA, Denise M.F. *História da América Latina*. 3ª edição. São Paulo: Editora Atual, 1981.

LAFER, Celso. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, volume 2, nº4, 1989.

LE GOFF. Jacques. *A Visão dos Outros – Um Medievalista Diante do Presente*. In CHAUVEAU; TÉTARD (org), 1999.

_____ *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão (et all). 2ª edição. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1992.

- LORCK, Carlos. *Do CAN ao SIVAM – A FAB na Amazônia*. Rio de Janeiro: Aerospace, 2000.
- MACHICOTE, Eduardo. *La Expansión brasileira – notas para um estudio geohistórico*. Buenos Aires: Editorial Ciência Nueva SRL, 1973.
- MAGALHÃES, João B. *A Evolução Militar do Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1998.
- MAGNOLLI, Demétrio. *O que é Geopolítica*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Tradução: Maria Júlia Goldwasser. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MARTINS FILHO, João R. *A Visão militar sobre as “novas ameaças” no cenário da Amazônia brasileira*. In *Novas Ameaças: Dimensões e Perspectivas* (Desafios para a cooperação entre Brasil e Argentina) MATHIAS, Suzeley K.; SOARES, Samuel A. (org). São Paulo: Sicurezza, 2003.
- MATTOS, Carlos de M. *Brasil - Geopolítica e Destino*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979.
- MELLO, Leonel. I. A. *Brasil, Argentina e a Balança de Poder Regional: Equilíbrio, Preponderância ou Hegemonia?*, 1991. 298 f. Tese (Doutorado em Ciência Política, Departamento de Ciência Política da FFLCH/USP), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.
- MENDONÇA, José M.C. *O Poder Aeroespacial – uma visão amazônica*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 2000. Monografia.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e Poder no Brasil*. Campinas: Papirus, 1995.
- _____ *Mercosul e Atlântico Sul: das divergências ao entendimento*. In *História* (Universidade Estadual Paulista), V.16, 1997.
- MOTTA, João E.M. *Emprego Estratégico do Poder Aéreo*. Rio de Janeiro: INCAER, 2001.
- OLIVEIRA, Eliezzar R. *Democracia e Defesa Nacional – A criação do Ministério da Defesa na presidência de FHC*. Barueri, SP: Manole, 2005.
- OLIVEIRA LIMA, Manuel. *Pan-americanismo*. Brasília: Senado Federal; [Rio de Janeiro]: Fundação Casa Rui Barbosa, 1980.
- PRADO Jr., Caio. *A Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. 4ª edição. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1933.
- PROENÇA Jr., Domício; DINIZ, Eugênio; RAZA, Salvador G. *Guia de Estudos de Estratégia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- PUELMA, Aquiles G. *Crisis Internacionales en Sudamérica: teoría y análisis*. Academia Nacional de Estudios Políticos y Estratégicos. Ministério de Defesa Nacional – Chile: Mago Editores, 2003.

- RATZEL, Federico et al. *Antología Geopolítica*. Buenos Aires: Editorial Pleamar, 1975.
- RAYMON, Aron. *Paz e Guerra entre Nações*. Tradução Sérgio Bath - 1ª edição, Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; [São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo], 2002.
- RÉMOND, René. *O Retorno do Político* In CHAUVEAU; TÉTARD, 1999.
- SAINT-PIERRE, Héctor L. *Reconceitualizando “novas ameaças”-da subjetividade da percepção à segurança cooperativa*. In *Novas Ameaças: Dimensões e Perspectivas* (Desafios para a cooperação entre Brasil e Argentina) MATHIAS, Suzeley K.; SOARES, Samuel A. (org). São Paulo: Sicurezza, 2003.
- _____ *Racionalidade Estratégica*. Revista Premissas. Campinas: UNICAMP/NEE, caderno 3, p.24-50, 1993.
- _____ et MATHIAS, Suzeley K. *Reflexões Sobre o Mercosul: unidade estratégica e cooperação militar* In *História* (Universidade Estadual Paulista), V.16, 1997.
- SANTOS, Murillo. *Evolução do Poder Aéreo*. Belo Horizonte: Itatiaia; [Rio de Janeiro]: Instituto Cultural da Aeronáutica, 1988.
- SEVERSKY, Alexander P.de. *A Vitória pela Força Aérea*. Tradução: Asdrúbal Mendes Gonçalves. Belo Horizonte: Itatiaia; [Rio de Janeiro]: Instituto Cultural da Aeronáutica, 1988.
- SIRINELLI, Jean-J. *Ideologia, Tempo e História*. In CHAUVEAU et TÉTARD, 1999.
- SOARES, Teixeira. *História da Formação das Fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Conselho federal de Cultura, 1972.
- SOUTO MAIOR, Alfredo. *Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1988.
- STEPAN, Alfred. *Rethinking Military Politics – Brazil and the Southern Cone*. Princeton, New Jersey (USA): Princeton University Press, 1988.
- SUN TZU. *A Arte da Guerra*. Tradução original do Chinês/Inglês Samuel B. Griffith; Tradução: Gilson César Cardoso de Souza, Klauss Brandini Gerkardt. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- THORTON, Richard C. *The Falklands Sting: Reagen, Thatcher and Argentina’s bomb*. Washington, DC: Brassey, 1988.
- TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
- VIZENTINI, Paulo F. *Relações Internacionais do Brasil – de Vargas a Lula*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- WANDERLEY, Nelson F. *História da FAB*. Rio de Janeiro: INCAER, 1974.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora UNB, 1991.

WERNECK SODRÉ, Nelson. *Formação Histórica do Brasil*. 14ª edição. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

_____. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

Fontes

BRASIL, *Política de Defesa Nacional*, 1996.

BRASIL, *DECRETO MINISTERIAL* 40.411 de 12 de dezembro de 1956.

BRASIL, *DECRETO PRESIDENCIAL* 3.446 de 17 de maio de 2000.

DOCTRINA MONROE, 1823.

ESTADO MAIOR DA AERONÁUTICA. *Doutrina Aeroespacial* – Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira (DMA 1-1), 1997.

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAS. *Segurança Interna e Defesa Nacional*. Apostila, 1979.

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO MAIOR DA AERONÁUTICA (ECEMAR). *Estratégia Militar- Avaliação Estratégica – uma solução 4-1-EM-02-01*. Apostila, 1990.

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO MAIOR DA AERONÁUTICA (ECEMAR). *Estratégia Militar- Avaliação Estratégica – uma solução 2-01-ES-201*. Apostila, 1988.

Histórico das Unidades Aéreas da Força Aérea Brasileira.

A Defesa Nacional. *Segurança Nacional: conceituação da Escola Superior de Guerra*. In A Defesa Nacional, LXVI (681). janeiro/fevereiro 1979, capítulo sobre A Segurança Nacional da "Doutrina Básica", 1979.

Discurso do Embaixador Jorge Hugo Herrera Vegas – *Desenvolvimento e Segurança da Argentina e do Brasil* – algumas reflexões sobre possíveis estratégias. Conferência proferida na escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 1999.

Jornais, Revistas e Periódicos

The Almanac of World Military Power, EUA/England, 1974.

Defense & Foreign Handbook, EUA, 1976.

Defense & Foreign Handbook, EUA, 1984.

Jornal do Brasil, 09 maio 1982.

Jornal o Estado de São Paulo, 26 set. 1999.

Jornal O Estado de São Paulo, 30 maio. 2000.

Jornal o Estado de São Paulo, 12 jan. 2003.

Jornal Folha de São Paulo 19 nov. 1977.

Jornal Folha de São Paulo, 04 maio. 1982.

Jornal Folha de São Paulo. 25 jul. 2003.

Jornal Folha de S. Paulo, 28 mar. 2004.

Revista ASAS - Revista de Cultura e História da Aviação – Rio de Janeiro: C&R editora, ano IV – número 22 – dez. 2004/jan. 2005.

Revista Istoé, 27 out. 1996.

Revista Manchete, 05 jul. 1997.

Páginas da Internet Consultadas

http://www.abacc.org/sobre_p.html

<http://www.igeo.uerj.br/VICBG-2004/Eixo5/e5%20160.htm>

<http://www2.mre.gov.br/dai/biargent.htm>

<http://www.fab.mil.br>

<http://www.direitoshumanos.usp.br>

<http://busca.estadao.com.br/ext/frances/miragep.htm>

<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/2002/09/23/000.htm>